



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Ana Paula Pinto de Barros

**PRÁTICAS DE GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS (OSFL) – O CASO DAS MUTUALIDADES**

Universidade Lusófona do Porto

Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e da Empresa

Porto

2015



Ana Paula Pinto de Barros

PRÁTICAS DE GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS (OSFL) – O CASO DAS MUTUALIDADES

**Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto para obtenção
do grau de Mestre em Gestão**

Orientador: Professor Doutor António Manuel Pereira da Silva Amaral

Universidade Lusófona do Porto

Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e da Empresa

Porto

2015

Dedicatória

À minha referência de vida.

Agradecimentos

O final de um projeto constitui um momento especial de satisfação pela conclusão de mais uma etapa, mas sobretudo de reconhecimento por aqueles que tornaram possível a sua concretização.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Professor Doutor António Amaral, pela disponibilidade e partilha de conhecimento mas acima de tudo pelo apoio pessoal permanente e ao longo dos tempos mais difíceis sem o qual não teria sido possível concluir este projeto.

Aos meus familiares, à minha mãe pelo suporte incondicional e em especial ao meu pai, que apesar de já não estar entre nós, continua a inspirar-me pelo seu exemplo de vida, de persistência e outros valores que me servem de referência.

Ao meu marido pelo incentivo, apoio e compreensão pelas horas que não estivemos juntos para a concretização deste objetivo do qual foi o primeiro impulsionador.

Finalmente, agradeço aqueles que prontamente disponibilizam o seu tempo para partilhar o conhecimento e experiência na materialização dos valores mutualistas.

Resumo

A gestão nas organizações do terceiro sector assume especial relevo no atual contexto socioeconómico. Em especial, devido à procura crescente de respostas sociais nas diferentes instituições existentes, sejam estas de cariz governamental ou particular. Daí que o estudo das práticas de gestão se aponte como extremamente pertinente, como forma de aferir a eficiência destas organizações, bem como de medir a sua performance no normal desenrolar das suas atividades.

No terceiro sector, existe uma diversidade de organizações considerável a operar. O foco do estudo será nas associações mutualistas portuguesas, que estão normalmente associadas às atividades financeiras, de saúde e bem-estar e de ação social.

Procurar-se-á identificar os aspetos que afetam as práticas de gestão nas mesmas, para que seja possível reconhecer os fatores que contribuem para que estas se diferenciem e se tornem mais eficientes e sustentáveis.

Palavras-chave: Gestão, Mutualismo, Social, Organizações sem fins lucrativos.

Abstract

In the management of third sector organizations becomes even more important in the current socio-economic context. In particular, due to the increasing demand for social responses in the different existing institutions, whether governmental or private nature. Hence the study of management practices point as extremely relevant, as a way to measure the efficiency of these organizations as well as to measure its performance in the normal course of its activities.

In the third sector, there is a considerable diversity of organizations operating. The study will focus on Portuguese mutual associations, which are usually associated with financial activities, health and well-being and social action.

Search will be to identify the determinants that affect the same management practices, so that you can recognize the factors that contribute to these to differentiate and become more efficient and sustainable.

Keywords: Management, Mutualism, Social, Nonprofit organizations

Siglas e Abreviaturas

CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL
CSES	Conta Satélite da Economia Social
CEP-CMFA	Conferência Europeia Permanente das Cooperativas, Mutualidades, Associações e Fundações
CIRIEC	Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública, Social e Cooperativa
EA	<i>European co-operation for Accreditation</i>
EFQM	<i>European Foundation for Quality Management</i>
ESNL	Entidades do Setor Não Lucrativo
ESS	Economia Social e Solidária
ICNPO	<i>International Classification of Nonprofit Organizations</i>
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.
INE	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
IPAC	Instituto Português da Certificação
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
ISFL	Instituições Sem Fim Lucrativo
ISFLSF	Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
Liga de Gaia	Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia
Liga do Porto	Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto
NP EN ISO	Norma Portuguesa, Norma Europeia, Norma Internacional
OES	Organizações da Economia Social
OSFL	Organizações sem fins lucrativos
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
UE	União Europeia
UM	União das Misericórdias
UMP	União das Mutualidades Portuguesas
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Índice Geral

Índice de Figuras.....	25
Índice de Tabelas	25
Índice de Quadros	25
Índice de Gráficos	25
Índice de Apêndices	26
Índice de Anexos.....	26
Introdução	14
Objetivos	15
Metodologia.....	16
Organização do Trabalho.....	17
Capítulo 1	18
1. O Terceiro Setor: Origem e Conceitos	18
1.1 Denominação e conceitos	18
1.2 Mutualidades	25
1.3 Economia social portuguesa na europa.....	30
1.4 A gestão, o financiamento, a contabilidade do setor e das Mutualidades	36
1.5 Certificação, normas e modelos	41
1.6 Mutualidades e Voluntariado	45
Capítulo 2	48
2. Metodologia.....	48
2.1 Enquadramento e Objetivos	49
2.2 Universo e Seleção da Amostra	49
2.3 Entrevista.....	52
Capítulo 3.....	54
3. As Mutualidades.....	54
3.1 RedeMut.....	54
3.2 Mutuália	55
3.3 A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista	56
3.3.1 Caracterização.....	56
3.3.2 As atividades desenvolvidas	57
3.3.3 Parcerias.....	58

3.3.4	Fontes de financiamento.....	58
3.3.5	Modalidades.....	58
3.3.6	Modelo de Gestão.....	59
3.4	A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos.....	60
3.4.1	Caracterização.....	60
3.4.2	As atividades desenvolvidas	60
3.4.3	Parcerias.....	61
3.4.4	Fontes de financiamento.....	61
3.4.5	Modalidades.....	62
3.4.6	Modelo de Gestão.....	62
3.5	Associação de Socorros Mútuos S. Bento das Peras	63
3.5.1	Caracterização.....	63
3.5.2	As atividades desenvolvidas	63
3.5.3	Parcerias.....	63
3.5.4	Fontes de financiamento.....	64
3.5.5	Modalidades.....	64
3.5.6	Modelo de Gestão.....	65
3.6	Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia.....	66
3.6.1	Caracterização.....	66
3.6.2	As atividades desenvolvidas	67
3.6.3	Parcerias.....	67
3.6.4	Fontes de financiamento.....	68
3.6.5	Modalidades.....	68
3.6.6	Modelo de Gestão.....	69
3.7	Perguntas abertas	70
Capítulo 4		80
4.	Apresentação de resultados e discussão.....	80
4.1	Resultados globais	80
4.2	Discussão dos resultados.....	86
Capítulo 5		89
5.	Conclusões, limitações e possível desenvolvimento futuro.....	89
5.1	Conclusões.....	89
5.2	Limitações do estudo e perspectivas para investigação futura	90
Capítulo 6		92

6. Referências Bibliográficas.....	92
Capítulo 7.....	14
7. Apêndices	14
Capítulo 8.....	102
8. Anexos	102

Índice de Figuras

Figura 1: O esboço dos contornos atuais do terceiro setor em Portugal.....	29
Figura 2: Entidades da Economia Social CSES 2010	31
Figura 3: VAB do Setor das ISFLSF.....	32
Figura 4: Princípios da Qualidade EQUASS	45
Figura 5: Mutualidades: Atividade e VAB	45
Figura 6: Taxa de Voluntariado na UE	46

Índice de Tabelas

Tabela 1: Atividades / Valências disponibilizadas	82
---	----

Índice de Quadros

Quadro 1: Denominação do Setor, aspetos favoráveis e contrários	19
---	----

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Distribuição das Organizações por Distrito	50
Gráfico 2: Associados e Utentes Atendidos	80
Gráfico 3: Orçamento das 4 Organizações	81
Gráfico 5: Faixa etária dos elementos da direção	83
Gráfico 6: Género dos elementos da direção	83
Gráfico 7: Recursos Humanos – Afetação temporal	84

Índice de Apêndices

Apêndice 1: Base de Dados Mutualidades_CASES_DGSS_UM.....	i a iv
Apêndice 2: Base de Dados Mutualidades_CAE_Contactos.....	v a viii
Apêndice 3: Base de Dados Mutualidades_Local_Grau_Fundação.....	ix a xiii
Apêndice 4: Base de Dados Mutualidades_ISO9001	xiv

Índice de Anexos

Apêndice 1: Base de Dados Mutualidades_CASES_DGSS_UM	i
Apêndice 2: Base de Dados Mutualidades_CAE_Contactos	ii
Apêndice 3: Base de Dados Mutualidades_Local_Grau_Fundação	iii a v
Apêndice 4: Base de Dados Mutualidades_ISO9001	vi a viii

Introdução

A sociedade, de forma geral, foi afetada pela crise económica dos últimos anos, com amplas repercussões sociais para as famílias atingidas pelo desemprego, endividamento excessivo, face ao rendimento disponível, e sem expectativa de apoio do estado. Assim, a mesma é impelida a transformar-se, a adaptar-se e a reagir perante as adversidades que se impõem.

A emergência de organizações com objetivos de promoção da qualidade de vida e apoio social realçam o peso de um setor, normalmente designado como o Terceiro Setor ou também como Economia Social. As organizações englobadas na Economia Social são empresas de livre decisão e autonomia, “democraticamente organizadas, com personalidade jurídica própria, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros no mercado produzindo bens e serviços, e nas quais a eventual distribuição dos excedentes de exercício e a tomada de decisões não estão ligadas ao capital individual dos membros, que terão um voto cada”(AMA, 2015)

Constata-se, por isso, a existência de organizações com diferentes tipologias de gestão decorrentes da sua génese ou da forma jurídica de constituição, tais como, cooperativas, mutualidades, associações, fundações, organizações sem fins lucrativos, associações promotoras de voluntariado, entre outras.

A Conta Satélite da Economia Social 2010 refere a existência de 55.383 entidades, das quais 5% são cooperativas, mutualidades, fundações e misericórdias sendo as restantes associações e outras organizações da economia social. Deste conjunto mais reduzido, as mutualidades foram as que apresentaram Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado por posto de trabalho e uma remuneração média mais elevada (INE, 2013), distinguindo-se logo à partida das restantes organizações.

As Mutualidades constituem uma das formas mais antigas de associação (ou associativismo) com objetivo de prestar apoio social aos seus membros, em atividade, algumas com mais de cem anos de existência.

Daí o interesse em conhecer a dinâmica de funcionamento de estas organizações e de questionar se as práticas de gestão adotadas estarão na base do seu sucesso e da sua perenidade. Por outro lado, sendo o foco de atuação destas entidades a ajuda mútua e a resolução dos problemas mais prementes dos seus associados, também se impõe um rigor crescente na utilização dos recursos e na gestão financeira como a qualquer outra empresa do setor produtivo.

Apesar da prestação social ser inerente ao objeto de estas organizações, será importante conhecer se as organizações do terceiro sector adotam metodologias semelhantes às empresas industriais e de produção do segundo setor, com vista a garantir uma gestão eficiente e de forma a assegurar o seu desenvolvimento e sustentabilidade.

Objetivos

Atendendo à diversidade de organizações que compõem o terceiro setor, o foco do presente estudo centra-se nas Mutualidades/Associações Mutualistas/ Socorros Mútuos enquanto organizações que se encontram na origem da assistência social que hoje conhecemos. Apesar de englobadas na Economia Social, as Mutualidades, não reúnem obrigatoriamente as características das Organizações sem fins lucrativos. Uma vez que as atividades financeiras e de seguros, com objetivos lucrativos em alguns países, poderão não encontrar paralelismo nas congéneres em Portugal.

As Caixas Económicas, enquanto organizações do sistema financeiro e tuteladas pelo Banco de Portugal, puderam conservar o princípio do incentivo à poupança para autoproteção dos seus associados ou evoluir para estruturas comerciais identificadas a quaisquer entidades bancárias. Por outro lado, as Mutualidades mais antigas continuam a praticar quotizações muito baixas, quase simbólicas, e têm atividade há mais de 100 anos, pelo que a gestão destes recursos e a oferta de benefícios constitui também um motivo de análise e um potencial de investigação.

Para além disso, constata-se a existência de organizações que disponibilizam um conjunto amplo de vantagens e algumas exibem até atividades certificadas de acordo com os requisitos da norma ISO 9001. As motivações que levaram a que estas organizações implementassem o sistema de gestão da qualidade e as mais-valias ou benefícios efetivos obtidos estão no âmbito da investigação realizada.

De forma mais sintetizada, pretende-se:

1. Identificar as práticas de gestão adotadas (diagnóstico);
2. Conhecer as atividades correntes nas diferentes organizações, relativamente às valências, tipo e dimensão (análise do contexto);
3. Identificar as motivações das Mutualidades para a implementação de SGQ e certificação pelo referencial da norma ISO 9001;
4. Verificar o contributo dos serviços financeiros nos resultados destas organizações;
5. Questionar/Identificar os fatores diferenciadores das Mutualidades face às restantes IPSS.

Metodologia

O presente estudo visa a obtenção de informação proveniente das práticas de gestão adotadas nas associações. Esta é dependente dos seus órgãos sociais, muitos dos quais assegurados em regime parcial, daí a abordagem se focar na gestão de topo para assegurar uma visão mais ampla e estratégica da organização e, também, ser facilitada o acesso aos conteúdos solicitados.

Por outro lado, atendendo à informação que foi possível obter a partir das pesquisas realizadas, será de antecipar alguma limitação das organizações na sua disponibilização, na maioria dos casos, porque simplesmente não possuem um processo de registo sistemático.

Assim, foram realizadas entrevistas às organizações selecionadas, em que os resultados analisados, complementados com a informação recolhida em pesquisa bibliográfica constituem o âmago deste trabalho de investigação

Organização do Trabalho

Na introdução é realizada a contextualização e uma breve descrição da metodologia adotada.

No capítulo 1 apresenta-se a revisão da literatura, onde é caracterizado o terceiro setor, a evolução do conceito numa perspetiva histórica internacional e nacional, bem como as entidades que o compõem e os aspetos da gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL).

No capítulo 2 é descrita a metodologia de investigação adotada para o presente estudo, os objetivos de investigação, a seleção da amostra e a estrutura da entrevista.

O capítulo 3 contém toda a informação relativa à caracterização das associações mutualistas, bem como a informação recolhida durante as entrevistas realizadas.

No capítulo 4 são apresentados os resultados globais e a discussão dos mesmos.

O capítulo 5 é dedicado às conclusões, limitações do estudo e desenvolvimentos futuros.

No capítulo 6 apresentam-se as referências bibliográficas.

O capítulo 7 contém os apêndices elaborados a partir da informação recolhida ao longo do desenvolvimento do estudo.

No capítulo 8 são apresentados os anexos que suportam alguma informação referenciada no texto.

Capítulo 1

1. O Terceiro Setor: Origem e Conceitos

1.1 Denominação e conceitos

A ideia de um setor designado como terceiro surge, como uma denominação comum em vários países, como forma de referenciar um setor que seja diferente do estado e do mercado. Pese embora, o “sentido de terceiro setor” seja distinto entre os diferentes países e regiões.(Ferreira, 2009)

As características deste setor “*nonprofit*”, o seu âmbito, estrutura e papel foram estudadas utilizando um quadro comum de referência que esteve na base do *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, iniciado em 1989, como um projeto colaborativo com escolas de todo o mundo, envolvendo inicialmente 13 países. (Lester M Salamon, Hems, & Chinnock, 2000). Salamon e Anheier (1992) pretendiam definir o setor de forma tão objetiva quanto possível de modo a permitir uma análise comparativa com os outros setores, por isso a denominação deveria logo à partida ser distinta.

Os principais objetivos do projeto foram, designadamente, os seguintes (Salomon, Sokolowski, & List, 2003):

- Documentar o âmbito, estrutura, tipo de financiamento e papel na sociedade civil;
- Explicar a variação do setor em dimensão, composição, carácter e papel conforme a sua localização, bem como identificar alguns fatores que possam influenciar o seu desenvolvimento, sejam estes de origem histórica, legal, socioeconómica, religiosa, ou outras;
- Avaliação dos contributos destas organizações e do seu impacto na sociedade;
- Melhorar a visibilidade destas organizações, através da divulgação dos resultados do seu trabalho;
- Fomentar a capacitação local com o objetivo de desenvolver mais e melhor trabalho no futuro.

No mapa que se segue resumem-se as principais denominações analisadas e a compilação dos fatores positivos e negativos relativos a cada uma delas:

Quadro 1: Denominação do Setor, aspetos favoráveis e contrários

Denominação			A favor	Contra
Setor	Beneficente	ou	Evidência os donativos privados às organizações.	O financiamento da maior parte delas não se limita aos donativos.
Independente			Releva o papel do setor como uma terceira força, autónoma do estado e do setor privado.	Na perspetiva financeira este setor é na verdade dependente deles.
Voluntariado			Realça o papel dos voluntários na gestão deste setor.	A atividade das organizações é assegurada por trabalhadores remunerados.
Setor isento de taxas			Apropriada em alguns países em que as organizações deste setor estão isentas.	As características que devem reunir para beneficiar dessa isenção depende de condições excecionais do sistema fiscal desses países.
Organizações não-governamentais			Transmitem a ideia de setor distinto do governo.	Referem-se apenas a uma parte do setor, como por exemplo, as organizações que promovem o desenvolvimento económico e social, como as dedicadas à agricultura.
Economia Social			Utilizada para designar um conjunto de organizações não-governamentais em França e Bélgica e posteriormente na Europa.	Algumas organizações como as mutualistas de seguros, banca de poupança, cooperativas agrícolas, são consideradas como integrantes do setor empresarial noutros países.
<i>Nonprofit sector</i>			Releva a ausência de fins lucrativos para os seus proprietários ou associados.	Existem organizações que geram lucros, aplicando-os num determinado período seguinte.

Fonte: (Lester M. Salamon & Anheier, 1997)

O âmbito foi igualmente analisado procurando distinguir conceitos como por exemplo, filantropia de setor sem fim lucrativo, sendo o primeiro associado à

caridade e oferta de tempo ou bens, enquanto o segundo engloba um conjunto de organizações que fornecem informação, advocacia e serviços. Outros conceitos como “*Sector vs. Subsector*” e “*Formal vs. Informal Institutions*” foram também comparados de forma a evidenciar as suas particularidades.(Lester M. Salamon & Anheier, 1997)

No que respeita à composição, o setor foi descrito como um conjunto de entidades que reúnem cinco características chave (Salomon et al., 2003):

- Organizadas, ou seja uma estrutura institucional e atividade regular ainda que não se encontrem formalmente e/ou legalmente constituídas;
- Privadas, na medida em que se distinguem institucionalmente do estado;
- Sem distribuição de lucros para os donos ou associados, sendo o seu lucro aplicado nas atividades que desenvolve;
- Autogovernadas, fundamentalmente orientadas para o controlo das suas atividades;
- Voluntárias, não sendo uma obrigação legal a sua integração, devem ser atrativas ao nível da contribuição voluntária de tempo ou dinheiro.

Em síntese, o universo das “*non-profit institutions*” é definido como composto por entidades que são organizadas, sem fins lucrativos e de acordo com a lei ou por regra sem distribuição de lucros entre os sócios ou beneficiários, institucionalmente separadas do governo, autogovernadas e não obrigatórios.(Nations, 2003)

Esta definição de Terceiro Setor, com enfoque no carácter não lucrativo das organizações que o compõem, exclui as cooperativas e mutualidades porque permitem retorno de resultados, ainda que em valor menor ao reinvestido. (Parente & Quintão, 2014)

No final do século XIX é definido o conceito atual de economia social inspirado pelos valores de associativismo democrático, mutualismo e cooperativismo.(CIRIEC, 2012)

A denominação Economia Social poderá ter surgido na literatura económica pela primeira vez em 1830 de acordo com o CIRIEC (2012). Na europa, as organizações não-governamentais com propósito social e coletivo, incluindo mutualidades,

cooperativas, associações e fundações consideram-se integradas na economia social (Nations, 2003).

Em França, o país à qual é atribuída a origem da denominação de Economia Social, as cooperativas e mutualidades integram este setor, uma vez que colocam a tónica no objetivo social destas organizações e não na perspetiva dos resultados económicos. Já em Itália, as mutualidades estão incluídas no grupo das cooperativas. (INE, 2013)

A Economia Social e Solidária desenvolvida em França é realçada por Thomas (2013) quando refere a alteração da génese associativa dos anos 60, para a transformação nos anos 70 com o combate às desigualdades, proteção do ambiente e, ainda, com uma maior intervenção nas atividades em prol dos mais vulneráveis ou dos territórios menos favorecidos. Este movimento deu origem à criação de um organismo de ligação entre as cooperativas, as mútuas e associações e esteve na base da denominação de economia social, tendo a vitória socialista em 1981 de Mitterrand sido impulsionadora deste movimento. (Namorado, 1988)

Constata-se, porém, que as Fundações não incluem estatutariamente os princípios democráticos, o que as exclui do conceito de Economia Social, bem como as organizações informais pelo carácter pontual da atividade desenvolvida e sem atividade económica ou muito reduzida. (Parente & Quintão, 2014)

O conceito de Economia Social é reconhecido a nível da UE, em 2009, expresso na resolução do Parlamento Europeu 2008/2250 (INI), onde se refere a necessidade de implementação de estatutos europeus para as entidades que integram o setor, em particular as associações, fundações e sociedades mútuas de forma a garantir igual tratamento às restantes empresas da economia social. (P. Europeu, 2009)

Nesta resolução é definida a inclusão das cooperativas, sociedades mútuas, associações e fundações na economia social bem como de outras empresas e organizações que partilham as características básicas da economia social. (P. Europeu, 2009)

A designação de Economia Solidária surge como um conceito recente no “quadro europeu francófono” para designar o impulso da solidariedade face ao agravamento da pobreza e exclusão social das últimas três décadas do século XX, constituindo-se como uma renovação das práticas da economia social existente.(Amaro, 2005) Contudo a designação não tem acolhimento generalizado, “os ingleses preferem a expressão *non profit* (sector não lucrativo) ou sector voluntário, porque há voluntariado, mas na verdade é que nem tudo é voluntariado.” (Amaro, 2005, p. 4)

Na América Latina, a expressão economia solidária engloba “a luta formal contra a pobreza e a exclusão social e o desemprego, mas também as formas comunitárias e de entre-ajuda” (Amaro, 2005, p. 4) sendo designada em África como Economia Comunitária.

No Brasil as designações são ainda mais diversificadas, desde a economia popular solidária, incluindo socio-economia solidária, economia solidária e autogerida. Lechat (2002, p. 132) realça a importância de atribuir a designação solidária apenas a projetos que evidenciem a existência de “relações de trabalho autogestionárias, solidárias e democráticas entre seus membros, a solidariedade se manifesta em relação à comunidade envolvente, demonstrando assim uma vontade política de transformação das relações sociais e, por consequência, da sociedade.”

Morais (2007, p. 10) aponta na confluência dos termos social e solidária, relevando a utilização do termo Economia Social Solidária (ESS) por entidades que trabalham na área social e que identificam “um conjunto de atividades económicas de “utilidade social”, com uma tripla missão: trabalho, inserção sócio laboral e criação de emprego” para além do projeto político em prol de uma sociedade mais alternativa e mais solidária.

Apesar das designações de terceiro setor, economia social, solidária, popular, entre outras continuarem a ser discutidas, assim como a definição dos limites e fatores diferenciadores com vista à clarificação do conceito e às organizações associadas, constata-se que fatores inerentes à cultura, sistema político, fiscal e económico introduzem fatores de diferenciação que dificultam uma definição universal.

Conforme afirma Almeida, (2011, p. 94) “As economias são o produto de um longo processo histórico que deu origem a diferentes compromissos institucionalizados traduzidos em articulações específicas e complementaridades diversas, que diferenciam as sociedades contemporâneas. Daí a enorme diversidade que o terceiro setor apresenta a nível internacional”.

Em Portugal, o terceiro setor tem origens antigas, pelo menos contemporâneas da fundação da nacionalidade em 1143, encontrando-se organizações de caridade anteriores, inspiradas na Igreja Católica Romana.(Franco, Sokolowski, Hairel, & Salamon, 2002). Andrade *et al.* (2007b) realça a antiguidade do setor contrapondo com a recente descoberta pela academia, meios de comunicação social, público em geral e decisores políticos

As irmandades religiosas, franciscanos e dominicanos, estiveram na origem da criação das misericórdias portuguesas fundadas por D. Leonor. Aliás a data de fundação da primeira organização assistencial na europa “Irmandade de N.^a Sr.^a da Misericórdia”, ocorre em 15 de agosto de 1498, cujo âmbito se descreve da seguinte forma:

“A sua acção caritativa e humanitária de resgatar da morte e da fome muitos desgraçados, amparar os expostos, os velhos, os enfermos, o resgate e transporte dos cativos, os dotes a donzelas e o recolhimento de órfãos; o amparo às viúvas pobres; agasalho e tratamento dos enfermos desvalidos; a alimentação dos presos nas cadeias; sua defesa perante os tribunais e petições à Coroa; pousada e ajuda para o caminho aos peregrinos; e finalmente aos confortos religiosos aos padecentes, enterramento e preces pelas suas almas, foram acções desenvolvidas pelas Misericórdia ao longo dos séculos!”(Amorim, 2009)

Ano século XVII as misericórdias prestavam assistência na doença através de uma rede hospitalar que detinham e acumulavam bens que lhes eram doados por força da relação estrita com a religião. (Paiva, Rosa, & Gomes, 2003)

Recorde-se que o surgimento das associações mutualistas teve como associados uma classe profissional, por isso as misericórdias eram o apoio dos mais desprotegidos e excluídos dessas associações.

À semelhança de outros países, a economia social desenvolve-se no século XIX como uma consequência do ambiente de injustiça social, gerada pela revolução industrial, que levou os mais desfavorecidos a criar “uma economia de entreatajuda e da cooperação. É quando surgem as cooperativas, as mutualidades, as associações.” (Amaro, 2005, p. 4)

Somente na década de 60 é proporcionada a proteção social a toda a população através de um sistema integrado composto por um sistema de saúde, de assistência (ação social) e de previdência. O estado-providência instalado no pós-guerra, a economia e regime político que vigorou até 1974, associado à localização geográfica periférica de Portugal na Europa, terão influenciado o menor desenvolvimento relativo aos restantes países. A ausência de “cultura democrática consolidada” e de condições económicas e de desenvolvimento tecnológico terão contribuído para esse atraso do estado social. (Estanque, 2012)

A Constituição Portuguesa de 2 de abril de 1976 viria a expressar o direito à segurança social, proteção da saúde para todos e a manutenção das IPSS “não lucrativas”, entre outros direitos a assegurar pelo estado. Desta forma era concretizado o estado-providência ou de bem-estar que tinha sido iniciado em França e Reino Unido, “*Welfare State*” na sua denominação original. A alteração social e política dos anos seguintes leva à constituição de movimentos associativos orientados para a melhoria das condições sociais, de habitabilidade, preservação de emprego, apoio à infância e integração dos hospitais, até então geridos pelas misericórdias, no Estado. (Franco, Sokolowski, Hairel, & Salamon, 2005)

O estatuto das IPSS viria a ser aprovado em 1979 e posteriormente em 1983 com ampliação da esfera de atuação, até então limitada à segurança social, para a área da saúde, educação, formação profissional, e habitação. (*Decreto-Lei nº. 172-A/2014 de 14 de novembro*, 2014)

Esta relação entre o estado e as organizações do terceiro setor tem vindo a ser refletida na celebração de protocolos de cooperação desde 1992, definindo orientações, metodologias de atuação e prioridades entre as IPSS e as estruturas da segurança social. Os protocolos celebrados posteriormente, em 2006 e 2007,

incorporam outras preocupações como o financiamento das famílias, prevendo uma diferenciação positiva, acesso a programas nacionais e internacionais e de qualificação das respostas sociais.(Almeida, 2011)

A Lei de Bases da Economia Social, define a economia social como “o conjunto das atividades económicas-sociais”, desenvolvidas pelas entidades do setor, descrevendo a relação destas com o Estado, o interesse geral no estímulo, valorização e desenvolvimento da economia social e até um estatuto fiscal “mais favorável”. (*Lei n.º 30/2013 de 8 de maio, Diário da República N.º 88 - 1.ª série*, 2013) É neste espírito da lei que o “Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário” estabelecido entre o estado e UM, UMP, CISS para 2015-2016 inclui apoio à construção de equipamentos sociais e um fundo para apoiar a “reestruturação e a sustentabilidade financeira das IPSS”. Na área da saúde, destaca-se a abertura de mais unidades de Cuidados Continuados Integrados pertencentes ao setor social e solidário e a transferência de mais três hospitais para a gestão das Misericórdias. Para a educação são também atribuídos apoios para o pré-escolar, básico e necessidades educativas especiais.(Lusa & Saramago, 2014)

1.2 Mutualidades

As mutualidades estão no centro do presente estudo pelo que se considera importante descrever melhor estas organizações, as suas origens e evolução em Portugal.

A revolução industrial, iniciada no Reino Unido em meados do séc. XVIII, está na base da profunda alteração da sociedade. Este fenómeno agudizou o volume da migração da população dos campos para as fábricas, que despoletou uma forte concorrência e condições de trabalho muito precárias.

Para além disso, a industrialização dos processos produtivos permitiu melhorar os níveis de produção e, conseqüentemente, reduzir o número de operários necessários, ficando estes desprovidos de qualquer forma de apoio.

A origem das Mutualidades Portuguesas remonta ao séc. XVIII, tendo a Revolução Francesa (1789-1799) inspirado a procura de uma nova organização da sociedade que permitisse “abolir as iniquidades gritantes que atiravam para degradante miséria as mais largas camadas da população activa”. (Sá, 1964)

Os operários, inspirados pelos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade começaram a organizar-se, através da criação de associações, como forma de garantir a dignidade desejada, bem como alcançar os princípios de equidade e justiça.

Apesar da influência das ideologias do socialismo utópico, do social cristianismo e do próprio liberalismo económico, o crescimento das organizações deste setor, em Portugal, não se verificou com a mesma intensidade, especialmente, devido à forte presença da Igreja Católica e ao menor nível desenvolvimento. (Quintão, 2011).

No período compreendido entre 1820 e 1851, surgem as primeiras associações operárias mutualistas (1838). Inicia-se, assim, a modernização da atividade não agrícola e surgem as instituições de crédito (Banco de Lisboa, mais tarde transformado em Banco de Portugal). (Oliveira, 1973)

As áreas de atuação destas associações mutualistas são a “prestação de esquemas de proteção social destinados à classe trabalhadora (riscos de doença, incapacitação face ao trabalho, de acidentes e outros) e financeira (remuneração das poupanças e mobilização das mesmas para o acesso ao crédito).” (Parente, 2007, p. 368)

Em 1840 é criado o Plano do Montepio Literário que acaba por se concretizar em Montepio dos Empregados Públicos. Face à reduzida adesão de sócios, em 1844 é alterada a denominação para Montepio Geral eliminando a limitação de associação a empregados do estado. (Montepio, 2015)

A Caixa Económica Montepio Geral é fundada em 1844, ligada ao Montepio Geral, para assumir a responsabilidade pela atividade bancária que mantém até à data, constituindo uma referência europeia. (Notícias, 2014)

Em 1852, é criado o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas, em Lisboa, “dirigido e controlado pela burguesia, procurando atrair a si a classe operária e suscitar-lhe objetivos meramente reformistas e mutualistas” (Sá, 1990, p. 218). Contudo, o movimento operário viria a afirmar-se como classe de trabalhadores, logo após as greves de 1872, dissociando-se da matriz burguesa.

As necessidades dos operários na ausência de trabalho, na doença ou mesmo na morte eram atenuadas pela generosidade e solidariedade dos companheiros de trabalho, fundamentalmente através de coletas. Contudo, o carácter negativo associado à atribuição de “esmola” e a ausência de garantias da sua continuidade terá servido como um forte indutor para a criação destas associações, sendo os tipógrafos portuenses reconhecidos como os fundadores da primeira associação mutualista operária (1852), a que se seguiram os alfaiates, sapateiros, marceneiros, ferreiros, serralheiros, pintores, latoeiros e chapeleiros.(Pereira, 1981)

Segue-se o período de 1852 a 1870, em que segundo Pereira (1981) houve o recenseamento de aproximadamente 17 organizações associativas criadas por operários e trabalhadores no Porto, realçando o dinamismo do Porto nesse período. O número de associações crescia com duas orientações distintas, uma com a pretensão de incluir todas as classes sociais, outra alinhada com a classe operária.

As associações mutualistas forneciam uma proteção mínima de sobrevivência ao trabalhador, além disso permitiam que a luta pelos seus direitos ou melhores salários fosse mais facilitada, e assim a função sindical pudesse ser exercida através das associações mutualistas. Apenas em 1891 seriam, novamente, permitidas e regulamentadas as corporações.(Pereira, 1981)

De facto, o número de associações operárias ou de setores de funcionalismo e profissões liberais regista um crescimento significativo desde 1891 com 280 associações, para 657 em 1915, decrescendo nos anos seguintes para 533 em 1931. As instituições de corporativismo (de produção de consumo) surgem em 1910 com 136 entidades que aumenta para 472 em 1922, reduzindo para cerca de metade em 1929.(Matos, 2013)

A ação caritativa da Igreja Católica permitia assegurar uma componente assistencialista, enquanto a contribuição do trabalho, através das corporações empresariais e profissionais asseguravam a previdência social. O estado “manteve-se ausente aos níveis do financiamento e da prestação directa de serviços”. (Quintão, 2011, p. 10) A Igreja Católica, ao longo do tempo, reforça o seu papel com a concessão da gestão das unidades hospitalares nas Misericórdias e a influência crescente nas IPSS, o que levou a que as associações mutualistas fossem relegadas para um plano de contribuição facultativa e complementar, em oposição às de contribuições obrigatórias. Esta alteração tem um impacto direto no número de associações mutualistas, registando-se uma redução de 552 para 160 entre 1931 e 1973, continuando a decrescer, registando-se apenas 120 em 1996 (Quintão, 2011).

As mutualidades são posicionadas numa “zona cinzenta” entre o setor não lucrativo, o empresarial e o estado. São organizações que operam, sobretudo, nas áreas: financeira, de seguros, de fundos de doença e fúnebre (subsídio funeral). Estes produtos foram desenvolvidos com o intuito de contribuir para a melhoria da situação económica dos indivíduos através da atividade coletiva, partilhando os riscos e contribuindo periodicamente para um fundo comum. As mutualidades que integram o sector não lucrativo não distribuem rendimento, as restantes estão integradas no setor empresarial ou integram o regime de segurança social do governo, sendo tratadas como organizações governamentais. (Nations, 2003)

De acordo com o INE - Instituto Nacional de Estatística (2013), o número de mutualidades em 2010 é de 119, confirmando-se uma relativa estagnação deste tipo de organizações.

O posicionamento das mutualidades no terceiro setor, em Portugal, encontra-se esquematizado por Quintão (2011), na figura 1, em que se pode observar uma presença muito ténue do grupo das associações não lucrativas e das IPSS, onde se integram as Misericórdias e os Centros Sociais e Paroquiais com forte influência religiosa.

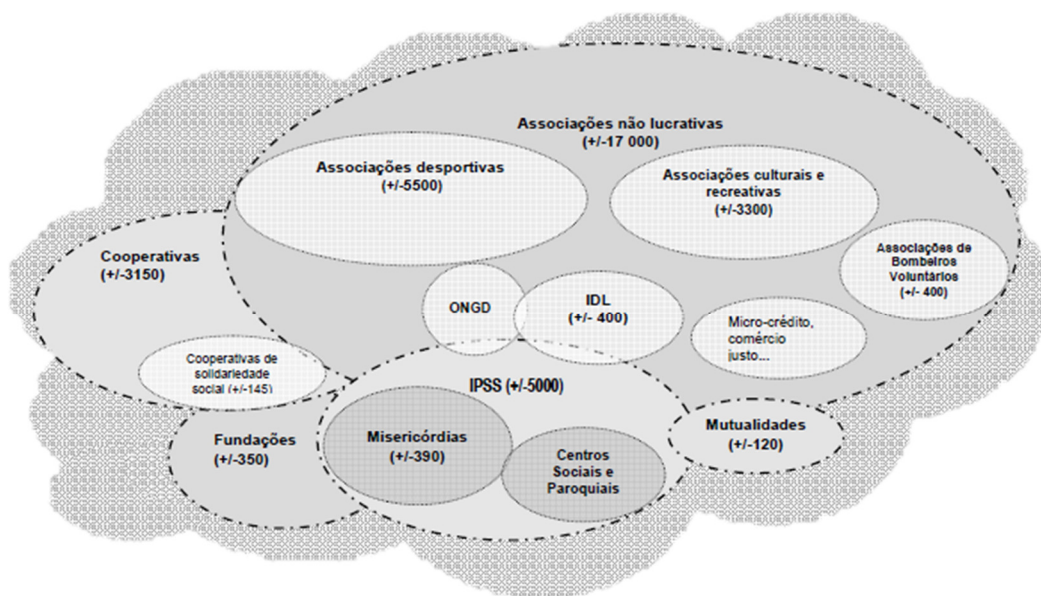


Figura 1: O esboço dos contornos atuais do terceiro setor em Portugal

Fonte: Quintão (2011, p. 15).

Em Portugal, a União das Mutualidades Portuguesas (UM) é um agrupamento de associações mutualistas que tem como objetivo promover-las e representá-las, a nível nacional e internacional. Define as linhas estratégicas do Movimento Mutualista, assume-se como parceira no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social e define mutualismo da seguinte forma (Mutualismo, 2014):

“um sistema privado de proteção social que visa o auxílio mútuo dos seus membros. É uma forma de organização económica em que os associados são parte ativa na definição da sua auto proteção social, assente numa solidariedade responsável, pois ao juntarem-se a outros para “mutualizarem” os riscos que afetam a estabilidade dos seus rendimentos, repartindo os custos de forma equitativa e participando na organização de regimes complementares e previdência, beneficiam do efeito de dimensão e de solidariedade.”

A mesma fonte reforça que: “O Mutualismo, por constituir uma alternativa de carácter social, que não depende do Estado nem tem fins lucrativos, é uma solução indispensável para garantir uma autoproteção social de segurança social, saúde e ação social eficaz, com custos mais baixos e cuja rentabilidade se distribui por todos os associados.” (Mutualismo, 2014)

1.3 Economia social portuguesa na europa

A ICNPO - *International Classification of Nonprofit Organizations*, baseada na ISIC - *United Nations International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (Anexo 1) foi desenvolvida pela equipa do *Johns Hopkins Comparative Non-Profit Sector Project* para a constituição de um referencial que englobasse as especificidades de todas as organizações e países, com níveis de desenvolvimento e culturas diferenciadas. A aplicação do referencial ao conjunto de 13 países incluídos no estudo inicial, permitiu o seu refinamento à medida que foi sendo aplicada a mais países. Considerando o seu nível político, cultural e legal concluiu-se que o sistema acomoda eficazmente as grandes diferenças entre as organizações sem fins lucrativos numa grande variedade de países. (Nations, 2003) Atualmente o projeto engloba 45 países. (University, 2014)

Esta classificação referida foi adotada pelo INE na elaboração da Conta Satélite das Instituições Sem Fim Lucrativo em 2006 e 2010, utilizando nesta ultima edição a designação de Economia Social.

A nível internacional, a comparação de Portugal com os restantes estados membros da União Europeia é realizada com base nos relatórios elaborados pelo CIRIEC, mais especificamente com o *The Social Economy in the European Union* elaborado por Monzón, J.L & Chaves, R (2007) referenciado na conta satélite de 2010. Para efeito comparativo, os valores relativos às Misericórdias, por ausência de equivalência nos outros países conforme já foi referido, encontram-se integrados nas ISFLSF.

Entidades da economia social	Sociedades não financeiras (S.11)	Sociedades financeiras (S.12)	Administrações públicas (S.13)	Famílias (S.14)	Instituições sem fim lucrativo ao serviço das famílias (S.15)
Cooperativas	Consumo; Comercialização; Agricultoras (ex: adegas, produção de leite e azeite); Habitação e construção; Produção operária; Artesanato; Pescas; Cultura; Serviços; Ensino; Solidariedade Social (ex: CERCI's).	Caixas de Crédito Agrícola Mútuo.	Cooperativas de Interesse Público (<i>régies-cooperativas</i>)		
Mutualidades		Caixas Económicas; Mútua de seguros; Mútuas financeiras.			Associações de Socorros Mútuos.
Misericórdias					Irmandades das Santas Casas de Misericórdia; Santas Casas da Misericórdia.
Fundações	Fundações de Universidades Privadas; Fundações de empresas privadas; etc.				Fundações Culturais; Fundações de Solidariedade Social; Fundações para o Desenvolvimento; etc.
Associações e outras OES	Associações Comerciais; Associações de Industriais; Associações Empresariais; etc.			Associações de Condomínio; Associações de Moradores; Associação de Proprietários ; etc.	Centros Paroquiais; Dioceses; Casas do Povo; Associações Culturais, Desportivas e Recreativas; Congregações e Seminários; etc.

Figura 2: Entidades da Economia Social CSES 2010

Fonte: (INE, 2013)

Em 2006 Portugal é o segundo estado-membro em 22, com a maior representatividade do VAB do sector das ISFLSF no total nacional (1,8%). O VAB de 2,8% registado em 2010 coloca Portugal em primeiro lugar na europa, contudo a comparação não é totalmente objetiva, uma vez que utiliza dados de referência de anos diferentes nos outros países. (INE, 2013)

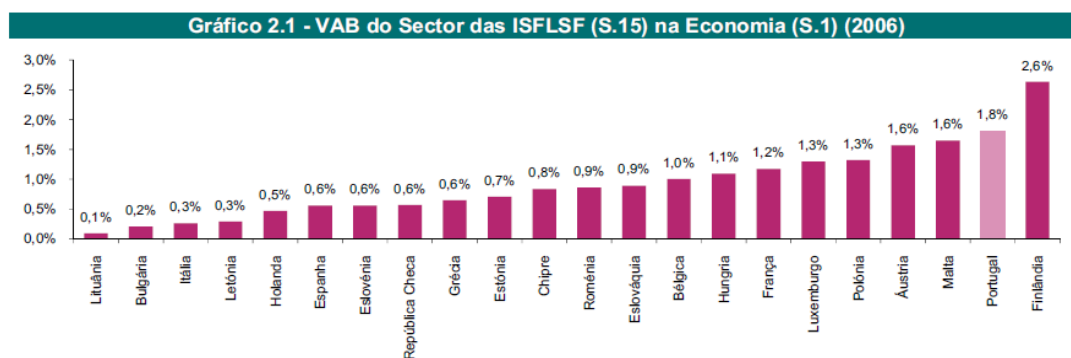


Figura 3: VAB do Setor das ISFLSF

Fonte:(Instituto Nacional de Estatística, 2011)

Comparando o peso do VAB das cooperativas e mutualidades na economia nos países que registaram valores mais elevados na análise de 2010, confirma-se a diferença de contributos entre cada tipo de organização em Espanha, Bélgica e Portugal, os 3 países com valores mais elevados conforme se pode constatar nas figuras seguintes:

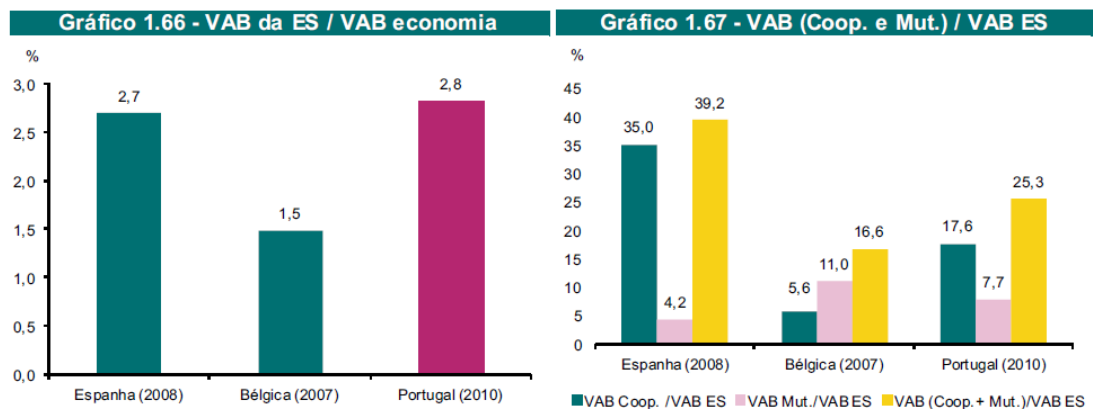


Figura 5: VAB da ES/ VAB Economia e VAB (Coop e Mut)/VAB ES

Fonte: (INE, 2013)

O universo de Organizações da Economia Social (OES) na UE é de 2,8 milhões para o qual o Reino Unido e Alemanha contribuem com o maior peso, com 31,3% e 18% respetivamente, sendo o contributo de Portugal de apenas 2%.

Quadro 1.6.23 – Número de organizações da Economia Social na UE (2009/2010)

Unidade: N°

Países	Código	Cooperativas	Mutualidades	OOES (i)	Total
Bélgica	BE	166	26	18 461	18 653
Alemanha	DE	7 415	328	505 894	513 637
Irlanda	IE	509	10	25 000	25 609
Grécia	EL	7 197	11	50 600	57 808
Luxemburgo	LU	56	0	664	720
Holanda	NL	677	124	60 000	60 801
Austria	AT	1860	59	16 556	18 475
Reino Unido	UK	5 450	105	870 000	875 555
Espanha	ES	44 333	428	156 007	200 768
França	FR	24 870	6 743	160 884	192 497
Finlândia	FI	4 384	106	130 000	134 490
Dinamarca	DK	523	53	12 877	13 453
Itália (ii)	IT (ii)	71578	0	26 121	97 699
Suécia	SE	12 162	128	18 872	31 162
Rep. Checa	CZ	3 085	7	98 693	101 785
Estónia	EE	1604	0	32 000	33 604
Hungria	HU	2 769	13	58 242	61 024
Malta	MT	57	0	693	750
Polónia	PL	8 823	22	86 100	94 945
Portugal	PT	2 260	119	53 004	55 383
Eslovénia	SI	77	3	2 100	2 180
Eslováquia	SK	382	10	26 210	26 602
Bulgária	BG	2 016	11	22 315	24 342
Roménia	RO	1747	897	23 100	25 744
Total		204 000	9 293	2 554 393	2 767 686

Figura 6: Número de Organizações da ES

Fonte:(INE, 2013)

A comparação do número de organizações da Economia Social nos países membros da UE realizada em 2010 foi realizada, agregando as entidades em Cooperativas, Mutualidades e Outras OES, tendo posicionado Portugal acima da média europeia.

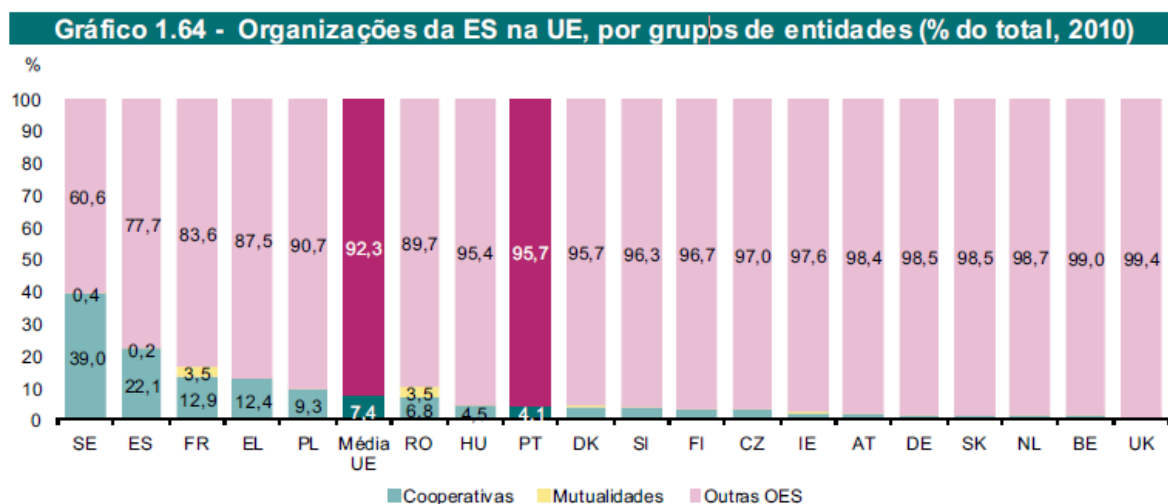


Figura 7: Organizações da ES na UE

Fonte: (INE, 2013)

O crescimento do setor, como reação à crise económica e ao desemprego transversal a todos os grupos sociais, poderá vir a ser concretizada através das empresas sociais que promovam a assistência em regime mutualista, e as de inserção profissional orientadas para facilitar o acesso ao emprego de grupos mais desfavorecidos.(C. E. e. S. Europeu, 2012)

A expansão do terceiro setor foi também explicada por Rifkin (1996) como consequência da evolução da sociedade. O avanço da tecnologia e aumento de produtividade tem como consequência a inexistência de trabalho suficiente para manter toda a população ativa ocupada. Assim, as duas formas possíveis de atuação seriam a redução da semana de trabalho e a expansão do setor de voluntariado.

Na lei portuguesa, as entidades que integram a Economia Social são, respetivamente: as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações, as IPSS, as associações com fins altruístas da área da cultura, recreio, desporto e desenvolvimento local, entidades dos subsectores comunitário e autogestionário integrados no setor cooperativo de social e ainda outras entidades com personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da economia social e que constem da base de dados da economia social.(*Lei n.º 30/2013 de 8 de maio, Diário da República N.º 88 - 1.ª série*, 2013)

Quadro 1.6.1 – Principais Indicadores por Actividade (2006)

ICNPO	Unidades	TCO (Postos Remunerados)	VAB	Remunerações	VAB Emprego	Remunerações Emprego
	N.º	N.º	10³ Euros	10³ Euros	10³ Euros por TCO	
Cultura e Recreio	22 897	16 566	303 299	236 453	18,3	14,3
Educação e Investigação	2 057	25 719	459 971	519 135	17,9	20,2
Saúde	636	17 731	282 887	255 889	16,0	14,4
Serviços Sociais	6 255	103 012	1 379 477	1 195 962	13,4	11,6
Ambiente	773	615	12 317	10 139	20,0	16,5
Desenvolvimento e Habitação	1 785	5 156	88 814	87 265	17,2	16,9
Lei, Direitos e Política	433	1 272	22 397	23 043	17,6	18,1
Filantropia e Promoção do Voluntariado	95	717	36 827	31 874	51,4	44,5
Actividades Internacionais	285	853	19 842	16 963	23,3	19,9
Religião	7 102	8 767	114 236	88 660	13,0	10,1
Ass. Patronais, Profissionais e Sindicatos	2 189	10 114	274 942	198 189	27,2	19,6
Não Especificado	1 036	3 685	59 800	52 600	16,2	14,3
Total das ISFL	45 543	194 207	3 054 809	2 716 172	15,7	14,0
Total da Economia	-	4 437 563	137 827 720	79 639 521	31,1	17,9

Fonte: INE, Conta Satélite das Instituições Sem Fim Lucrativo

Figura 8: Indicadores por Atividade (2006)

Fonte:(Instituto Nacional de Estatística, 2011)

Em Portugal as contas satélite elaboradas em 2006 e 2010 permitem observar um crescimento do número de organizações do setor de 21.6%. A CSES 2010 identifica as 55.383 organizações as quais se encontram agrupadas em cooperativas, mutualidades, misericórdias, fundações e associações e outras OES, da seguinte forma:

Tabela 1: Tipos Organizativos - Economia Social

Entidades	Unidades (N.º)	%
Cooperativas	2 260	4,1%
Mutualidades	119	0,2%
Misericórdias	381	0,7%
Fundações	537	1,0%
Associações e outras OES	52 086	94%
Total das OES	55 383	-

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social 2010 (Adaptado)

A distribuição por áreas de atividade evidência uma preponderância das entidades que atuam na área da cultura, desporto, recreio e lazer.

Tabela 2: Grupos de entidades da Economia Social

Classificação das organizações da economia social	Unidades
	N.º
Agricultura, Silvicultura e Pescas	285
Atividades de Produção e Transformação	385
Comércio, Consumo e Serviços	669
Desenvolvimento, Habitação e Ambiente	2 719
Atividades Financeiras	98
Ensino e Investigação	2 325
Saúde e Bem-Estar	805
Serviços de Ação e Solidariedade Social	7 740
Cultura, Desporto e Recreio/Lazer	26 779
Cultos e Congregações	8 728
Organizações Profissionais, Sindicais e Políticas	2 581
Não Especificadas	2 269
Total da Economia Social	55 383

Fonte: INE, Conta Satélite da Economia Social 2010 (Adaptado)

No que concerne aos recursos financeiros das organizações, não é possível fazer uma comparação direta entre os dados registados em 2006 e 2010 dado que as atividades identificadas não são coincidentes.

1.4 A gestão, o financiamento, a contabilidade do setor e das Mutualidades

Conforme se referiu anteriormente, a economia social portuguesa apresenta um peso económico relevante, razão pela qual se considera importante aprofundar o conhecimento dos aspetos financeiros e de gestão destas organizações, em particular das mutualidades.

A denominação de setor não lucrativo ou de sector de organizações sem fins lucrativos, de origem anglo-saxónica, é frequentemente utilizada salientando o facto de estas organizações não terem como finalidade o lucro. Conforme refere Andrade e Franco (2007a, p. 15), é necessário clarificar esta ideia uma vez que as organizações podem ter lucro, “Não podem é fazer deste o seu primeiro objetivo.”

A forma das organizações deste setor obterem fundos para sustentar as atividades não lucrativas é desenvolver atividades lucrativas, que lhes permitam manter uma subsidiação cruzada, mantendo o foco na sua missão primordial.(Andrade & Franco, 2007a)

Segundo Amaro (2005), “a nova economia social é mais económica” uma vez que para gerar lucro, como forma de manter os seus objetivos sociais, tem que ter em consideração o mercado e adotar uma gestão mais eficiente.

A título de exemplo, observe-se o trabalho desenvolvido na comunidade Rabo de Peixe nos Açores, onde o conceito de economia solidária, inerente ao apoio assistencialista, evoluiu da capacitação de pessoas através da formação para a criação de atividades económicas que integraram a cooperativa KAYROS nos anos 80 e posteriormente, em 1999, à criação da Cresaçor – Cooperativa Regional de Economia Solidária que congrega 40 empresas.(Amaro, 2005)

Retomando a referência da CSES - Conta Satélite da Economia Social (2010), verifica-se que as “Cooperativas (fundamentalmente devido às que se integram na área financeira), as Mutualidades e Fundações da Economia Social apresentaram capacidade líquida de financiamento”. (INE, 2013)

A gestão destas organizações assume uma importância especial pela movimentação de recursos financeiros provenientes de diferentes origens e tipos, nomeadamente através da quotização de associados, atribuição de subsídios e donativos, entre outros.

Face ao valor de mercado deste setor e à produção de legislação, que veio regular o relato financeiro das organizações, é de assinalar a edição de publicações dedicadas a temas habituais no setor empresarial, como a fiscalidade e as condicionantes a observar para a obtenção de regimes mais favoráveis. Acresce ao facto das organizações de economia social terem que resolver os seus problemas de sustentabilidade social, ambiental e económica, uma vez que para cumprirem a sua missão não podem cobrar o preço real dos serviços que prestam nem mesmo o de custo de produção.

A fiscalidade encontra-se diretamente relacionada com a sustentabilidade económica das organizações deste sector, a qual depende da gestão dos resultados económicos e do seu reinvestimento, bem como da mobilização de voluntários e ainda do benefício do financiamento público enquanto entidades produtoras de bens públicos. (Ribeiro & Santos, 2013)

Atente-se, a título de exemplo, que de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, “As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas” estão isentas de IRC (*Decreto-Lei n.º 159/2009 de 13 de Julho, Diário da República n.º 133 -1.ª Série.*), contudo a mais recente alteração do código de IRC eliminou a referência a “entidades anexas” da isenção o que teve impacto numa das atividades desenvolvidas pelas Mutualidades, a poupança através das Caixas Económicas.

Recorde-se a antiguidade das caixas económicas com objetivo de “emprestar os capitais necessários para a agricultura, pequeno comércio e indústria e ainda receber poupanças em depósito” tendo a primeira sido aprovada por decreto em 1868 e concretizada pela Misericórdia de Viana do Castelo e Viseu.(Paiva et al., 2003, p. 89)

A prestação de contas entendida como o relato financeiro através de relatório e contas é uma exigência aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL) que se compreende pela maior exigência de transparência na demonstração da utilização dos recursos e atividades desenvolvidas perante todos os interessados. A comparação da natureza das relações e operações realizada pelas entidades do terceiro setor e as do setor privado e público é esquematizado na figura seguinte. (Araújo, Cardoso, & Novais, 2012):

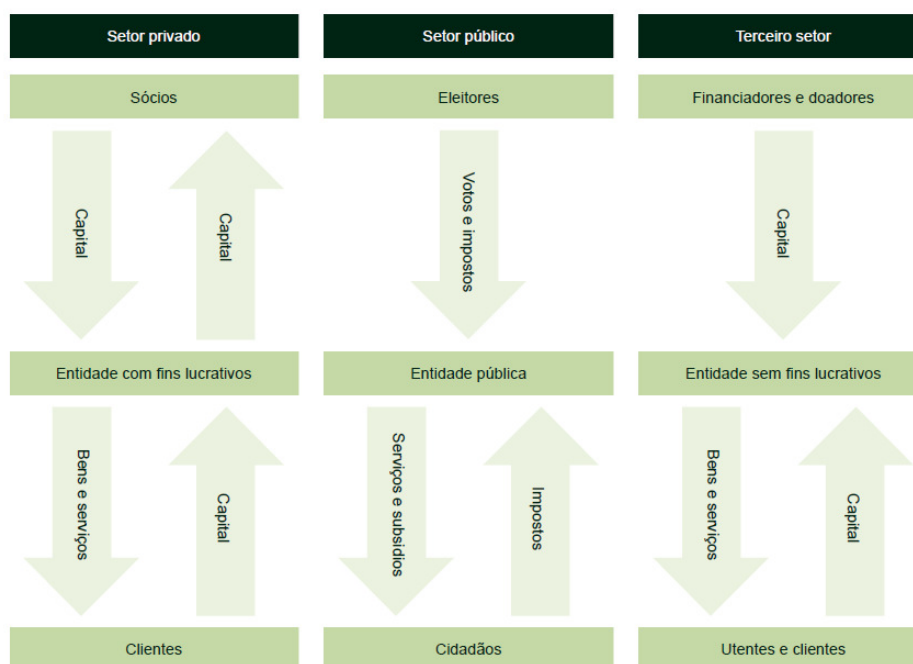


Figura 9. Natureza das relações e operações nos 3 setores

Fonte: (Araújo et al., 2012)

Segundo os mesmos autores, enquanto o setor privado é regulado pelo mercado e normativos do estado, numa relação de equilíbrio entre a oferta aos clientes e o melhor resultado para os sócios. O setor público disponibiliza serviços e subsídios aos que os elegem funcionando desta forma como reguladores da atividade. No terceiro setor não existe uma regulação do mercado nem dos eleitores que se pode explicar pelo facto do preço dos bens e serviços disponibilizados não corresponder ao seu valor real, dada a existência de fontes de financiamento público, privado ou de economias de escala e eficiência interna.

O contexto atual de redução dos apoios estatais, a maior procura de serviços no setor, da existência de maior concorrência às fontes de financiamento e doação, centra a atenção da sociedade civil no tipo de gestão desenvolvida nas ESNL e, consequentemente, da assertividade da aplicação dos subsídios concedidos e respetivas isenções fiscais.

A responsabilização social progressiva promove a aplicação, cada vez mais abrangente, do conceito de *accountability*, que é mais do que prestar contas, “consiste em reconhecer e assumir com responsabilidade e transparência os impactos das políticas, decisões, ações, produtos e desempenho a eles associados”(Araújo et al., 2012, p. 21)

A importância da prestação de contas por imposição legal, tem também uma “dimensão moral de autorresponsabilidade” destas organizações e o valor da credibilidade associada à disponibilidade de fundos para a sua gestão e continuidade. (Pinto, 2012)

Desta forma as organizações responsáveis, obrigam-se a definir uma estratégia em função da sua missão e dos interesses dos seus *stakeholders*, estabelecendo objetivos e normas suscetíveis de avaliação, para além de uma prática recorrente de divulgação dos seus resultados, o que contribui para a “transparência, a credibilidade e a sustentabilidade da sociedade e das organizações”.(Araújo et al., 2012). O processo de prestação de contas sintetiza os documentos, prazos e órgãos envolvidos encontra-se ilustrado no Anexo 2.

No âmbito legal, as associações mutualistas orientam-se pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de Março - Código das Associações Mutualistas e Portaria n.º 135/2007, de 26 de Janeiro – Regulamento de Registo das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar, as quais são tuteladas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, através da Direcção-Geral da Segurança Social com o objetivo principal de zelar pelo cumprimento da lei, no que respeita aos fins prosseguidos e às atividades realizadas pelas associações, de modo a salvaguardar os direitos dos associados.

A tutela exerce a sua ação de fiscalização e de garantia do cumprimento da lei, através de auditorias. Assim, a organização das associações sustentada no

princípio da evidência, subjacente aos sistemas de gestão da qualidade, poderá obter uma vantagem organizacional, pela produção de evidências de forma natural e interiorizando a metodologia da auditoria como um processo corrente.

Mais recentemente, a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março – Regime de normalização contabilística para as microentidades e ESNL, revoga o Plano de Contas das Associações Mutualistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 295/95, de 17 de Novembro. As regras contabilísticas criadas têm como objetivo as entidades que desenvolvem a sua atividade “sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto, designadamente associações, pessoas coletivas públicas de tipo associativo, fundações, clubes, federações e confederações”. (*Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Diário da República, N.º 48 - 1.ª série, 2011, p. 1334*)

O referido diploma reforça, ainda, a necessidade das organizações do setor demonstrarem os resultados da gestão dos seus recursos com informação fiável dado que “as entidades que integram o sector não lucrativo respondem a finalidades de interesse geral que transcendem a actividade produtiva e a venda de produtos ou prestação de serviços.” (*Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, Diário da República, N.º 48 - 1.ª série, 2011, p. 1334*)

Esta obrigação legal terá forçado a algum tipo de reorganização interna de forma a permitir a compilação dos documentos e procedimentos necessários para lhes dar fundamento e cumprimento, dado que até à data a apresentação de contas não se encontrava regulada para todas as entidades.

A ausência de formação ou competência técnica nas áreas de gestão presente nos dirigentes voluntários e responsáveis pela gestão global é generalizada nas organizações deste setor.

A mudança da estrutura organizacional de gestão “doméstica” para uma gestão mais profissional ocorre com a crescente profissionalização dos elementos da base da organização e pela descentralização do poder de decisão pelas equipas de trabalho. (Martinho & Parente, 2012)

1.5 Certificação, normas e modelos

Para além das obrigações legais de reporte financeiro que passaram a ter um carácter obrigatório para as organizações deste setor, constata-se que algumas delas detêm certificação do sistema de gestão da qualidade de acordo com o referencial ISO 9001.

A certificação neste sector é muito recente uma vez que a ISO 9001 era orientada para a garantia da qualidade do produto físico, sendo englobada a possibilidade de certificação de “organizações de serviços” a partir da revisão de 2000.

Em Portugal, o IPQ - Instituto Português da Qualidade tem por missão a coordenação do SPQ (Sistema Português da Qualidade). Este pode ser definido pelo “conjunto integrado de entidades e organizações inter-relacionadas e interatuantes que, seguindo princípios, regras e procedimentos aceites internacionalmente, congrega esforços para a dinamização da qualidade em Portugal e coordena três subsistemas: normalização, qualificação e metrologia”. (*Decreto-Lei n.º 71/2012 de 21 de março, Diário da República, N.º 58 - 1.ª série, 2012, p. 1317*)

A definição de Qualidade é apresentada como “o conjunto de atributos e características de uma entidade ou produto que determinam a sua aptidão para satisfazer necessidades e expectativas da sociedade.” (*Decreto-Lei n.º 71/2012 de 21 de março, Diário da República, N.º 58 - 1.ª série, 2012, p. 1317*) A Qualidade surge frequentemente associada às normas da família ISO 9000, as quais foram concebidas para “apoiar as organizações, de qualquer tipo e dimensão, na implementação e operação de sistemas de gestão da qualidade eficazes”. (APCER, 2005, p. 7)

Segundo Juran, e Godfrey (1998, p. 11.11), as normas ISO 9000 existem principalmente para facilitar o comércio internacional embora tenham sido inicialmente elaboradas para dar resposta às necessidades das atividades militares e indústria nuclear e posteriormente utilizadas na indústria e comércio. As normas da família ISO 9000 são complementares de quaisquer especificações técnicas,

normas ou regulamentos aplicáveis aos produtos da organização ou das suas operações (Juran & Godfrey, 1998)

Porém, analisando os oito princípios da gestão da qualidade a observar para obtenção do melhor desempenho da organização, constata-se que não existe qualquer limitação na sua aplicação às entidades deste setor.

De forma sintetizada, os oito princípios são segundo a Associação Portuguesa de Certificação (APCER) (2010)

- **Focalização no cliente:** As organizações devem compreender, satisfazer, e se possível, exceder as necessidades e expectativas dos seus clientes;
- **Liderança:** Os líderes devem criar e manter um ambiente interno, no qual as pessoas possam envolver-se totalmente na concretização dos objetivos da organização;
- **Envolvimento das pessoas:** As pessoas são a essência das organizações;
- **Abordagem por processos:** Definição sistemática das atividades necessárias para alcançar o resultado desejado, estabelecendo responsabilidades claras e melhorar a avaliação dos riscos e impactos das atividades sobre as partes interessadas;
- **Abordagem da gestão como um sistema:** Estruturação do sistema para atingir objetivos, melhorar a compreensão das interações entre os processos e os contributos das atividades para o alcance dos objetivos gerais;
- **Melhoria continua:** Constitui o objetivo permanente da organização. Exige a disponibilização de formação aos colaboradores e ferramentas orientadas para a melhoria, comunicação interna dos objetivos e resultados alcançados;
- **Abordagem à tomada de decisões baseadas em factos:** Impõe-se a organização de informação e dados de forma acessível de modo a que as decisões sejam sustentadas em dados;
- **Relações mutuamente benéficas com fornecedores:** Estabelecer relações que equilibrem os benefícios a curto prazo com as consideradas a longo prazo, selecionando os fornecedores chave e estabelecer planos concertados visando a melhoria conjunta.

Sobre a certificação no setor, Leitão (2010) aponta a profissionalização da gestão das OSFL como fator importante para o crescimento da certificação nestas organizações bem como a necessidade identificada pelo Instituto da Segurança Social (ISS) de qualificar as respostas sociais através de um sistema de certificação específico. Aliás, o ISS já editou Modelos de Gestão da Qualidade das Respostas Sociais, aplicáveis a diferentes áreas de atuação desde creches, centros de dia, apoio a idosos, lares e centros de atividades, entre outros.

A normalização procura dar resposta a problemas de natureza técnico-industrial, evoluindo para um âmbito muito mais alargado abrangendo serviços como turismo e transportes, sistemas de gestão ambiental e recursos humanos, questões de ordem ambiental, inovação e social (IPQ, 2015)

No âmbito da gestão da responsabilidade social foram também criadas as normas SA 8000, a ISO 26000, tendo sido recomendado que cada país ou região que criasse uma resposta de acordo com a sua realidade de modo a que as organizações possuam instrumentos localmente adaptados para a definição e implementação da responsabilidade social, mas também para que vejam os seus investimentos neste domínio reconhecidos e valorizados pelas partes interessadas. Na sequência desta recomendação surge a norma portuguesa NP 4469-1: 2008 - Sistema de Gestão da Responsabilidade Social (APCER, 2014)

O objetivo global desta norma é incentivar e orientar as organizações para uma atuação socialmente mais responsável, no contexto dos desafios do desenvolvimento sustentável, gerindo a sua atividade tendo em atenção os impactes positivos e negativos que gera. Segundo a Comissão Técnica responsável pela elaboração da norma, será possível distinguir entre quem faz “Responsabilidade Social e quem faz marketing e relações públicas baseadas em apoio a causas, filantropia ou mecenato.”(Ferro & Veritas, 2009, p. 1)

A APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial é o Organismo Normalizador Setorial reconhecido pelo IPQ para os domínios da ética e responsabilidade social, tendo participado no desenvolvimento da norma ISO 26000 e coordenado a NP 4469-1.(APEE, 2015)

A produção de normas é cada vez mais orientada para áreas de atividade diversas da indústria ao mesmo tempo que estabelece referenciais cada vez mais exigentes, como é o caso da APQ enquanto parceira da EFQM - *European Foundation for Quality Management* que “é responsável em Portugal pela promoção, formação e qualificação de profissionais no âmbito do Modelo de Excelência e metodologias associadas, assim como pela tradução e comercialização dos seus materiais”. (APQ, 2015)

A certificação na Economia Social pode ser entendida como uma evolução no sentido de promover a adoção de atividades e práticas presentes no setor empresarial privado. A necessidade de ter padrões, referências para avaliação da prestação de serviço reflete-se também na emissão de documentação de referência pelo ISS para as respostas sociais a nível interno.

Face à constante comparação entre pares a nível internacional, sobretudo na Europa, a adoção de referenciais como EFQM começa a ser implementada em entidades de serviço público. O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social obteve em 2011, pela segunda vez consecutiva, o reconhecimento “*Recognised for Excellence*” de 5 estrelas o qual equivale ao nível máximo do EFQM. (S. Social, 2014)

Outro exemplo é o Modelo Europeu de Qualidade nos Serviços Sociais – *EQUASS Assurance*, da iniciativa da *European Platform for Rehabilitation*, o qual consiste num “sistema de reconhecimento, garantia e certificação da qualidade dirigido às organizações que atuam no âmbito dos serviços sociais, tais como reabilitação, formação profissional, assistência e cuidados às pessoas em situação de fragilidade social e outros do domínio dos serviços pessoais de interesse geral.” (POPH, 2015, p. 2)

A conceção do sistema pretende constituir um apoio ao desenvolvimento dos serviços sociais, reforçando o nível de compromisso das organizações com a qualidade e a melhoria contínua e garantindo às partes interessadas, a nível europeu e ao nível dos países, a qualidade dos serviços prestados. Este sistema teve por base os sistemas de qualidade total e os modelos de excelência, instituindo uma abordagem integrada. O modelo conta com a avaliação em 50 critérios, os

quais têm obrigatoriamente 2 indicadores de desempenho. Avalia 10 princípios da qualidade, que incorporam os aspetos principais do sistema de gestão da qualidade. É realizada uma autoavaliação baseada em inquérito, posteriormente são analisadas por equipa externa.



Figura 4: Princípios da Qualidade EQUASS

Fonte: (LP2C - Consultadoria em Gestão e Qualidade, 2015)

A certificação da Qualidade dos Serviços Sociais EQUASS integra três níveis de reconhecimento da qualidade nas organizações: Certificação da Qualidade nos Serviços Sociais (nível I), Certificação da Excelência nos Serviços Sociais (nível II), Prémio Europeu da Qualidade nos Serviços Sociais (nível III).

1.6 Mutualidades e Voluntariado

Nas 119 Mutualidades identificadas na CSES 2010, a ação social é a atividade predominante seguindo-se a saúde e bem-estar e por fim as atividades financeiras, contudo no que respeita ao VAB não existe esta proporcionalidade.

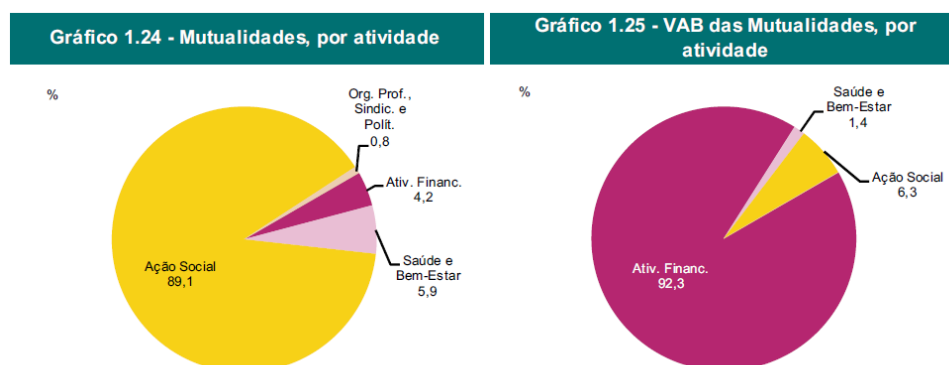


Figura 5: Mutualidades: Atividade e VAB

Fonte: (INE, 2013)

No que respeita aos recursos e despesas, são as atividades financeiras que asseguram 81,3% do total dos recursos, seguindo-se a ação social com 16,8% e a saúde e bem-estar com 1,9%.(INE, 2013)

Na sequência das designações e conceitos já discutidos para o setor, a designação de “Voluntário” associado ao desempenho de funções sem remuneração leva a refletir sobre a avaliação efetuada pelo INE em 2012. No inquérito realizado foi recolhida informação relativa ao número de voluntários, enquadramento institucional, tipo de tarefa e número de horas dedicadas utilizando para o efeito *Manual on the Measurement of Volunteer Work* da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (INE, 2013)

As atividades desenvolvidas como Voluntariado foram analisadas de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões (CPP), verificando-se que a maior taxa, 51.7%, corresponde a atividades relativas a serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, onde se inclui o trabalho voluntário realizado no auxílio a crianças, a idosos e ao combate à solidão. (INE, 2013)

Constata-se que Portugal regista uma taxa muito reduzida de voluntariado no contexto europeu:

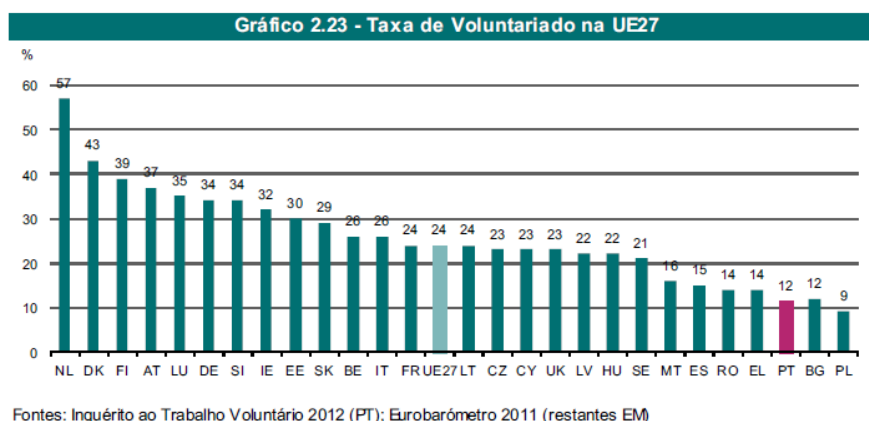


Figura 6: Taxa de Voluntariado na UE

Fonte: (INE, 2013)

A valorização do trabalho voluntário em termos económicos pode ser realizado com base na recomendação do *Manual on the Measurement of Volunteer Work*, utilizando o custo de substituição a preço de mercado que pode ser calculada com recurso ao salário médio bruto da comunidade, por exemplo, para as atividades de bem-estar e serviço social. (Nations, 2003)

Existe ainda o custo de oportunidade e mercado que corresponde ao valor do trabalho do voluntário numa atividade similar no mercado e o custo de substituição que consiste no valor a pagar pela instituição para substituir o trabalho voluntário por trabalho pago. O critério do custo de oportunidade não é habitualmente utilizado atendendo que o valor do trabalho depende da qualificação de quem o realiza o que induz valores incorretos.

Capítulo 2

2. Metodologia

O Estudo de Caso é uma metodologia de investigação apropriada para o desenvolvimento de estudos na área da gestão e ciências sociais, justificada pela necessidade de obter “informação qualitativa que explique a informação quantitativa”, bem como para a investigação quando o objeto de estudo se relaciona com um “fenómeno contemporâneo, dentro de um contexto real” e que não pode ser manipulado. (Barañano, 2004, p. 102)

Este método é adequado quando a pesquisa pretende explorar questões do tipo “como” e “porquê”, sendo ainda mais relevante quando se pretende aprofundar o conhecimento de fenómenos sociais (Yin, 2008, p. 4).

Após delimitação do estudo de caso, colocou-se a necessidade de decidir sobre a metodologia de recolha de informação entre questionário e entrevista. Tendo em consideração o tema central, considera-se que a realização de entrevista será mais adequada uma vez que permite ao entrevistado fornecer informação para além dos dados requeridos. A entrevista poderia ainda ser do tipo estruturada sendo focada no tema de estudo. Contudo, a entrevista semiestruturada e focalizada “com recurso a tópicos relativos ao problema que se vai estudar” (Freixo, 2009, p. 192) considera-se mais adequada para o carácter exploratório do tema.

Na preparação das entrevistas foi recolhida toda a informação disponível ao público em geral pelas organizações, com o objetivo de confirmar e esclarecer factos e dados de referência.

A elaboração do guião teve em consideração as orientações de Barañano (2004) com inclusão de questões objetivas de caracterização da organização, expressamente concebidas para efeito de comparação e questões abertas, mais abrangentes, destinadas a obter informação histórica da organização, contexto social e vivência do entrevistado.

2.1 Enquadramento e Objetivos

Considerando que o presente estudo tem como foco conhecer os fatores diferenciadores das práticas de gestão das Organizações deste sector, em particular as mutualidades, utilizamos como instrumentos de investigação a pesquisa bibliográfica e estudo de caso múltiplo.

A pesquisa bibliográfica teve como objetivo conhecer os conceitos a nível internacional e nacional, a composição do terceiro setor em Portugal e a informação de gestão disponibilizada pelas organizações. Constata-se desde logo a oportunidade de ampliar o conhecimento sobre esta temática.

As entrevistas a realizar terão como foco central a identificação dos principais aspetos da gestão e controlo das organizações, às atividades desenvolvidas e aos fatores de diferenciação das associações mutualistas das restantes organizações do terceiro setor. Complementarmente será abordada a motivação para a implementação e manutenção de sistemas de gestão da qualidade ou outras normas de referência como metodologias de monitorização e controlo e aspetos diferenciadores que possam explicar o desempenho e resultados obtidos.

Para o efeito, apresenta-se a metodologia adotada, definição da amostra, estrutura do guião de entrevista.

2.2 Universo e Seleção da Amostra

A necessidade de realizar a caracterização da Economia Social em Portugal levou a que o Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) celebrasse um Protocolo de cooperação, em 2011, com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL (CASES) para elaboração da CSES já mencionada.(INE, 2013)

Em 2006 foi realizada uma conta satélite idêntica à realizada para 2010, publicada em 2013, a qual estabelece dois tipos de organizações: Grupos de entidades da Economia Social, onde se inserem as Cooperativas, Mutualidades, Misericórdias, Fundações, Associações e outras Organizações da Economia Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Considerando que o estudo se centra nas Mutualidades, foi solicitada à CASES a identificação das 119 consideradas na CSES a qual consta do Anexo 2.

A partir da denominação das organizações foi desenvolvida uma pesquisa de informação em bases de dados da Segurança Social (Anexo 3), União das Mutualidades, Autarquias, *sites* e bases de informação económica de forma a obter informação específica de cada uma, a qual foi compilada numa base geral única (Apêndices 1 a 4).

A abordagem de agrupamentos em função da distribuição geográfica e das características das organizações permitiu a constituição de uma amostra por conveniência (Freixo, 2009).

No que respeita à distribuição geográfica, observa-se uma concentração relevante nos distritos de Lisboa e Porto, sendo esta última a de maior expressão.

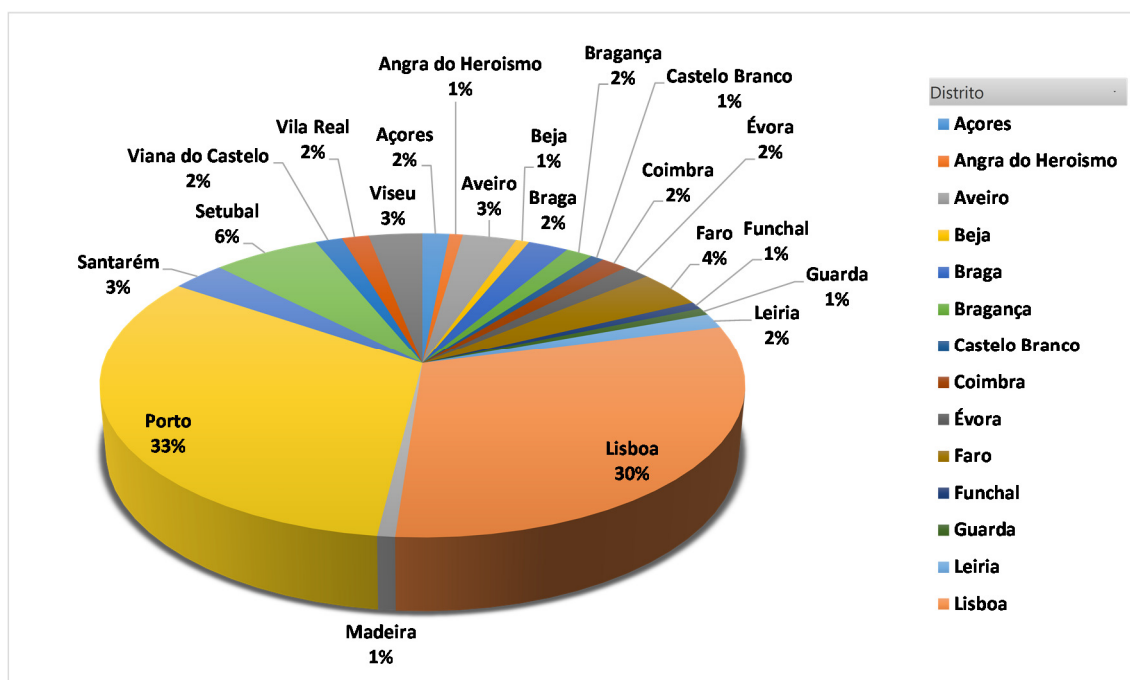


Gráfico 1: Distribuição das Organizações por Distrito

Fonte:(INE, 2013)

Existem associações mutualistas de 1º grau e grau superior, o qual é definido no Código das Associações Mutualistas (*Decreto-lei n.º 72/90 de 3 de março, Diário da República N.º 52 - 1.ª série, 1990*) para designar agrupamentos de associações

sob a forma de federação, união e confederação as quais mantêm o estatuto de associações mutualistas.

As quatro mutualistas de grau superior são as Ligas das Associações de Socorro Mútuo do Porto e Vila Nova de Gaia, Mutuália e a União das Mutualidades Portuguesas.

Atendendo que das 42 associações sedeadas no distrito do Porto, encontram-se 2 associações mutualistas de grau superior foi selecionada a Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia, a qual dispõe de farmácia que se encontra certificada segundo a norma ISO9001 o que permitirá explorar a vertente da implementação de sistemas de gestão da qualidade.

A atividade mutualista de poupança através de Caixa Económica é assegurada pela associação “A Beneficência Familiar” criada em 1877, considerando-se por isso pertinente conhecer melhor as práticas de gestão e articulação entre a Associação e a Caixa.

A atividade mutualista de poupança também é disponibilizada pela “A Benéfica e Previdente” criada em 2002, por fusão entre a “Associação Benéfica dos Empregados do Comércio no Porto” e “A Previdente – Associação de Socorros Mútuos” criadas em 1877 e 1928, respetivamente, sendo por isso interessante conhecer a experiência centenária na gestão e a sua evolução.

Considerou-se ainda a realização de entrevista a uma associação mutualista, constituída em data anterior a 1905, sedead num dos concelhos limítrofes do Porto, tendo sido selecionada a Associação de Socorros Mútuos S. Bento das Peras, fundada em 1895 em Rio Tinto, concelho de Gondomar.

As Associações Mutualistas que integram a amostra são:

1. A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista
2. A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos
3. Associação de Socorros Mútuos S. Bento das Peras
4. Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia

Os critérios de seleção foram:

- Âmbito geográfico, relevância do distrito do Porto
- Mutualista de Grau Superior
- Longevidade das Associações
- Atividade Mutualista de Poupança (Caixa Económica)
- Atividade Mutualista de Subsídio Fúnebre
- Atividades desenvolvidas na área social e da saúde
- Certificação de Sistema de Gestão da Qualidade

2.3 Entrevista

As entrevistas realizadas contaram com a colaboração dos gestores das organizações selecionadas, tendo sido apresentados os objetivos gerais do estudo e metodologia adotada para obtenção de dados e informação. A informação quantitativa foi compilada para análise estatística descritiva, sendo as respostas às questões abertas apresentadas na íntegra. Todos os entrevistados contribuíram com informação valiosa de caráter histórico das organizações e do desenvolvimento do mutualismo nas organizações em geral.

A entrevista contempla uma secção relativa à caracterização da organização, seguindo-se uma secção dedicada à gestão onde são colocadas questões quanto às atividades desenvolvidas, parcerias, fontes de financiamento, organização e recursos humanos no que respeita à afetação temporal, género e qualificação.

No conjunto de questões relativas ao sistema de gestão de qualidade ou outras normas de referência, nas organizações que não têm sistemas implementados é aproveitada a oportunidade para avaliar a existência de práticas equivalentes, bem como a motivação da organização para a implementação do sistema, as dificuldades e benefícios identificados.

As questões abertas, colocadas ao longo das secções, são as seguintes:

- **Gestão corrente:** Como é assegurada a gestão diária da organização?
- **Práticas de gestão:** Como é realizada a definição e monitorização de objetivos e planeamento estratégico?
- **Sistema de gestão da qualidade ou outras normas:** A organização tem um sistema de gestão da qualidade ou outra norma de referência implementada ou Certificada? Em caso afirmativo, ou previsto, quais as motivações e a mais-valia associadas?
- **Caixa Económica (Poupança):** Como é assegurada a gestão da Caixa Económica? Quais as exigências acrescidas face à especificidade da atividade bancária?
- **Associações Mutualistas e outras IPSS:** O que distingue as Associações Mutualistas das restantes organizações (IPSS, OSFL) deste setor?

Capítulo 3

3. As Mutualidades

Existem duas organizações criadas recentemente, a RedeMut e Mutuália, que são referidas pelos entrevistados, pelo que se considera pertinente fazer uma breve descrição de cada uma delas e referir as vantagens que foram identificadas na perspetiva das associações relativamente à sua adesão.

3.1 RedeMut

Fundada em 25 de outubro de 2012 por 12 associações mutualistas, com o objetivo de prestar cuidados de saúde à comunidade de associados que as integram, permite que cada associado, independentemente da mutualidade a que pertence possa usufruir dos serviços das outras mutualidades associadas, em complementaridade com o Serviço Nacional de Saúde. (Mutualidades, 2013)

Os valores são expressos através de 6 princípios: não seleção, não lucratividade, equilíbrio financeiro, gestão democrática, implementação de um sistema de preços tendencialmente idênticos entre as várias Mutualidades e identidade de imagem e marca, sendo o financiamento assegurado pela quotização paga pelas associadas e outras quantias que venham a ser recebidas, bem como os resultados da prestação de serviços e rendimentos do património.

Os associados diretos são cerca de 700.000 contudo sendo os benefícios extensíveis aos familiares diretos, estima-se em 1.500.000 de portugueses que possam usufruir desta rede. (Silva, 2013)

Carlos Salgueiral, presidente do conselho de administração da RedeMut, refere que esta organização tem duas propriedades fundamentais que definem a economia social e solidária, “A promoção da reciprocidade como princípio de organização económica e a criação de espaços de proximidade movidos por valores solidários.” (Cidadania, 2013, p. 39)

Luís Amorim, identifica como vantagens de relevo a acessibilidade às instalações e clínicas das outras mutualistas, em qualquer ponto do país, sobretudo para os residentes em zonas fora dos grandes centros em que é garantida “a disponibilidade de médico ao domicílio, no prazo máximo de 2 horas, graças ao estabelecimento de protocolos com médicos locais. Mesmo em caso de necessidade de deslocação para o hospital, o transporte e as despesas são asseguradas pela Associação.”

O crescimento futuro da RedeMut é uma ideia partilhada por todos os entrevistados.

3.2 Mutuália

A Mutuália – Federação Mutualista, de âmbito nacional, tem como objetivo a implementação e desenvolvimento de produtos destinados a servir de complemento à Segurança Social aos associados das mutualidades aderentes.

Conta atualmente com 14 associações e disponibiliza 3 planos de seguro de saúde para os seus associados e elementos do agregado familiar do aderente, o direito de adesão ao mesmo plano ou equivalente que o subscritor. Graças ao acordo estabelecido com a mútua de saúde francesa Europamut (MGEN), o seguro de saúde, engloba todo o tipo de doença, hospitalização, cuidados paliativos com comparticipações até aos 90%.(Mutuália, 2014)

Luís Polónia aponta como principal razão a adesão à Mutuália, a disponibilização de produtos como poupanças, poupança-reforma e seguros de saúde que as associações não teriam capacidade para ter.

Luís Amorim, considera a associação à Mutuália uma mais-valia para os seus associados uma vez que podem usufruir, em condições vantajosas, dos produtos disponibilizados na área da poupança e proteção de emprego.

3.3 A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista

Entrevistado: Carlos Salgueiral (CS), presidente da direção.

3.3.1 Caracterização

A Benéfica e Previdente, Associação Mutualista (BP), fundada em 30 de dezembro de 2002, data em que se dá a fusão entre a “Benéfica de Empregados de Comércio no Porto”, e a “Previdente” - Associação de Socorros Mútuos, fundadas em 29 de Abril de 1877 e 24 de Outubro de 1928, respetivamente.

A fusão das duas associações é considerada por **(CS)** uma vantagem dada a acumulação da experiência centenária das duas associações e a diferenciação entre elas. “Enquanto a Previdente tinha uma vertente puramente mutualista de gestão de planos de poupança, a modalidade mutualista da Benéfica era a saúde, já com uma componente de ação social”

A Benéfica e Previdente está sediada no concelho do Porto, não tem qualquer limitação no âmbito geográfico ou de admissão de sócios que são atualmente 4.000. Contudo o número de utentes é de cerca de 12.000 utentes uma vez que abrange os familiares de 1º grau.

A associação define como missão “Conceder, através de modalidades individuais e coletivas, benefícios de segurança social e de saúde, destinados a prevenir ou reparar a ocorrência de factos contingentes relativos à vida e à saúde dos associados e seus familiares; Prosseguir outras formas de proteção social e de melhoria de qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos, serviços e obras sociais que visem proteger os associados e seus familiares na integralidade do seu desenvolvimento moral, intelectual e físico; Gerir regimes profissionais complementares dos regimes de segurança social, nos termos legais” (“A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista,” 2011, p. 1)

A ideia chave subjacente à missão resume-se desta forma “Procura estar mais próximo dos associados na satisfação das suas necessidades mais prementes, tendo em conta as dificuldades que vão encontrando.” **(CS)**

3.3.2 As atividades desenvolvidas

- Serviços de saúde: Consultas de clínica geral e algumas especialidades, exames complementares e assistência domiciliária durante o período noturno. Os associados podem também utilizar os serviços médicos e farmácia da Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto atendendo que a associação é societária da mesma.
- Assistência medicamentosa, através da farmácia da Liga do Porto.
- Apoio à infância, através de jardim-de-infância, creche e centro de atividades de tempos livres na Creche e Infantário Flor de Abril.
- Apoio Social, na casa das Glicínias, onde funciona o centro comunitário e ocupacional, centro de convívio. Realizam-se atividades de oficinas, palestras, feiras temáticas, vendas de artigos produzidos nas oficinas ou oferecidos e comemoram-se algumas datas ou épocas especiais. O objetivo principal é envolver as pessoas localmente, promovendo o seu desenvolvimento na área da educação, formação cívica.
- Apoio aos idosos: Dispõe de residência para acolhimento temporário de idosos e serviço de apoio domiciliário. O serviço de “Telecuidado”, realizado em parceria com a *HopeCare*, garante apoio e acompanhamento via telefone para controlo de medicação, por exemplo, sendo a periodicidade e tipo de acompanhamento, definido de acordo com as necessidades do utente.
- Banco de Ajudas Técnicas tem como função ceder aos associados, a título de empréstimo alguns os equipamentos existentes como cadeiras, canadianas, etc.
- Previdência: A caixa económica disponibiliza planos de poupança (repartido, a prazo com pagamentos certos, a prazo de 10,15,20 ou 25 anos), permitindo fixar à partida o valor e período. O plano de sobrevivência, semelhante ao subsídio de funeral, sendo o valor a receber por morte do associado dependente do plano e capital que for contratado.
- Seguros de acidentes pessoais, automóvel, acidentes de trabalho e multirrisco habitação.
- Rendimento de Inserção Social, realizado na organização através dos processos de candidatura ao Rendimento de Inserção Social.

- Formação: Sobretudo na área dos conhecimentos profissionais, é entidade formadora certificada e é habitualmente financiada pelo POPH.
- Prestação de Serviços de Higiene e Segurança o Trabalho, autorizada pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e serviço de medicina no trabalho.
- Turismo Social: Moradia turística no Gerês para utilização pelos sócios.

3.3.3 Parcerias

Com o objetivo de ampliar os benefícios dos seus associados, a associação integra a RedeMut, proporcionando cuidados de saúde à comunidade de associados das mutualistas que a integram, beneficiando da experiência e rentabilizando os equipamentos já existentes, em áreas geográficas distintas da residência ou da área de atuação da associação a que pertence.

Encontra-se associada à Mutuália – Federação Mutualista, cujo objetivo já foi referido e participa de forma regular em atividades desenvolvidas por outras entidades como Câmara Municipal do Porto, União das IPSS do Porto, Associação Nacional de Combate à Pobreza, Abraço, Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

3.3.4 Fontes de financiamento

As quotas e os resultados da prestação de serviços médicos, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e dos rendimentos obtidos com as modalidades de poupança.

O financiamento público refere-se na íntegra à comparticipação dos serviços prestados pela associação e não à associação, representando cerca de 50% do orçamento global.

3.3.5 Modalidades

A quotização é única de 10€ por trimestre. As vantagens associadas são o acesso a todas as atividades desenvolvidas pela associação, diretamente ou através de acordos de parceria ou protocolos.

O acesso à caixa económica exige a subscrição de pelo menos uma modalidade da associação sendo a idade avaliada de acordo com a modalidade pretendida, o que determina o valor da quota a pagar que leva em conta com outros fatores como o capital, prazo, idade e as tabelas atuariais. Trata-se de poupança que é acumulada para ser levantada pelo sócio decorrido um determinado prazo, entregas parcelares ou por falecimento do sócio, no caso da modalidade de sobrevivência.

3.3.6 Modelo de Gestão

A direção tem 5 elementos que reúnem mensalmente. O presidente exerce funções a tempo inteiro, é remunerado, supervisionando todas as atividades.

A idade dos elementos da direção situa-se entre os 26 e os 65 anos, dos quais 4 têm formação superior, mas nenhum deles na área específica da gestão de organizações deste tipo. Releva a experiência adquirida em exercício de funções em mandato anterior e outro na área do sindicalismo.

Conta com 129 colaboradores, 79 a tempo inteiro e 50 a tempo parcial onde se englobam os médicos, enfermeiros, formadores, etc. A formação de nível superior é mais relevante, 90 colaboradores em 129, situando-se os restantes na faixa entre o 9º e o 12º ano.

3.4 A Beneficência Familiar - Associação de Socorros Mútuos

Entrevistada: Ilda Oliveira (IO), diretora financeira.

3.4.1 Caracterização

A Beneficência Familiar Associação de Socorros Mútuos (BF) foi fundada em 1 de Janeiro de 1877, tem atualmente 51.835 associados e cerca de 120.000 utentes uma vez que engloba os familiares de 1º grau e os associados de outras organizações com que estabeleceu protocolos.

A missão da associação é disponibilizar assistência médica e medicamentosa e conceder subsídio de funeral.

3.4.2 As atividades desenvolvidas

- Serviços de saúde: Clínica geral, especialidades e serviço de enfermagem prestados pela Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto da qual é societária.
- Assistência medicamentosa, através da farmácia da Liga do Porto.
- Previdência: Caixa Económica do Porto anexa à associação, aberta ao público em geral, tem como objetivo incentivar a Poupança, mesmo com depósitos reduzidos, sem qualquer imposição de valor mínimo e sem cobrança de despesas de manutenção da conta. Trata-se de uma instituição tutelada pelo Banco de Portugal, com as mesmas garantias de um depósito bancário. A caixa também faz empréstimos sobre penhores. O Subsídio de funeral é concedido por morte do associado desde que o mesmo se tenha inscrito antes dos 55 anos
- Turismo Social: Promove viagens e atividades culturais e de lazer.
- Ambulâncias: Transporte de associados doentes e dos familiares abrangidos para hospitais, laboratórios de análises, entre outros, com 4 ambulâncias dotadas de macas e elevadores, encontrando-se o serviço autorizado pelo alvará concedido pelo INEM.

- Funerária: Tem como objetivo prestar Serviço de Funeral, a preços mutualistas, aos associados e familiares residentes na região do Grande Porto, abrangendo os Concelhos do Porto, Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia, funciona durante 24h.

3.4.3 Parcerias

A associação tem acordos de cooperação, com um conjunto alargado de outras associações, tais como:

- Montepio Geral – Associação Mutualista
- A Vencedora – Associação Mutualista
- Previdência Familiar do Porto - Associação de Socorros Mútuos
- Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta
- Associação Mutualista dos Artistas - Casa do artista - Norte
- Elos de Solidariedade - Associação Mutualista
- Associação dos Reformados e Pensionistas do Montepio e da Caixa de Socorros e Pensões (Ex-trabalhadores dos STCP)
- Clube do Pessoal da EDP - Delegação do Porto
- Associação de Reformados da EDP - Delegação do Porto

A divulgação das modalidades e benefícios é realizada através de envio de informação a todos os associados, incluindo os das associações com que estabeleceram acordo.

A associação integra também a RedeMut e a Mutuália que disponibilizam mais vantagens nas áreas da assistência médica, planos de poupança e seguros.

3.4.4 Fontes de financiamento

As fontes de financiamento decorrem das atividades desenvolvidas, prestação de serviços e quotização, não são recebidos subsídios ou participações do estado.

O Plano de Atividades, Orçamento e Contas são apresentados aos associados, anualmente, em 2 Assembleias em dezembro e março, conforme o definido nos estatutos.

3.4.5 Modalidades

As modalidades disponibilizadas são as seguintes:

Classe Familiar - Subsídio de Funeral, limitada à idade de admissão de 55 anos, mediante a quota de 2,5€, garante o pagamento de subsídio de funeral por morte do associado no valor de 600€, do cônjuge 175€ e filhos menores que 15 anos no valor de 85€ ou 50€, valor este caso tenha idade inferior a 4 anos. Permite ainda usufruir dos serviços médicos e farmácia da Liga das Associações Mutualistas do Porto.

Assistência á Idade Sénior, na qual os associados com mais de 55 anos podem beneficiar de Assistência Médica e Medicamentosa, da Secção de Turismo Social, dos Serviços de Secção Funerária e do Transporte de Associados Doentes, pagam uma quota trimestral de 2€.

3.4.6 Modelo de Gestão

A direção tem 5 elementos, o presidente encontra-se na associação a tempo inteiro, sem remuneração, reunindo com os restantes quinzenalmente, conforme o definido estatutariamente.

A idade dos elementos da direção é superior a 46 anos, com prevalência na faixa de mais de 66 anos e nenhum tem formação específica na área da gestão de organizações deste tipo.

Conta com 55 colaboradores, maioritariamente homens, sendo a formação média entre o 9º e o 12º ano.

3.5 Associação de Socorros Mútuos S. Bento das Peras

Entrevistado: Luís Polónia (LP), chefe de serviços.

3.5.1 Caracterização

A Associação de Socorros Mútuos de São Bento das Peras de Rio Tinto (SBP), criada em 14 de abril de 1895 e reconhecida por alvará régio de 24 de março de 1898, tendo assumida a presente designação em 27 de Novembro de 1961.

A SBP está sediada no concelho do Gondomar, não tem qualquer limitação no âmbito geográfico ou de admissão de sócios que são atualmente 48.000 e mesmo número de utentes.

Elege como missão conceder subsídios de funeral por morte dos sócios e contribuir para a saúde dos mesmos. A Visão define-se como “Investir na saúde dos associados” assegurando desta forma também a sustentabilidade da associação.

3.5.2 As atividades desenvolvidas

- Serviços de saúde: Clínica geral, especialidades e serviço de enfermagem prestados pela Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto da qual é societária. Consulta de clínica geral, na sede da associação, 4 dias por semana, assegurada por 2 médicos da Liga do Porto.
- Assistência medicamentosa, através da farmácia da Liga do Porto.
- Previdência: O subsídio de funeral é atribuído por morte do associado, o qual terá que estar inscrito antes dos 55 anos.

3.5.3 Parcerias

A associação aderiu à Mutuália – Federação Mutualista, porque “disponibiliza produtos que as associações em princípio não teriam capacidade para ter” (LP), como é o caso das poupanças, poupança-reforma e seguros de saúde.

3.5.4 Fontes de financiamento

A fonte de financiamento não tem qualquer componente de origem pública, sendo inteiramente privada com origem na quotização e rendas muito reduzidas de imóveis que integram o património da associação.

As obras e aquisições realizadas não tiveram recurso a empréstimo bancário, tendo sido integralmente pagas por fundos próprios.

3.5.5 Modalidades

As condições de admissão de sócios foram alteradas em 2012, exigindo uma revisão dos estatutos, de forma a criar modalidades que permitissem o acesso aos serviços clínicos ou protocolos com farmácias e com a Liga do Porto para novos sócios com mais de 55 anos.

A subscrição de algumas modalidades, como a assistência médica e subsídio de funeral, obriga a avaliação da situação clínica (artº 4º do Regulamento de Benefícios da SBP), sendo o valor da inscrição diferenciados em função da idade, mantém-se a limitação de 55 anos para a subscrição do subsídio de funeral.

Subsídio de Funeral: 2€, inscrição do associado limitado à idade máxima 55 anos. O subsídio de 630€ é pago pelo falecimento do associado, 220€ pelo cônjuge, 125€ pelos filhos até 15 anos de idade. O pagamento dos subsídios por morte de familiares apenas é realizada a sócios que tenham sido admitidos até 31 de dezembro de 2011.

Assistência médica e enfermagem: 2€, Consiste na prestação de cuidados de enfermagem e de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, a realizar diretamente pela Associação e assegurada pelo corpo médico e de enfermagem ao seu serviço, ou através de acordos de cooperação ou protocolos com médicos ou clínicas idóneas.

Solidariedade Associativa: 1€, destina-se ao financiamento e promoção de formas de auxílio recíproco e de benefícios aos associados e seus familiares, tendo em vista, por um lado, o desenvolvimento e o apoio social, cultural, moral, intelectual e físico dos mesmos e respetivos familiares e, por outro, o acesso às instalações, equipamentos, serviços e benefícios prestados por outras Entidades cooperantes com a Associação.

3.5.6 Modelo de Gestão

A direção é composta por 5 elementos, reúne quinzenalmente ou em função de algum assunto específico, mas nenhum exerce funções em permanência, parcial ou total na associação.

A idade dos elementos da direção encontra-se em duas faixas, 2 têm idade entre 26 e 45 anos e 3 mais do que 66 anos.

No que respeita à formação geral e específica, 3 têm menos do que o 9º ano, 1 menos do que 12º e 1 é licenciado na área da gestão. Outro dos diretores exerce a profissão de bancário.

Os recursos humanos são 3, sendo o chefe de serviço licenciado em gestão e os restantes têm o 12º ano.

Os atos mais correntes que obrigam à assinatura do presidente e tesoureiro, são realizados através do *e-banking* não obrigando assim à deslocação à sede para esse efeito.

3.6 Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia

Entrevistado: Luís Amorim (LA), presidente da direção.

3.6.1 Caracterização

A Liga das Associações de Socorro Mútuo de Vila Nova de Gaia foi constituída em 11 de maio de 1905, por 5 associações: Associação Fúnebre Vilanovense de Socorros Mútuos, Associação de Socorros Mútuos de Mafamude, Associação de Socorros Mútuos *Commércio* e Industria de *Gaya*, Associação de Socorros Mútuos Beneficência Artistas de *Gaya* e Associação Oliveirense de Socorros Mútuos.

Em 1921 adere à Liga de Gaia, o Montepio Progresso Vilanovense. O desaparecimento e agregação de “associações mais pequenas com poucas condições de sustentabilidade”, levou às atuais 3 associações: A Vilanovense – Associação Mutualista, criada a 8 de dezembro de 1882, a Associação Oliveirense de Socorros Mútuos, fundada a 21 de maio de 1893 e o Montepio Vilanovense de Socorro Mútuo “Costa do Goodolphim” constituído em 8 de junho de 1921.

Os objetivos da Liga de Gaia estabelecidos em 1905, incluíam o “auxílio das associações a ela aderentes na satisfação de encargos e serviços comuns”(Gaia, 2015), o estabelecimento e exploração de farmácias e remodelar o serviço clínico das associações. Nesse ano o serviço clínico começa com 2 médicos e é inaugurada a farmácia social. Entretanto a Liga de Gaia ampliou e melhorou as suas instalações e áreas de atuação dispondo atualmente de uma farmácia, clínica médica, clínica estética e ótica.

Os associados são atualmente cerca de 50.000 dos quais cerca de 40.000 têm origem na Vilanovense – Associação Mutualista.

A Liga elegeu “Uma Missão sem prazo” como frase chave da definição da sua Missão e “Máximo de qualidade de vida em vida!” para a sua Visão.

3.6.2 As atividades desenvolvidas

- Serviços de saúde: São assegurados pela Clínica da Liga e cobrem mais de 30 especialidades.
- Assistência medicamentosa: A Farmácia da Liga proporciona aos seus associados condições mais favoráveis a todos os produtos e serviços prestados (homeopatia, fitoterapia, produtos veterinários, manipulados, dietéticos, dermoestética, entre outros). Dispõe de serviço de Farmadrive.
- Previdência: O subsídio de funeral é concedido pelas associações que constituem a Liga.
- Apoio Social: Através da Vilanovense, são concedidos apoios pontuais e de necessidade contínua, identificados previamente pela Camara Municipal de Gaia ou outras associações.
- Apoio domiciliário, encontra-se em fase de conceção.
- Serviço 19-24: Serviço de enfermagem entre as 19 e as 24h, praticando custos reduzidos para os clientes da farmácia e associados.
- Clínica de Bem-Estar: Nasceu do conceito de “SPA Urbano”, no qual são prestados serviços de estética, aconselhamento, terapias de reabilitação e medicinas complementares.
- As atividades culturais, lazer e desportivas da iniciativa de outras associações, são patrocinadas e estabelecidos protocolos para esse efeito.
- Ótica funciona nas instalações da Liga, em regime de concessão.
- Conferências: Organização de ciclos de conferências mensais, no auditório da Liga, com alguns temas fixos (Coração, Alergias, Gripe, entre outros), gratuitas e abertas ao público.

3.6.3 Parcerias

A RedeMut, da qual a Liga de Gaia é fundadora assim como o Montepio, “consiste numa rede mutualista a qual tem duas vantagens logo à partida que é o apoio na saúde ao domicílio, com um copagamento de 20€ e cobertura nacional.” **(LA)**

A Mutuália, como objetivo disponibilizar aos seus associados condições vantajosas dos produtos na área da poupança e proteção de emprego. A Liga de Gaia tem parcerias estabelecidas com as associações congéneres.

3.6.4 Fontes de financiamento

As fontes de financiamento decorrem das atividades desenvolvidas e quotização, apesar de não receber subsídios do estado, a Liga candidata-se a programas de financiamento para obtenção de comparticipação, como o POPH.

A autonomia financeira é sublinhada: “Todo o investimento realizado nestas instalações foi feito com capitais próprios e privados, temos independência.” **(LA)**

O Plano de Atividades, Orçamento e Contas são apresentados aos associados, anualmente, em 2 Assembleias em dezembro e março, conforme o definido nos estatutos.

3.6.5 Modalidades

Os estatutos destas associações limitam a idade para admissão de sócio aos 55 ou 60 anos, com base nas tabelas atuariais utilizadas, tendo em atenção o objetivo de pagamento de subsídio de funeral.

A Liga de Gaia criou modalidades de associação, sem limitação de idade e benefícios variáveis que designou como Quota Sénior, 2,5€, limite de idade de 60 anos, os benefícios incluem o pagamento do subsídio de funeral e desconto na farmácia, Quota Vida, 3,5€, não tem limitação de idade, proporciona consultas de especialidade a 29,5€, desconto na farmácia e não inclui subsídio de funeral e Quota Mais, 5€, que acrescenta aos benefícios da quota sénior a consulta de especialidade a 29,5€. Todas as modalidades beneficiam de condições vantajosas no acesso à clínica e as restantes valências proporcionadas pela Liga de Gaia, sendo o desconto de 10% na farmácia sobre a parte não comparticipada

Segundo o LA, as novas modalidades criadas desde 1998 têm muita procura desde a sua implementação.

3.6.6 Modelo de Gestão

A direção da Liga de Gaia é composta por 5 elementos, os quais são nomeados como representantes das associações de que fazem parte como órgãos sociais eleitos, ou associados.

Atualmente o presidente da direção da Liga é o presidente da direção da Vilanovense – Associação Mutualista, o qual exerce funções de gestão, a tempo inteiro na Liga, sendo remunerado, os restantes elementos exercem funções em regime de voluntariado, participam nas reuniões periódicas da direção, à exceção do tesoureiro que se desloca à Liga com frequência diária.

A idade dos elementos da direção situa-se entre os 46 e 65 anos, todos têm experiência adquirida na gestão das associações societárias, tendo o presidente formação superior na área da gestão e específica na gestão de organizações da economia social.

No que respeita aos recursos humanos, são 78 colaboradores, 36 a tempo inteiro e 42 em regime de prestação de serviço que são os médicos e enfermeiros, pelo que a formação é genericamente de nível superior. Na farmácia estão afetas 24 pessoas, 22 Licenciados e 2 Doutorados.

3.7 Perguntas abertas

- **Gestão corrente: Como é assegurada a gestão diária da organização?**

CS: A gestão é assegurada por mim, exerço funções a tempo inteiro, supervisionando todas as atividades. Cada setor tem um responsável, com os quais reúno e elaboro relatórios para manter os restantes membros da Direção a par dos assuntos, sendo as reuniões realizadas com frequência mínima mensal.

IO: Cada secção tem um responsável. Existe um responsável da Caixa Económica, um para a Funerária e um outro para a Associação.

Todos reportam à direção financeira, e eu preparo e apresento os assuntos para decisão da Direção. Cada um faz um relatório periódico ou quando alguma situação necessita de ser resolvida. Todas as decisões são registadas em ata.

LP: Enquanto chefe de serviço todas as atividades são asseguradas. No que diz respeito a pagamentos são preparados e carregados por mim e depois o presidente e tesoureiro utilizam os recursos disponibilizados pela banca *online* para a concretização das autorizações necessárias.

LA: “Gerir é ter a capacidade de perder”

O edifício é ocupado pela Vilanovense e pela Liga, sendo presidente das duas estou cá a tempo inteiro e asseguro o que for preciso, contando com a ajuda do tesoureiro para o controlo das despesas e área económica.

- **Práticas de gestão: Como é realizada a definição e monitorização de objetivos e planeamento estratégico?**

CS: A associação tem o seu foco no serviço prestado aos associados e familiares, não descurando o resultado. Apenas obtendo resultados é possível a atribuição de melhorias para os associados e equipamentos, contribuindo também para a melhoria das condições de trabalho e de remuneração.

Existe um planeamento das ações, metas a desenvolver e objetivos fixados de onde destaco os seguintes: “cumprimento da legislação e requisitos em vigor no âmbito do sistema de higiene, segurança, qualidade e ambiente”; “Desenvolver o sistema de gestão da qualidade, implementar as medidas de HACCP na cozinha da Associação.” Estas atividades vão ser desenvolvidas internamente porque existem técnicos habilitados para o efeito.

A associação vai disponibilizar dois apartamentos para integração de pessoas em fase de recuperação e integração social depois de terem estado em “situação de sem abrigo”.

IO: Na associação também existe planeamento, mas não tão "ferozmente" como no mercado. Nestas associações é sempre muito importante manter o equilíbrio. Por exemplo, se observamos uma redução de associados que é anormal, tentamos perceber quais são os campos que temos que melhorar. Neste caso temos que ver a causa, se é por morte ou abandono, depois de conhecermos as causas podemos trabalhar nelas, mesmo sendo difícil, pelo menos sabemos o que está a acontecer tem causas conhecidas.

Os novos objetivos e os resultados alcançados são divulgados nas assembleias, bem como as conquistas e as realizações relevantes. Por exemplo, foi realizada uma assembleia geral extraordinária para concretizar novos objetivos como abrir uma associação em Aveiro e a compra do prédio para as novas instalações. A divulgação é realizada no jornal mais lido do Porto e por carta aos associados.

LP: A estratégia foi esta: Em 2010 avançamos com o sistema informático. Aproveitando as férias dos cobradores, no dia 1 de Agosto recolhemos todos os recibos em papel, durante esse mês foi feita uma auditoria, no dia 1 de Setembro os cobradores estavam a sair com os PDA para fazer a cobrança. Os cobradores, na generalidade, adaptaram-se muito bem ao novo sistema e já ninguém queria voltar ao sistema anterior. O nosso sistema tem servido de modelo para outras associações que vêm ver como funciona, implementam e estão satisfeitas.

Entretanto, em 2011, aproveitando a descida dos preços de imobiliário, foi decidido comprar os terrenos anexos à sede da associação e outros em 2012. O objetivo é a expansão das instalações, nomeadamente a construção de uma clínica, mas o processo ainda está a ser desenvolvido e terá muitas etapas a cumprir que são muitas vezes demoradas atendendo ao tipo de utilização que irá ter.

LA: A definição da estratégia é preparada a quando do plano de atividades e orçamento elaborado em novembro. Os objetivos e metas são fixados nessa altura.

A execução do plano e orçamento é avaliada e apresentada em março (Relatório de gestão e contas) e são redefinidos os objetivos, projetos e metas, se necessário. Mensalmente existe uma reunião de acompanhamento da direção.

Nós gostamos de fazer o nosso próprio caminho e só levantamos o pé de trás quando o da frente está bem pousado, passo a passo.

Na sequência de estudos que realizamos, verificamos que existe uma lacuna grande no apoio ao ciclo completo, desde a Infância aos cuidados continuados e paliativos, estes últimos exigem recursos humanos especializados, em permanência.

Avaliamos a sustentabilidade da criação de uma unidade de cuidados paliativos, uma vez que a resposta pública é muita limitada, e estamos tentar estabelecer alguns protocolos com o Hospital de Gaia, Misericórdia de Gaia e outras associações congéneres. Trata-se de um projeto em estudo que ainda não tem data para avançar.

A área em que nos distinguimos é a área da saúde, porque fomos buscar os “Cristianos Ronaldos” para a nossa clínica. Temos o que há de melhor em várias especialidades, como dermatologia, podologia, dentária que vieram trabalhar connosco, temos qualidade, aliás a clínica acabou de obter certificação.

A farmácia da Liga é uma das 5 maiores farmácias nacionais, regista um atendimento de cerca de 400 pessoas por dia, o que permite estabelecer acordos

com os fornecedores para o lançamento dos seus produtos. O farmacêutico é o antigo boticário com quem é estabelecida uma relação de confiança e aconselhamento da utilização dos medicamentos, pelo que o atendimento personalizado é uma aposta a manter.

Para além do já referido, constituem objetivos gerais do planeamento estratégico certificar a Clínica de Bem-Estar, transformar a Clínica Médica numa Unidade de Saúde Familiar Tipo C (pedido junto da tutela) e implementar o Serviço de Apoio Domiciliário que irá abranger a área da higiene pessoal, doméstica, refeições e controlo de medicação a assegurar por uma enfermeira.

- **Sistema de gestão da qualidade ou outras normas: A organização tem um sistema de gestão da qualidade ou outra norma de referência implementada ou certificada? Em caso afirmativo, ou previsto, quais as motivações e a mais-valia associadas?**

CS: No que se refere à certificação da qualidade, a organização já tem alguns aspetos definidos e procedimentos implementados, contudo não foi uma prioridade fazer a certificação também devido aos custos associados. Apesar disso, no próximo ano será um objetivo obter a certificação na norma ISO9001.

As respostas sociais estão certificadas, conforme as regras da Segurança Social, que obriga à sua implementação e realiza auditorias de certificação. Apenas nessas condições podem ser fornecidas as participações pelo serviço prestado.

A mais-valia que identifico na implementação e certificação de um sistema de gestão da qualidade é a notoriedade. Uma entidade ou um serviço certificado distinguem-se, logo à partida, como uma marca. Da mesma forma que somos entidade certificada para a formação. Para os utilizadores do serviço da entidade, a certificação dá algum conforto ou garantia do cumprimento das regras necessárias.

A certificação destas entidades já teve grande procura uma vez que era exigido como habilitação para participar em concursos públicos, no entanto grande parte das entidades não conseguiram manter a certificação.

IO: A implementação de normas da qualidade, ou outras ainda não vamos avançar. Dado que vamos fazer obras para mudar de instalações, queremos implementar tudo nessa altura, de raiz.

Apesar de tudo existe uma organização equivalente a um sistema de gestão. Existem alguns procedimentos definidos mas não estão documentados segundo uma norma.

No que respeita a auditorias, existem as externas na área financeira as quais são realizadas por auditores que cada vez mais conhecem as especificidades destas associações, sendo os relatórios também cada vez mais completos e adaptados a esta atividade.

As necessidades e expectativas das partes interessadas são conhecidas nas assembleias e através dos cobradores, sendo estes os interlocutores mais diretos e próximos dos utentes.

LP: A organização não tem, para já, previsto a implementação nem certificação de qualquer sistema de normalização.

LA: A Liga certificou a farmácia (ISO9001 e Boas Práticas da Farmácia) e a clínica médica, seguindo-se a clínica de bem-estar.

A primeira motivação foi a imagem, sabemos que tem muita importância hoje em dia. Em segundo lugar foi a disciplina no funcionamento, que funciona muito bem na farmácia e também na clínica. Existem regras, normas e princípios que são adotados e que tem que ser seguidos para podermos atingir os nossos objetivos. Em terceiro lugar, a captação de meios e demonstrarmos que temos os padrões mais elevados de resposta e que as coisas aqui são feitas com princípio, meio e sobretudo fim último de alcançar o resultado. Não é uma questão de “modismo”.

O feedback foi muito positivo, sobretudo com as das instituições bancárias e as nossas congéneres. Dentro do universo do mutualismo utilizamos a certificação não como bandeira mas como uma forma de mostrarmos que temos padrões dos quais não abdicamos. Sentimos que temos resultados da certificação, os stakeholders manifestam algum conforto quando referimos que estamos certificados.

Estamos a falar de uma gestão de cerca de 6 milhões de euros, temos uma estrutura de capitais fantástica que nos dá conforto e investimento contínuo em áreas como os equipamentos de ponta, após análise de investimento e determinação do break-even.

- **Caixa Económica (Poupança): Como é assegurada a gestão da Caixa Económica? Quais as exigências acrescidas face à especificidade da atividade bancária?**

CS: A Caixa Económica limita a sua atividade à constituição de planos de poupança para levantamento em determinada idade ou decorrido um prazo previamente fixado.

Apesar de se tratar de atividade de poupança, apenas disponível na Sede, é submetida a auditoria financeira regular e é tutelada pela Direção Geral da Segurança Social.

IO: A caixa económica é anexa à Beneficência Familiar, podendo ser extinta por decisão da associação sem qualquer impacto na continuidade da associação.

A Beneficência é tutelada pela Segurança Social e a caixa económica pelo Banco de Portugal.

Pelo facto de termos a caixa económica, apenas temos uma única diferença que é no tratamento dos resultados, uma vez que podem ser revertidos em 90% para a associação ou na própria caixa.

As taxas de remuneração dos depósitos a prazo são ligeiramente acima dos bancos, apesar de dizermos que milagres ninguém faz, identificamos uma série de encargos que não temos como cartões de crédito e rede multibanco.

No que respeita à contabilidade e contas da associação e da caixa económica, são completamente diferentes, apesar da caixa não ter o lucro como objetivo, passou a ser sujeita a tributação do IRC na sequência da última alteração do código (art.º 10) em que foi eliminada a exceção existente.

LP: Não tem qualquer atividade bancária/financeira.

LA: A Liga teve uma Caixa Económica que foi extinta.

- **Associações Mutualistas e outras IPSS: O que distingue as Associações Mutualistas das restantes organizações (IPSS, OSFL) deste setor?**

CS: A independência financeira é essencial, bem como relativamente a qualquer política ou religião. Algumas IPSS têm um funcionamento muito diferente, por exemplo, em algumas delas não existem eleições, sobretudo as de orientação religiosa, o que pode ter como consequência alguma limitação de atuação de colaboradores e gestores com convicções distintas.

Dadas as dificuldades do Serviço Nacional de Saúde e Segurança Social de forma mais global, perspetiva-se não só a entrega ou devolução de hospitais às Misericórdias como também a entrega de áreas do serviço social a estas organizações. Pode constituir um fator relevante nesta decisão o peso histórico e recursos económicos destas organizações.

Algumas organizações como os centros paroquiais, sociais e as comissões fabriqueiras mantêm a atividade nas comunidades locais, mas são organizações que não são democráticas, nem independentes nem admitem a participação de todos.

As mutualidades funcionam com regras precisas, cada associado só tem um voto o que faz uma diferença muito significativa.

Quando se refere que as “associações vivem penduradas no estado”, efetivamente algumas dependem de subsídios, mas neste caso não, existe um pagamento por um serviço prestado.

O ADN das Mutualidades é ter independência dos meios financeiros do estado. Por isso foram associações que cresceram um pouco fechadas, dentro de grupos sociais, associações profissionais, regiões, mas hoje são de âmbito nacional e universal, uma vez que qualquer um pode aceder aos benefícios que cada uma disponibiliza. A Benéfica e Previdente é um exemplo desta evolução.

IO: As mutualidades distinguem-se das restantes organizações em muitos aspetos, uma delas é: Não é dependente do estado, sendo gerida através da quota que os associados pagam.

As outras organizações têm sempre uma participação ou comparticipação do estado, o que face às dificuldades de transferência de verbas que hoje se verificam, a sua atividade também é dificultada.

A diferença entre uma associação e uma sociedade é que nesta última, só mediante a quota é que o sócio tem privilégios e que podem ser diferenciados enquanto nesta Associação todos os sócios têm uma quota única e têm direitos iguais. Cada pessoa tem um voto!

As Mutualistas apenas dependem dos associados, das quotas, apenas dependemos de nós!

As Mutualistas resultam da associação de pessoas que se amparam para resolver um problema comum e se quotizam para esse efeito.

LP: As IPSS e outras organizações desse tipo servem para responder às dificuldades diárias das pessoas. As associações mutualistas têm como objetivo

ajudar os familiares após a morte de um associado. São organizações com objetivos diferentes.

As pessoas mais idosas contam que existiam muitas crianças que morriam precocemente e os pais não tinham dinheiro para pagar os funerais e mesmo quando os pais morriam, havia muita dificuldade de subsistir. Nessa altura surgem estas associações para ajudar as famílias.

LA: As associações mutualistas têm um valor muito importante que é a perenidade, a maior parte delas são centenárias, pelo que temos um valor intrínseco muito importante que é a confiança, o que nos dá crédito. De forma análoga temos as misericórdias, com recursos económicos, embora estejam abrangidas pelo direito canónico e pela Concordata.

Temos orgulho em ser independentes. Fizemos todo este investimento de cerca de 4,5 M€ todo com capitais próprios, mas não temos qualquer hipoteca.

A caridade e solidariedade são distintas, nós praticamos a solidariedade. A Caridade é vertical, eu estico a mão e se tenho capacidade deixo cair (funciona apenas num sentido, quem tem dá e o outro recebe).

A Solidariedade é horizontal “é de nós, para nós”, todos contribuímos para um fundo comum e deste fundo comum quando eu preciso, vou lá e utilizo. A minha ambição é que nenhum de nós precise e continuarmos a ser solidários.

Esta verticalidade e horizontalidade é que nos distingue, muitas instituições estão a fazer caridade, nós estamos a fazer solidariedade.

Dentro dos conceitos do mutualismo o outro é que é importante, não somos nós. O que nos interessa é chegar ao final do ano e ter resultados para poder acudir às circunstâncias, às necessidades.

Muitas associações trabalham no limite, no final do ano não têm resultado líquido por isso não podem fazer mais nada. Uma das nossas maiores preocupações é a sustentabilidade de todos estes nossos projetos.

Na crise que se instalou no país desde 2011, as Misericórdias e as Associações Mutualistas é que têm sido o guarda-chuva das pessoas mais carenciadas.

Capítulo 4

4. Apresentação de resultados e discussão

4.1 Resultados globais

Foram identificadas 129 organizações, entre as quais se incluem as 119 mutualidades identificadas na CSES 2010. Dessas, 90 constam da lista das associações mutualistas registadas da Segurança Social e 76 encontram-se identificadas na União das Mutualidades Portuguesas.

Esta discrepância pode ser explicada pela agregação das associações, descontinuidade da atividade, ausência de registo devidamente formalizado de acordo com a legislação em vigor, entre outras.

Nos quatro estudos de caso desenvolvidos, podemos verificar que o número de associados e utentes nem sempre são coincidentes, verificando-se a existência de assistência à família do associado o que amplifica significativamente a sua abrangência.

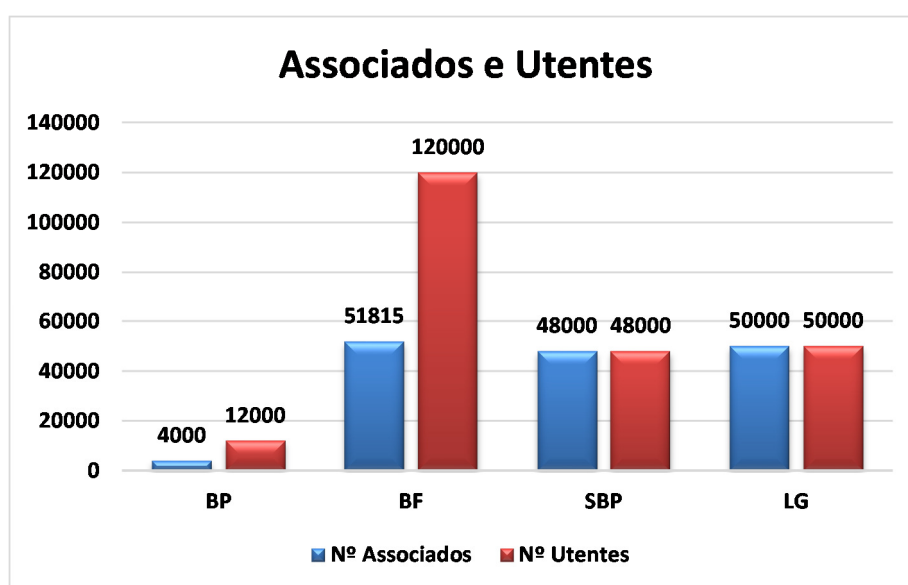


Gráfico 2: Associados e Utentes Atendidos

Fonte: Compilação de dados das entrevistas

Relativamente ao orçamento anual disponível, apresenta-se uma comparação proporcional. Os valores dependem da quotização paga pelos associados, rendas

de imóveis e prestação de serviços disponibilizadas aos associados, utentes e associados de outras associações com que estabelecem protocolos de parceria ou cooperação. Atente-se ainda que os utentes podem incluir como os familiares diretos de primeiro grau sem contudo existir um correspondente aumento de quotização.

O menor orçamento é o que corresponde ao valor mais próximo da quotização recebida enquanto os mais elevados contêm volumes de prestação de serviços diversificada e ao público em geral, como é o caso da farmácia da Liga de Gaia.

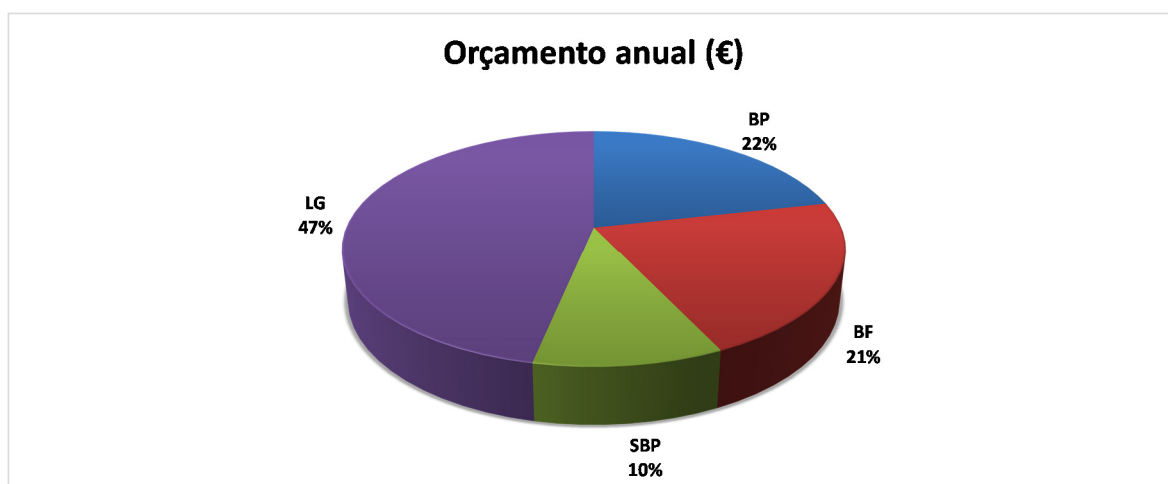


Gráfico 3: Orçamento das 4 Organizações

Fonte: Compilação de dados das entrevistas

Relativamente às atividades desenvolvidas diretamente pelas associações ou através de protocolos, acordos de parceria ou enquanto societárias de uma Liga, Mutuália ou RedeMut, verifica-se que a resposta aos serviços de saúde, farmácia e produtos de poupança são asseguradas.

Tabela 1: Atividades / Valências disponibilizadas

Atividades	Total
Jardim de Infância	1
Creche	1
Centro de Actividade de Tempos Livres	1
Centro de Convívio	1
Centro Comunitário	1
Centro de Apoio Ocupacional	1
Lar de idosos	1
Apoio Domiciliário	1
Serviços Saúde (Medicina, Enfermagem)	4
Formação	1
Atividades culturais, lazer e desportivas	2
Subsídios (Desporto, Educação, Saude, Funeral)	3
Otica	1
Transporte	1
Farmácia	4
Caixa Economica	2
Mutuália	4
RedeMut	3

Fonte: Compilação de dados das entrevistas

O subsídio de funeral, quando subscrito na idade pré-fixada, é concedido por todas as associações, à exceção da Benéfica e Previdente que promove um plano de poupança com o mesmo fim mas com valor variável em função do capital e idade na data de subscrição.

As valências mais específicas na área social, como a creche, jardim-de-infância, apoio a idosos, entre outras, apenas são disponibilizadas por uma das associações, apesar de ter sido referida a existência de projetos para ampliar a resposta nestas áreas.

A gestão destas organizações é assegurada pelos corpos sociais, mais concretamente a direção através do presidente, contudo dos 3 que se encontram em funções efetivas a tempo inteiro, um deles não é remunerado. Os restantes membros da direção participam em reuniões periódicas ou quando convocadas, não existindo áreas de responsabilidade distribuídas.

A idade média dos elementos da direção destas organizações situa-se entre os 46 e 65 anos, seguindo-se a faixa superior a 66 anos. Não existe qualquer elemento com idade inferior a 26 anos.

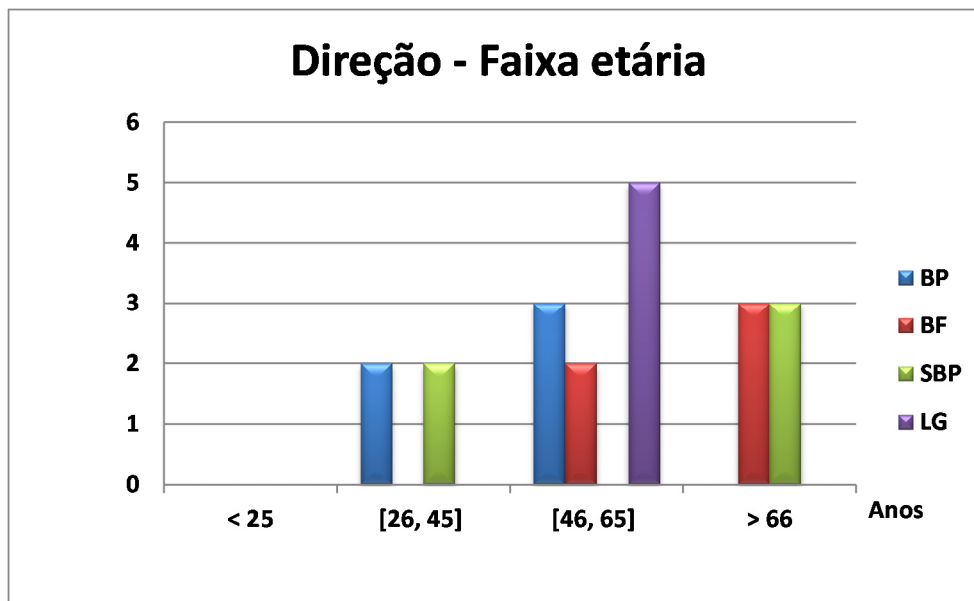


Gráfico 4: Faixa etária dos elementos da direção
Fonte: Compilação de dados das entrevistas

No que respeita ao género, existe um claro predomínio do masculino em todas as direções.

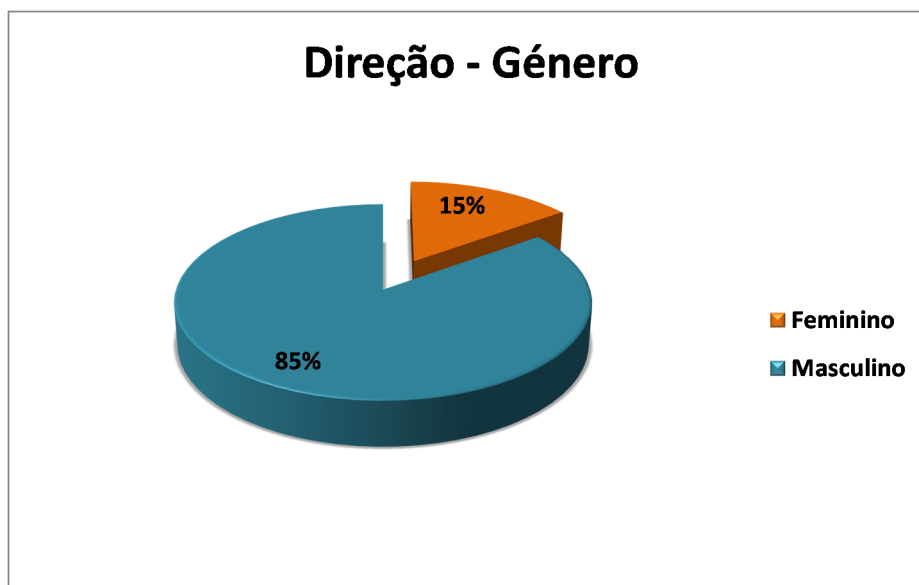


Gráfico 5: Género dos elementos da direção
Fonte: Compilação de dados das entrevistas

Os recursos humanos de cada organização estão diretamente relacionados com as atividades desenvolvidas, constatando-se que os colaboradores que desempenham funções em tempo parcial são essencialmente profissionais da área da saúde e cobradores.

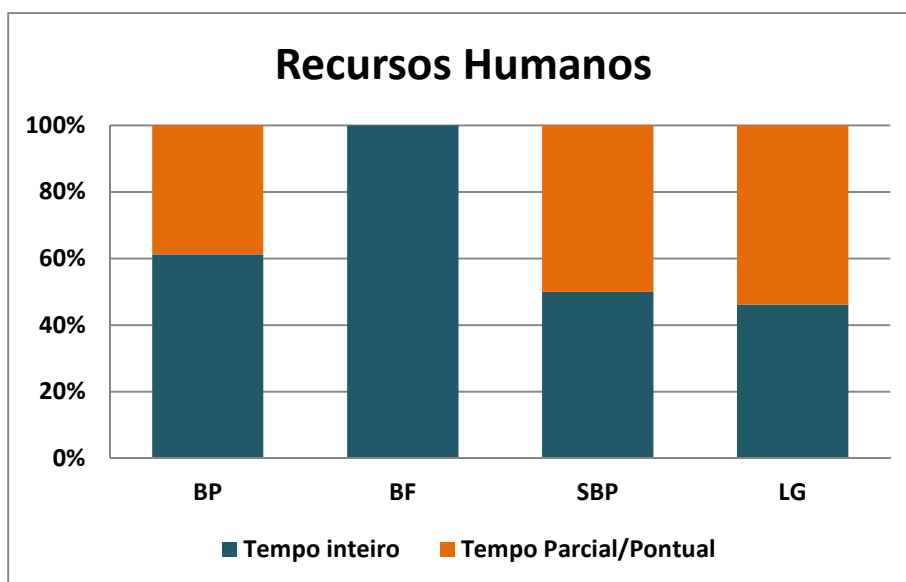


Gráfico 6: Recursos Humanos – Afetação temporal

Fonte: Compilação de dados das entrevistas

Nas associações que dispõem de serviços próprios de prestação de cuidados de saúde a qualificação é maioritariamente do nível superior, em tempo parcial, sendo de nível secundário nas restantes.

Todas as entidades têm um plano de formação, com monitorização e avaliação privilegiando a formação contínua no desenvolvimento de competências relacionadas com o atendimento e novas tecnologias.

Aliás, o grau de informatização dos serviços é elevado e em evolução, sendo comum o planeamento do investimento em novas ferramentas que permitam a melhor gestão interna e acessibilidade de informação pelos associados.

A Liga de Gaia é a que utiliza mais os meios de comunicação eletrónica para ações de marketing próprias e de divulgação de produtos comercializados nas suas instalações.

Relativamente aos sistemas de gestão da qualidade, existem níveis distintos nas 4 organizações. A Associação S. Bento das Peras não considera implementar qualquer norma, enquanto a Beneficência Familiar considera importante e planeia implementar o sistema de acordo com a norma ISO9001 num futuro próximo.

Nestas duas associações, constata-se que dispõem de um conjunto de práticas que vão de encontro aos requisitos da norma ISO9001, como a focalização no cliente, planeamento, fixação de objetivos, gestão dos recursos humanos e melhoria contínua.

A Benéfica e Previdente tem implementado o sistema de gestão da qualidade de respostas sociais, de acordo com o sistema de qualificação definido pelo ISS, o qual inclui as valências de Centro de Atividades Ocupacionais, Lar de Infância e Juventude, Estruturas Residenciais para Idosos, Creche, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, entre outras. Adicionalmente, a associação tem previsto no seu plano de atividades a certificação segundo a norma ISO9001.

O objetivo desta certificação é “evidenciar que a resposta social tem em funcionamento um sistema de gestão que lhe garante a conformidade dos seus serviços com os requisitos definidos pelo modelo de gestão da qualidade das respostas sociais promovido pelo Instituto da Segurança Social” (D.-G. d. S. Social, 2012).

A Liga de Gaia certificou o sistema de gestão da qualidade da farmácia de acordo com a norma ISO9001 em 2010 bem como o Manual de Boas Práticas de Farmácia, tendo obtido a certificação da clínica médica em 2014. Reconhecendo as vantagens de certificação já obtidas, pretende ampliar a certificação do sistema de gestão da qualidade a outras áreas de atividade como a clínica de bem-estar.

4.2 Discussão dos resultados

Os resultados obtidos evidenciam os aspetos comuns nas organizações alvo do presente estudo que a seguir se sintetizam.

A gestão é assegurada pela direção, com a presença do presidente ou de um gestor responsável, sendo a dimensão e o conjunto de atividades desenvolvidas diretamente relacionadas com os recursos humanos existentes.

A qualificação dos recursos humanos é essencialmente de nível superior tendo em conta as prestações de serviço e atividades desenvolvidas na área da saúde, medicina e assistência social.

O recurso a tecnologias de informação é generalizado, sobretudo a nível da contabilidade e quotização o que reflete uma preocupação na garantia da eficiência operacional. No caso do subsídio de funeral existe perda de direito caso exista um atraso do pagamento superior a 3 meses sendo por isso um dos aspetos que merece maior controlo na ótica das responsabilidades.

Nenhuma das associações entrevistadas conta com voluntários para o desenvolvimento das suas atividades contínuas ou pontuais. Questionados os motivos que podem explicar este facto, foi apontada a ausência de efetiva disponibilidade e a necessidade de formação e acompanhamento que não são compatíveis com as atividades desenvolvidas pelas associações, acrescido o facto de experiências pontuais sem continuidade. Este aspeto contraria de certa forma o pensamento de alguns autores que defendem a denominação do setor como voluntário.

As fontes de receita são a quotização, joias, rendas de imóveis e rendimentos das modalidades disponibilizadas como os serviços médicos, funerária, farmácia, creche, etc.

As associações mutualistas em geral têm uma quotização e direitos iguais estabelecidos, disponibilizando novas modalidades mais abrangentes, sem qualquer dependência de subsídio pública.

Quando as prestações de serviço disponibilizadas pelas associações têm como objetivo suprir uma deficiência de resposta social, são recebidas participações do serviço prestado o que se distingue claramente dos subsídios à exploração.

Releva-se o crescente desenvolvimento de parcerias, associação e criação de uma Rede para ampliação dos benefícios dos associados, acesso a novas valências e adaptação ao contexto social atual.

A afirmação de independência do estado ou de qualquer fonte de financiamento público é sublinhado como a característica distintiva das Mutualidades relativamente às restantes IPSS e OSFL deste setor.

As diferenças encontradas podem ser, de certa forma, expectáveis face à seleção da amostra e que se centram nos benefícios assegurados diretamente pelas associações, a dimensão no que respeita ao número de associados e colaboradores envolvidos.

A mutualidade de grau superior, Liga de Gaia, evidência uma gestão profissional que se pode explicar por múltiplos fatores como a formação específica do presidente que exerce funções a tempo inteiro, o planeamento estratégico, as relações com a comunidade e um conjunto de colaboradores com competências nas áreas técnicas em permanente atualização com objetivos de inovação e melhoria contínua.

A associação mutualista S. Bento das Perras mantém o princípio original de pagamento de subsídio de funeral por morte dos associados com investimento mais recente e crescente na contribuição para a saúde disponibilizando serviço e participação na despesa através da participação nas estruturas existentes, enquanto societária da Liga das Mutualidades do Porto e Mutuália.

A Beneficência Familiar é a única que dispõe de uma funerária a qual pode ser utilizada nas mesmas condições dos sócios pelos associados das organizações com que estabelece protocolos ou parcerias. A caixa económica promove a poupança e mantém o empréstimo sobre penhores, contudo encontra-se acessível ao público em geral.

A caixa económica da Benéfica e Previdente limita a sua atividade aos planos de poupança para os seus associados, contudo a diversidade de valências sociais que assegura faz desta associação um exemplo na procura de respostas às necessidades dos seus associados e público em geral.

A implementação de serviços de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, autorizados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) desde 2008 e a parceria estabelecida com a Segurança Social para desenvolvimento de protocolo de Rendimento Social de Inserção (RSI) são exemplos da rentabilização dos recursos em prol das necessidades sociais, constituindo um objetivo promover o acompanhamento de uma média de 480 famílias, nas áreas geográficas de Paranhos e Campanhã com vista à sua integração social.

Capítulo 5

5. Conclusões, limitações e possível desenvolvimento futuro

5.1 Conclusões

O presente estudo teve como objetivo primordial identificar as práticas de gestão das mutualidades, enquanto entidades integradas na Economia Social.

Para o efeito, o conhecimento do contexto social e histórico das organizações da Economia Social foi fundamental para obter uma melhor perceção da heterogeneidade das entidades que a integram, as quais podem adquirir especificidades diferentes conforme o país de origem apesar da equivalência das designações.

No que concerne às mutualidades constata-se que a sua longevidade se poderá dever à cultura e valores interiorizados que as distinguem das restantes, tais como a independência do estado, o princípio de igualdade de tratamento dos associados e a consagração do voto e da eleição dos corpos sociais. Estes são exemplos dos princípios democráticos praticados desde a sua origem até à atualidade.

Atendendo à evolução do sistema de segurança social que assegura o subsídio de funeral, o recurso às associações com este objetivo terá reduzido, no entanto a debilidade da resposta dos serviços de saúde estatais valoriza a oferta de outras valências sobretudo na área da saúde e com utilização de recursos já instalados, constituindo um caminho para a sua sobrevivência e crescimento.

As perspetivas para o futuro das entidades entrevistadas evidenciam uma apetência crescente para o desenvolvimento de respostas sociais inovadoras para além da manutenção das modalidades clássicas, sendo o estabelecimento de parcerias um exemplo da procura de uma resposta global que ultrapassa os âmbitos geográficos locais.

Ressalva-se a possibilidade da partilha de instalações, serviços e valências poder resultar da escassez de recursos para “cada um fazer por si” em detrimento da procura de racionalidade da sua utilização.

O posicionamento destas organizações como complementares do serviço nacional de saúde e da segurança social é relevado pelo reconhecimento do valor do setor e da concretização de acordos de parceria com o estado que têm vindo a ser renovados e reforçados. A pendência de atribuição comparticipações em função da prestação de serviços, certificados com referência aos manuais de respostas sociais em vez de subsídios à exploração que se diluem no suporte das despesas correntes das organizações será certamente um caminho a persistir.

No que se refere às Caixas Económicas anexas a duas das associações entrevistadas, constatou-se uma separação efetiva de recursos e de gestão relativa às associações. Embora conservando a génese de previdência na manutenção da poupança de ambas, a caixa anexa à Beneficência Familiar demonstra uma predisposição para aumento de negócio na oferta de condições favoráveis de remuneração dos depósitos a prazo em detrimento da diversidade de soluções de aplicação de dinheiro e facilidades de movimentação financeira da banca tradicional, como a concessão de cartões de crédito e adesão à rede multibanco.

A independência do estado como fonte de financiamento será um dos fatores cruciais que está na base da sustentabilidade destas associações que orientam a sua atuação e futuro com base nas executivas dos seus associados e nos resultados alcançados, tal como as entidades do setor empresarial.

5.2 Limitações do estudo e perspetivas para investigação futura

A amostra de conveniência permite inferir algumas conclusões mais generalizadas para as restantes organizações, contudo não se poderá deixar de sublinhar tratar-se de um estudo de caso, múltiplo, mas limitado em si na aplicação e generalização dos resultados.

As práticas de gestão identificadas foram na sua maior parte fruto da informação fornecida pelos entrevistados, não tendo sido evidenciadas em toda a sua extensão, nem era objetivo do presente estudo a aplicação da metodologia de auditoria dada a existência de certificação de atividades existente.

A sustentabilidade financeira das organizações selecionadas assenta na quotização e prestação de serviços disponibilizada, fundamentalmente, porém questiona-se se tal prática constitui uma característica intrínseca das mutualidades. Apesar da referência à garantia do equilíbrio financeiro mencionado no artigo 20.º do decreto-lei 72/90 de 3 de março (Emprego, 1990), seria de investigar a atuação da tutela na supervisão e controlo da estrutura financeira e económica das associações com vista à garantia da sua sustentabilidade.

O desenvolvimento de mais estudos nesta área, em particular nas mutualidades, por se tratar de um tipo de organização relevante no aspeto económico e social mas pouco significativo quanto ao número de entidades.

A possibilidade de elaboração de um inquérito a todas as mutualidades poderá constituir uma fonte de informação importante para aprofundar o conhecimento destas organizações.

A análise de certificação no setor tendo em consideração as definidas pelo ISS para as respostas sociais e os modelos EQUASS, EFQM e ISO, sendo certo que todos os referenciais partilham uma base comum de planeamento estratégico, definição de objetivos e metas e preconizam uma organização orientada para o Cliente. Seria de investigar qual o referencial mais apropriado para as entidades da Economia Social em função dos impactos na organização interna e resultados para além da evidência para o público externo.

Capítulo 6

6. Referências Bibliográficas

- A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista (2011). Acedido em 29/01/2015 em <http://www.benefica-previdente.com/home>
- Almeida, V. (2011). Estado, mercado e terceiro setor: A redefinição das regras do jogo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(95), p. 85-104.
- AMA. (2015). Portal da Empresa. Acedido em 29/01/2015 em <http://www.portaldaempresa.pt/>
- Amaro, R. R. (2005). Toda a Economia Deveria Ser Solidária. Pessoas e Lugares, p. 4-5.
- Amorim, M. d. L. (2009). Fundação das Misericórdias. Acedido em 18/01/2015 em <http://santascasdamisericordia.blogspot.pt/2009/11/fundacao-das-misericordias.html>
- Andrade, A. M., & Franco, R. (2007a). *Economia do Conhecimento e Organizações sem fins lucrativos*. Porto.SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação ed. p.15
- APCER. (2005). Norma Portuguesa EN ISO 9000:2005 – Sistemas de Gestão da Qualidade, Fundamentos e Vocabulário. Caparica: Instituto Português da Qualidade.
- APCER. (2010). *Guia Interpretativo NP EN ISO 9001:2008*. Leça da Palmeira. Instituto Português da Qualidade.
- APCER. (2014). Associação Portuguesa de Certificação - Responsabilidade Social. Acedido em 29/01/2015 em <http://www.apcergroup.com/portugal/index.php/pt/certificacao/content/8/responsabilidade-social>
- APEE. (2015). Atribuições e atividades desenvolvidas. Acedido em 29/01/2015 em <http://www.apee.pt/apee/origens>
- APQ. (2015). EFQM. Acedido em 29/01/2015 em <http://www.apq.pt/conteudo.aspx?id=139>
- Araújo, D. N., Cardoso, P., & Novais, J. (2012). *Manual de Prestação de Contas nas Entidades do Setor Não Lucrativo.O processo de relato financeiro em SNC-ESNL* (V. Económica Ed.). Porto. p.20
- Barañano, A. M. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão: Manual de Apoio à Realização de trabalhos de Investigação*. Lisboa: Edições Silabo. p.102

- Chaves, R., & Monzón, J. (2007). *A Economia Social na União Europeia – Síntese. Bruxelles: International Center of Research and Information on the Public and Cooperative Economy (CIRIEC) and Comité Económico e Social Europeu (CESE)*, p.14-23.
- Cidadania, F. a. (2013). País com nova rede mut(utualista) de saúde. *Fórum & Cidadania*, p. 39.
- CIRIEC. (2012). *The Social Economy in the European Union*. Bruxelas: Centre International de Recherches et d'Information sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março*, Diário da República, N.º 48 - 1.ª série. Ministério das Finanças e Administração Pública. Lisboa. Acedido em 1/02/2013 em <https://dre.pt>.
- Decreto-Lei n.º 71/2012 de 21 de março*, Diário da República, N.º 58 - 1.ª série. Ministério da Economia e do Emprego. Lisboa. Acedido em 1/02/2013 em <https://dre.pt>.
- Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março*, Diário da República nº 52 -1.ª Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social. Lisboa. Acedido em 1/02/2013 em <http://www.dre.pt/cgi/>.
- Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro*. Diário da República N.º221- 1.ª série. Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. Lisboa: Acedido em 19/01/2015 em [http://novo.cnis.pt/images ok/DL_172A_14_Nov_2014.pdf](http://novo.cnis.pt/images_ok/DL_172A_14_Nov_2014.pdf).
- Decreto-Lei n.º 159/2009 de 13 de julho*, Diário da Republica nº 133 -1.ª Série. Ministério das Finanças e da Administração Pública. Lisboa. Acedido em 27/12/2013 em http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/DB0D5898-6686-41CA-A750-3498D9BCB579/0/CIRC_09_2013.pdf.
- Estanque, E. (2012). O Estado social em causa: Instituições sociais, políticas sociais e movimentos sociolaborais. *Finisterra - Revista de Reflexão e Crítica*.
- Europeu, C. E. e. S. (2012). Construir um ecossistema para promover as empresas sociais no centro da economia e da inovação sociais. (2012/C 229/08), p. 46.
- Europeu, P. (2009). Relatório sobre Economia Social (2008/2250(INI)). Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. Bruxelas.
- Ferreira, S. (2009). A invenção estratégica do terceiro sector como estrutura de observação mútua: Uma abordagem histórico-conceptual. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84.

- Ferro, R. L., & Veritas, G. B. (2009). *NP 4469, Nova Norma Portuguesa de Responsabilidade Social*. Acedido em 29/01/2015 em: http://www.qualiweb.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=265&Itemid=1
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M., & Salamon, L. M. (2002). *The Portuguese nonprofit sector in comparative perspective: Johns Hopkins University*.
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M., & Salamon, L. M. (2005). O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada. Uniarte Gráfica.
- Freixo, M. J. V. (2009). Metodologia científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. Lisboa: Instituto Piaget, p. 178-192.
- Gaia, L. d. A. d. S. M. d. V. N. d. (2015). História. Acedido em 29/01/2015 em from <http://www.ligagaia.pt/historia-3/>
- INE, I. P., & CASES, C. A. S. p. a. E. S., CIPRL. (2013). Conta Satélite da Economia Social 2010. Lisboa.
- INE, I. P. (2011). Conta Satélite das Instituições sem fim lucrativo 2006 - projecto-piloto. Lisboa.
- IPQ. (2015). Instituto Português da Qualidade. Acedido em 29/01/2015 em http://www1.ipq.pt/pt/normalizacao/a_importancia_da_normalizacao/Pages/A-Importancia-da-Normalizacao.aspx
- Juran, J. & Godfrey, A. B. (1998). *Juran's quality Handbook - 5th edition*. Estados Unidos da América: McGraw-Hill. p. 11.1-12.1
- Lechat, N. M. P. (2002). Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? Civitas—Revista de Ciências Sociais, 2(1).
- Lei n.º 30/2013 de 8 de maio*, Diário da República N.º 88 - 1.ª série. (2013). Assembleia da República. Lisboa. Acedido em 20/01/2015 em http://www.cases.pt/0_content/sobre_nos/Lei_de_Bases_da_Economia_Social.pdf.
- As organizações sem fins lucrativos no caminho da profissionalização, 4 (2010). LP2C - Consultadoria em Gestão e Qualidade, L. (2015). [Modelo EQUASS - Qualidade nos Serviços Sociais].
- Lusa, & Saramago, J. (2014). Protocolo de cooperação entre governo e o setor social atribui 50 milhões à segurança social. Observador.
- Martinho, A., & Parente, C. (2012). Pistas de reflexão sobre a dimensão interna da cultura organizacional das OTS em Portugal. Acedido em 2/03/2014 em <http://a-3s.org/m3s/boletim1.html>

- Matos, A. T. (2013). Atas do Colóquio «Sociedade, Cultura e Conflito», nos 100 anos da República Portuguesa.
- Montepio, A. M. (2015). Mutualismo: 175 anos de história. Acedido em 29/01/2015 em <http://ei.montepio.pt/mutualismo-175-anos-de-historia/>
- Morais, L. P. (2007). Economia social e solidária: do que se trata este complexo e controverso setor? Balanço, tendências e perspectivas para a análise do caso brasileiro. *ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO*, 10, p. 1-20.
- Mutualidades, R.-A. P. d. (2013). RedeMut. Acedido em 11/01/2015 em <https://www.redemut.pt/>
- Mutualismo. (2014). União das Mutualidades Portuguesas. Acedido em 31/01/2015 em <http://mutualismo.pt/porta/index.php/uniao-das-mutualidades-portuguesas>
- Mutuália. (2014). Mutuália - Federação Mutualista. 2015, Acedido em 1/02/2013 em <http://www.mutualia.pt/>
- Namorado, R. (1988). A economia social em questão.
- Nations, U. (2003). *Handbook on Non-profit institutions in the system of National Accounts* (Vol. 91). New York: United Nations Publications.
- Notícias, D. d. (2014). Montepio: A associação mutualista que surgiu entre revoluções.
- Oliveira, C. (1973). Imprensa Operária no Portugal Oitocentista (1825-1905). Separata *Análise Social*(39).
- Paiva, J. P., Rosa, M. d. L., & Gomes, S. A. (2003). *Portugaliae monumenta misericordiarum-vol. 2: Antes da fundação das misericórdias*: União das Misericórdias Portuguesas.
- Parente, C. (2007). Economia social: contributos para repensar o papel das organizações mutualistas. *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, vol. 17/18, 2007/2008, p. 367-370.
- Parente, C., & Quintao, C. (2014). Uma abordagem eclética ao empreendedorismo social.
- Pereira, J. P. (1981). A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70). *Análise Social*, p. 135-151.
- Pinto, F. (2012). Accountability nas ONGD. Priorização de stakeholders: tarefa impossível ou imprescindível? Acedido em 02/03/2014 em <http://a-3s.org/m3s/boletim2.html>

- POPH. (2015). EQUASS- Apresentação e Estratégia para a Implementação em Portugal. Acedido em 29/01/2015 em http://www.poph.qren.pt/upload/docs/eixos/6_4_EQUASS.pdf
- Quintão, C. (2011). O Terceito Setor e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. In Série (Ed.). Porto: Cristina Parente.
- Ribeiro, F. M., & Santos, S. F. (2013). A Fiscalidade e as Organizações da Economia Social (G. E. V. Económica Ed.). Porto.
- Rifkin, J. (1996). *The end of work: The decline of the global labor force and the Dawn of the post-market era*. Havard Journal of Law & Technology, 9(1), p. 231-336.
- Salamon, L., & Anheier, H. (1992). *In search of the non-profit sector. I: The question of definitions*. Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations, p. 125-151.
- Salamon, L. M., & Anheier, H. K. (1997). *Defining the nonprofit sector : A cross-national analysis*. New York: Manchester University Press.
- Salamon, L. M., Hems, L. C., & Chinnock, K. (2000). *The nonprofit sector: for what and for whom?* : Johns Hopkins University Institute for Policy Studies.
- Salomon, L., Sokolowski, W., & List, R. (2003). *Global Civil Society: An Overview* (T. J. H. University Ed.). Baltimore.
- Social, D.-G. d. S. (2012). Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais. Acedido em 05/01/2015 em <http://www4.seq-social.pt/programa-de-cooperacao-para-o-desenvolvimento-da-qualidade-e-seguranca-das-respostas-sociais>
- Social, S. (2014). Prémios e Distinções. Acedido em 05/01/2015 em <http://www4.seq-social.pt/documents/10152/265321/Pr%C3%A9mios+e+Certifica%C3%A7%C3%B5es+-+IGFSS>
- Sá, V. (1964). *Perspectivas do século XIX: ensaios*: Portugália Editora.
- Sá, V. (1990). Esquema Histórico do Movimento Operário Português. *Revista de História*, 10, p.217-224.
- Thomas, S. (2013). La France et l'économie sociale et solidaire. *L'attractivité française*. Acedido em 14/01/2015 em <http://www.ambafrance-pt.org/La-France-et-l-economie-sociale-et,2314>
- University, J. H. (2014). *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*. 2014. Acedido em 16/01/2015 em <http://ccss.jhu.edu/research->

[projects/comparative-nonprofit-sector-project/?subscribe=success#blog_subscription-7](#)

Yin, R. K. (2008). *Case Study Research: Design and Methods* (Vol. 5): SAGE Publications.

Capítulo 7

7. Apêndices

Apêndice 1

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Consolidação de informação da CASES, DGSS, UM

NIPC	Designação	Actividade	CASES	DGSS	UM
501723293	Associação De Socorros Mutuos Protectora Dos Artistas De Faro	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500875308	Associação De Socorros Mutuos João De Deus	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501064974	Liga Das Associações De Socorro Mútuo De Vila Nova De Gaia	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
512004889	Associação De Socorros Mutuos De Ponta Delgada	Actividades de socorros mútuos	X		
500746079	Mutualidade Popular Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500964530	Associação De Socorros Mútuos De S. Francisco De Assis De Anta	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501975691	Associação Mutua De Seguro De Gado De Vale De Besteiros	Actividades de socorros mútuos	X		
501634851	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Câmara Municipal De Gondomar - Amut	Actividades de socorros mútuos	X		
500722250	Saúde Mútua - Associação De Socorros Mútuos De Empregados No Comércio De Lisboa	Actividades de saúde humana	X	X	X
500902356	Casa Da Imprensa Associação Mutualista	Actividades de saúde humana	X	X	X
501094164	Montepio Rainha D.Leonor-Associacao Mutualista	Actividades de saúde humana	X	X	X
500032424	Associação De Socorros Mutuos Dos Empregados No Comércio E Indústria	Actividades de saúde humana	X	X	X
501069364	Associação Alcacereense De Socorros Mutuos	Actividades de saúde humana	X	X	X
500746796	Associação De Socorros Mutuos De Serzedo	Actividades de saúde humana	X	X	X
506444600	Casa Do Artista - A.M.A.R. - Associação Mutualista Dos Artistas	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501723293	Associação De Socorros Mutuos Primeiro De Dezembro	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500935394	Associação De Socorros Mutuos Dos Empregados Do Estado	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500953317	A Familiar De Espinho Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501393188	Associação Instrutiva De Beneficência Familiar (Socorros Mutuos)	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501070664	Associação De Socorros Mutuos Familiar Vimaranesse	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501102531	A Mutualidade Da Moita- Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501103457	União Mutualista Nossa Senhora Da Conceição Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501428682	Associação De Socorros Mutuos - Montepio Abrantino Soares Mendes	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501140425	Associação De Socorros Mutuos De S. Mamede De Infesta	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501163468	Montepio Artístico Tavirense Associação Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501284117	Associação De Socorros Mutuos Montepio Grandolense	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501393382	Associação De Socorros Mutuos Dos Artistas De Bragança	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
Inativo	Associação De Socorros Mutuos - Os Amigos Do Próximo	Actividades de socorros mútuos	X		
501561129	União Artística Vilarealense (Socorros Mutuos)	Actividades de socorros mútuos	X		
501959599	Associação De Socorros Mutuos Freamundense	Actividades de socorros mútuos	X	x	X
502332662	Associação De Socorros Mutuos - Artística Moncanense	Actividades de socorros mútuos	X	X	
503448729	Associação De Socorros Mutuos A Prevenção Do Porto	Actividades de socorros mútuos	X	X	
512022585	Associação De Socorros Mutuos Confederação Operária Terceirense	Actividades de socorros mútuos	X		

Apêndice 1

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Consolidação de informação da CASES, DGSS, UM

NIPC	Designação	Actividade	CASES	DGSS	UM
505992779	A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista	Actividades de saúde humana	X	X	X
500734356	Montepio Comercial E Industrial - Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500745617	Previdência Familiar Do Porto Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500746516	A Beneficência Familiar Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500746796	A Vencedora Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500844798	O Legado Do Operário De Évora Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500970998	Associação De Socorros Mútuos Setubalense	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500989559	Associação De Socorros Mútuos Restauradora De Avintes	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501091270	Associação De Socorros Mútuos Funebre Familiar De Ambos Os Sexos De Pedroso	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501091637	A Mutualidade De Santa Maria-Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501092161	Associação Oliveirense De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501094431	Associação De Socorros Mútuos - Previdência Dos Ferroviários De Portugal	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501121064	Associação De Socorros Mútuos Funebre Familiar Bracarense	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501147012	Associação De Socorros Mútuos Funebre Nosso Senhor Dos Aflitos De Valadares	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501177981	Associação De Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501210091	Mealheiro Dos Empregados Telegrafo-Postais	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501362916	Associação De Socorros Mútuos Montepio Filarmonico	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501644130	Associação De Socorros Mútuos Dos Artistas Mirandelenses	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501644350	Associação De Socorros Mútuos Montemorense 1 De Maio	Actividades de socorros mútuos	X		
501687530	Associação De Socorros Mútuos Nossa Senhora Da Esperança De Sandim E Freguesias	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501733809	Monaf-Montepio Nacional Da Farmácia, Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
502188529	Associação Mutua Dos Professores	Actividades de socorros mútuos	X		
502362090	Associação Mutua Dos Armadores De Pesca De Angeiras - Mapa	Actividades de socorros mútuos	X		
503084735	Mudip - Associação Mutualista Diplomatica Portuguesa	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
503731374	Umap - União Das Mutualidades Dos Africanos Em Portugal	Actividades de socorros mútuos	X		
503950858	Astral - Associação Mutualista Portuguesa	Actividades de socorros mútuos	X		
505279231	Montepio Social - Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X		
507967038	Ame Associação Mutualista Dos Engenheiros	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
508041139	Associação Mutual dos Empregados do Ex-Banco de Fomento e Exterior	Actividades de socorros mútuos	X		
508294711	Associação De Desenvolvimento Rural, Mútua De Seguros E Multi-Serviços, Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X		
501097350	União Das Mutualidades Portuguesas	Órgãos representativos das entidades da ES	X	X	X
509149766	Associação Mutualista Da Comunidade Tailandesa Em Portugal	Actividades de socorros mútuos	X		
507892364	Associação Mútua De Seguro De Gado Bovino De Gestaçõ	Actividades de socorros mútuos	X		

Apêndice 1

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Consolidação de informação da CASES, DGSS, UM

NIPC	Designação	Actividade	CASES	DGSS	UM
501316418	Associação Mutua Financeira Livre Dos Armadores Da Pesca Geral - Centro	Actividades de socorros mútuos	X		
500745552	Caixa Económica Social (Anexa A Previdência Familiar Do Porto-Associação De Socorros Mutuos	Serviços financeiros	X		
500745927	Caixa Económica Da Associação De Socorros Mútuos De Empregados No Comércio De Lisboa	Serviços financeiros	X		
500792615	Caixa Económica - Montepio Geral	Serviços financeiros	X		
501213635	Caixa Económica Do Porto Anexa A Beneficência Familiar Associação De Socorros Mútuos	Serviços financeiros	X		
512.004.803	Caixa Economica Da Misericórdia De Angra Do Heroísmo	Serviços financeiros	X		
500766681	Montepio Geral-Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500779082	A Glória Portuguesa - Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500835195	A Lutuosa De Portugal Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500852413	Liga Das Associações De Socorro Mútuo Do Porto	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500877386	Legado Do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500884781	Caixa Auxiliar Dos Estivadores Do Porto De Lisboa E Centro De Portugal (Associa	Actividades de socorros mútuos	X	X	
500949212	Associação De Socorros Mutuos Dos Ourives De Lisboa	Actividades de socorros mútuos	X	X	
500985162	Montepio De Nossa Senhora Da Nazaré	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
500987416	A Previdência Portuguesa Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501056262	Associação Mutualista de Arcozelo (Inclui a Associação Fúnebre de Socorros Mútuos de Nossa Senhora dos Remédios Arcozelense)	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501057307	Associação Vilanovense De Socorro Mútuo (Ou A Vilanovense - Associação Mutualista)	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501071270	Associação De Socorros Mutuos De São Bento Das Pêras De Rio Tinto	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501102671	Associação De Socorros Mutuos Aliança Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501135677	A Lacobrigense - Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501181920	Associação De Socorros Mutuos E Funebre Do Concelho De Valongo	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501181938	Associação Socorros Mutuos Funebre Familiar Grijó E Freg Circunvizinhas	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501183710	Associação Comercial De Socorros Mutuos Do Porto	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501195521	Associação Mutualista Moreira Da Maia E Freguesias Circunvizinhas	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501243755	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar De Ambos Os Sexos De Modivas	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501293450	A Familiar - Associação De Socorros Mutuos Da Póvoa De Varzim	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501393188	Associação De Socorros Mutuos Marítima E Terrestre De Sesimbra	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501394753	Associação Mutualista Do Pessoal Menor Dos Correios E Telegrafos De Lisboa	Actividades de socorros mútuos	X		
501398430	Associação Funebre De Socorros Mutuos De Santa Marinha De Gaia	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501404724	Associação De Socorro Mutuos Fraternal Dos Artistas Vilafranquenses	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501406107	Montepio Vilanovense De Socorro Mútuo Costa Goodolphim	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501407351	Associação De Socorros Mutuos Almirante Cândido Dos Reis	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501409700	Associação De Socorros Mutuos Artística Vimaranesse	Actividades de socorros mútuos	X	X	X

Apêndice 1

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Consolidação de informação da CASES, DGSS, UM

NIPC	Designação	Actividade	CASES	DGSS	UM
501414967	Associação Dos Socorros Mutuos De Nossa Senhora Dos Remédios de Lamego	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501427007	Associação De Socorros Mutuos Benaventense	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501433686	Associação Funebre Familiar Penafidense De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501500197	Cofre De Previdência Dos Arsenalistas Da Marinha - Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501539743	Associação De Socorros Mútuos A Restauradora Em Ramalde	Actividades de socorros mútuos	X	X	
501650245	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar Nossa Senhora Da Conceição	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
501725229	Associação De Socorros Mutuos De Oeiras	Actividades de socorros mútuos	X		
501797840	Associação Artística De Socorros Mutuos 19 De Março	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
502545607	Associação Mutualista Dos Vendedores De Cortegaça	Actividades de socorros mútuos	X		
503864234	Associação Mutualista Aduaneira	Actividades de socorros mútuos	X	X	
503901202	Associação Mutualista Dos Trabalhadores De Seguros (Amts)	Actividades de socorros mútuos	X		
974211257	Associação Mutualista Dos Profissionais De Jogo	Actividades de socorros mútuos	X	X	
504289586	Associação De Solidariedade Inter-Lions	Actividades de socorros mútuos	X		
504469304	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Solidariedade E Segurança Social (Mussoc)	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
505782707	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Câmara Municipal De S. Pedro Do Sul	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
506125394	Associação Mutualista Da Auto-Sueco Lda	Actividades de socorros mútuos	X	x	X
507230620	Associação Mutualista Da Freguesia Do Vilar	Actividades de socorros mútuos	X	X	
507264290	A Mutuália - Federação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	X	X	X
511010400	Associação De Socorros Mutuos Quatro De Setembro De Mil Oitocentos E Sessenta E Dois	Actividades de socorros mútuos	X		
511014945	Associação De Socorros Mutuos A Lutuosa Insular	Actividades de socorros mútuos	X		
502332662	Associação De Socorros Mutuos Artística Monçalense	Actividades de socorros mútuos		X	
501103147	Associação De Socorros Mútuos Montepio Egitanense	Actividades de socorros mútuos		X	
502924616	Associação Mutualista Nacional Dos Profissionais De Banca Dos Casinos	Actividades de socorros mútuos		X	
501405887	Associação De Socorros Mútuos Dora	Actividades de socorros mútuos		X	
500746990	Associação Portuense De Socorros Mútuos Das Classes Laboriosas	Actividades de socorros mútuos		X	X
503591220	Associação De Socorros Mútuos De Benfica Do Ribatejo	Actividades de socorros mútuos		X	
ND	Caixa Auxiliar De Socorros Dos Operários Da Cordoaria Nacional 2 De Maio De 1895 Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos		X	
501405917	Associação De Socorros Mútuos Mutualidade Ocidental	Actividades de socorros mútuos		X	
974137944	Amusa Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Saúde	Actividades de socorros mútuos		X	
502245450	Amcta Associação Mutualista Dos Controladores De Tráfego Aéreo	Actividades de socorros mútuos		X	

Apêndice 2

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Código de Atividade Económica e Contactos

NIPC	Designação	Caixa Económica	CAE	Descrição do CAE	CAE Sec	Endereço	Cod Postal	URL	email	Telf
501723293	Associação De Socorros Mutuos Protectora Dos Artistas De Faro		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Montepio, 12	8000-300 Faro		associacaoartistas@sapo.pt	289824440
500875308	Associação De Socorros Mutuos João De Deus		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Comendador Vilarinho, 11 a 13	8300 - 128 Silves	http://www.asmjoaodedeus.pt/	geral@asmjoaodedeus.pt	282440030
501064974	Liga Das Associações De Socorro Mútuo De Vila Nova De Gaia		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Serafim Rodrigues Rocha, 39	4400-306 Vila Nova de Gaia	http://www.ligagaia.pt/	geral@ligagaia.pt	223771015
512004889	Associação De Socorros Mutuos De Ponta Delgada		47730	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados.		Rua Machado Santos 22/6,2º	9500-083 Ponta Delgada	http://asmpd.pai.pt/	asmpd@hotmail.com	296 20 18 90
500746079	Mutualidade Popular Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Largo do Terreiro do Bispo, 1 - 1º	8001-901 Faro	http://mutualidade-popular.pt/	mutualidade.popular@m ail.telepac.pt	
500964530	Associação De Socorros Mútuos De S. Francisco De Assis De Anta		65112	Outras actividades complementares de segurança social	88101, 88910, 86220	Rua Tuna Musical de Anta n.º 987	4500 - 058 Anta	http://www.associacaoanta.com/	geral@associacaoanta.com	227340103
501975691	Associação Mutua De Seguro De Gado De Vale De Besteiros		65112	Outras actividades complementares de segurança social	75000, 85591, 94995	Rua Marechal Gomes Costa	3460-607 Tondela			232 821 936
501634851	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Câmara Municipal De Gondomar - Amut		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Praça Manuel Guedes, 191 - 2ºAD	4420 - 193 Gondomar	http://www.amut.pt	geral@amut.pt	224633184
500722250	Saúde Mútua - Associação De Socorros Mútuos De Empregados No Comércio De Lisboa	CE anexa	65112	Outras actividades complementares de segurança social		Largo de S. Cristóvão, 1	1149-053 Lisboa	http://www.clinicasaocristovao.pt/	administracao@clinicasaocristovao.pt	218813300
500902356	Casa Da Imprensa Associação Mutualista		86210	Actividades de prática médica de clínica geral, em ambulatório		Rua da Horta Seca, 20	1200-221 Lisboa	http://www.casadaimprensa.pt/	administracao@casadaimprensa.pt	213420277
501094164	Montepio Rainha D. Leonor-Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Montepio, 9	2500-180 Caldas da Rainha	http://www.montepio-rdl.pt/?id=1	geral@montepio-rdl.pt	262837100
500032424	Associação De Socorros Mutuos Dos Empregados No Comércio E Indústria		86100	Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento		Rua da Palma, 237	1100-391 Lisboa	http://www.asmei.org/live/index.php	asmei.ruapalma@gmail.com	218843120
501069364	Associação Alcacereense De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social	86230, 86210, 86220, 86903	Avenida Dos Aviadores - Travessa do Montepio, Apartado 23	7580-151 Alcácer do Sal		aasmutos@sapo.pt	265622123
500746796	Associação De Socorros Mutuos De Serzedo		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua da Igreja, 222 a 228 Serzedo	4405-059 Valadares	http://www.asms.pt/	geral@asms.pt	227620268
506444600	Casa Do Artista - A.M.A.R. - Associação Mutualista Dos Artistas		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Fernandes Tomás, 424-4º, Sala 1	4210-204 Porto		casadoartistanorte@amar.com.pt	222011326
501723293	Associação De Socorros Mutuos Primeiro De Dezembro		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Capitão Leirão, nº 79	2800-136 Almada		primeiro-dezembro@sapo.pt	212765709
500935394	Associação De Socorros Mutuos Dos Empregados Do Estado		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Praça do Comércio, 47	1100- 148 Lisboa		asmee@mail.telepac.pt	213258997
500953317	A Familiar De Espinho Associação De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social	47730, 86220, 86210	Rua Vinte e Dois, 327	4500 Espinho	http://www.familiardeespinho.pt/	geral@familiardeespinho.pt	227341570
501393188	Associação Instrutiva De Beneficência Familiar (Socorros Mutuos)		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Avenida 22 de Dezembro, 16 - 1º	2900 Setúbal		aibfamiliar1923@gmail.com	265522601
501070664	Associação De Socorros Mutuos Familiar Vimarãense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Serpa Pinto, 362	4800 Guimarães	http://www.afvmaranense.pt/index.php	geral@afvmaranense.pt	253412397
501102531	A Mutualidade Da Moita - Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Avenida Dr. Teófilo Braga, 1 a 3	2860-396 Moita	http://www.mutualidadeda moita.pt/	mutualidadedamoita@netvisao.pt	210888770
501103457	União Mutualista Nossa Senhora Da Conceição Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Serpa Pinto, 67 ou Rua do Hospital, 1, 1º Ort	2870-304 Montijo		uniaoamsc@gmail.com	212309830
501428682	Associação De Socorros Mutuos - Montepio Abrantino Soares Mendes		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Largo Barão da Batalha, 51 ou Largo General Avelar Machado, 51 - 1º Dto	2200-358 Abrantes		montepio.abrantino@m ail.telepac.pt	241362414
501140425	Associação De Socorros Mutuos De S. Mamede De Infesta		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Rua de Henrique Bravo, 6517	4465-166 S. Mamede de Infesta	http://www.asmmamede.com/	geral@asmmamede.com	229010549
501163468	Montepio Artístico Tavirense Associação Socorros Mutuos		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Rua Tenente Couto, 6	8800-379 Távira		montepioartisticotav@sapo.pt	281327125
501284117	Associação De Socorros Mutuos Montepio Grandolense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua D. Nuno Álvares Pereira, 58	7570-239 Grândola		asmmg@clix.pt	260442984
501393382	Associação De Socorros Mutuos Dos Artistas De Bragança		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Praça Camões	5300 Bragança	http://www.asmb.org/	geral@asmb.org	273329629
Inativo	Associação De Socorros Mutuos - Os Amigos Do Próximo		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Rua Padre Cesar, 465-Canelas	4400-000 Vila Nova de Gaia			
501561129	União Artística Vilarãense (Socorros Mutuos)		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Avenida Carvalho Araújo 4	5000 Vila Real	http://uniaoartisticavilarealense.blogspot.pt/	uavilarealense@gmail.com	259373342
501959599	Associação De Socorros Mutuos Freamundense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Largo António José de Brito, Apartado 104	4594-508 Paços de Ferreira	https://sites.google.com/site/asocmf2011/home	cij.andorinha@mail.telepac.pt	255879831
502332662	Associação De Socorros Mutuos - Artística Moncanense		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Rua Dr. Adriano Machado	4950 Monção			
503448729	Associação De Socorros Mutuos A Prevenção Do Porto					Rua de Santa Catarina, 1011	4000-000 Porto			
512022585	Associação De Socorros Mutuos Confederação Operária Terceirense		88910	Actividades de cuidados para crianças, sem alojamento		Rua da Sé, nº 92 - 1º	9700-191 Angra do Heroísmo	http://conf-operter.webnode.pt/	geral.cot@sapo.pt	295213721
505992779	A Beneficência e Previdente - Associação Mutualista	CE anexa	65112	Outras actividades complementares de segurança social		Sé	4050-122 Porto	http://www.beneficia-previdente.com/home	beneficia-previdente@beneficia-previdente.com	222046380
500734356	Montepio Comercial E Industrial - Associação De Socorros Mútuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Augusta, 206 a 214	1100-056 Lisboa	http://www.montepiocomercialindustrial.pt/	mcimutua1899@gmail.com	213470552
500745617	Previdência Familiar Do Porto Associação De Socorros Mutuos	CE anexa	65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Coelho Neto, 73- 75	4000-178 Porto	http://www.previdencia.pt/	geral@previdencia.pt	225371108
500746516	A Beneficência Familiar Associação De Socorros Mutuos	CE anexa	65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua da Formosa, 325 - 1º	4000-252 Porto	http://www.abeneficiencia.org/	geral@abeneficiencia.org	222087520
500746796	A Vencedora Associação De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua da Firmeza, 48	4000-224 Porto	http://www.vencedora.pt/	geral@vencedora.pt	225379562
500844798	O Legado Do Operário De Évora Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua João de Deus, 25 a 27	7000-534 Évora		loaemutualista@gmail.com	266702353

Apêndice 2

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Código de Atividade Económica e Contactos

NIPC	Designação	Caixa Económica	CAE	Descrição do CAE	CAE Sec	Endereço	Cod Postal	URL	email	Telf
500970998	Associação De Socorros Mutuos Setubalense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Major Afonso Pala, 63 a 67	2900-199 Setúbal	http://asmutuos.no.sapo.pt/index2.htm	geral@socorrosmutuos.pt	265522226
500989559	Associação De Socorros Mutuos Restauradora De Avintes		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua 5 de Outubro, 1299-1º Fr. Avintes	4430 Vila Nova de Gaia		asm.restauradora@live.com.pt	227820240
501091270	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar De Ambos Os Sexos De Pedroso		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Costa Couto, 23	4415 Carvalhos ou 4415-203 Pedroso		asmp-geral@sapo.pt	227837276
501091637	A Mutualidade De Santa Maria-Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Avenida de 29 de Março, 652	3885-518 Esmoriz		mutualidade.s.m@mail.telepac.pt	256759040
501092161	Associação Oliveirense De Socorros Mútuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Rocha Silvestre, 321 - 1º Oliveira do Douro	4400-381 Vila Nova de Gaia	http://aoliveirense.com/	aoliveirense@sapo.pt	227820099
501094431	Associação De Socorros Mutuos - Previdência Dos Ferrovários De Portugal		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Chã, 128 a 136 - 2º	4000-165 Porto		alvirapineiro@sapo.pt	223321068
501121064	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar Bracarense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua D. Gonçalo Pereira, 7 a 13	4700 Braga		asmfftb@gmail.com	253263454
501147012	Associação De Socorros Mutuos Funebre Nosso Senhor Dos Aflitos De Valadares		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Avenida António Coelho Moreira	4405-528 Valadares		ass.n.s.afl.valadares@hotmail.com	227110240
501177981	Associação De Socorros Mutuos Mutualista Covilhãense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua 1º de Dezembro, 24	6200-032 Covilhã		asmcmutualista@gmail.com	275310870
501210091	Mealheiro Dos Empregados Telegrafo-Postais		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Rua Formosa, 156 - 1º - Apartado 4205	4000-247 Porto		mealheiropostal@gmail.com	222001749
501362916	Associação De Socorros Mutuos Montepio Filarmonico		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Serpa Pinto, Edifício da Igreja dos Mártires, 10-D	1200-455 Lisboa	http://www.montepiofilarmonico.com/	montepiofilarmonico@gmail.com	213422745
501644130	Associação De Socorros Mutuos Dos Artistas Mirandenses		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Alexandre Herculano, 1	5870-299 Mirandela			
501644350	Associação De Socorros Mutuos Montemorense 1 De Maio		94991	Associações culturais e recreativas						
501687530	Associação De Socorros Mutuos Nossa Senhora Da Esperança De Sandim E Freguesias		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Calvário, 673 Sandim	4415-913 Carvalhos	http://www.anse.sandim.org/	associacao.sandim@associacaosandim.com	227633001
501733809	Monaf-Montepio Nacional Da Farmácia, Associação De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Marechal Saldanha, 1	1249-069 Lisboa	http://www.monaf.pt/principal.htm	monaf@anf.pt	213400690
502188529	Associação Mutua Dos Professores		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Pascoal de Melo, nº 58 - 1º Esq	1000-234 Lisboa	www.associacaomutuosprofessores.pt	amp.geral@hotmail.com	213534734
502362090	Associação Mutua Dos Armadores De Pesca De Anjeiras - Mapa		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Avenida da Praia de Anjeiras 449, 4455	4455-191 Lavra			22 927 0496
503084735	Mudip - Associação Mutualista Diplomática Portuguesa		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Largo do Rilvas, 1	1350-000 Lisboa	http://www.mudip.pt/	mudip@mne.pt	213943284
503731374	Umap - União Das Mutualidades Dos Africanos Em Portugal		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Calçada do Sacramento, 52	1200-394 Lisboa			213424686
503950858	Astral - Associação Mutualista Portuguesa		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Rua 1º de Maio, 91	S. Julião do Tojal			
505279231	Montepio Social - Associação Mutualista		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Avenida De Defensores De Chaves, 60-1ºdtto	1000-121 Lisboa			
507967038	Ame Associação Mutualista Dos Engenheiros		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Andrade Corvo, 3, 3º	1050-007 Lisboa	http://www.mutualidadeengenheiros.pt/	secretaria@mutualidadeengenheiros.pt	213535366
508041139	Associação Mutual dos Empregados do Ex-Banco de Fomento e Exterior		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Rua Cordoeiros Nr. 50 1º	1200-128 LISBOA	http://amebfe.blogspot.pt/2010/04/ssociacao-mutual-dos-empregados-do-ex.html	amebfe@netcabo.pt	966891959, 968055631, 917628415, 914017757, 919746091
508294711	Associação De Desenvolvimento Rural, Mútuos De Seguros E Multi-Serviços, Associação Mutualista		94995	Outras actividades associativas, n.e.		Rua General Humberto Delgado, 348	5470-247 Montalegre			
501097350	União Das Mutualidades Portuguesas		94110	Actividades de organizações económicas e patronais		Praça Pasteur, 3 - 2º Esq.	1100-238 Lisboa	http://www.mutualismo.pt/	uniao@mutualismo.com	218446170
509149766	Associação Mutualista Da Comunidade Tailandesa Em Portugal		94991	Associações culturais e recreativas		Loteamento Sobreirinho, 5	7630-651 São Teotónio			
507892364	Associação Mútu De Seguro De Gado Bovino De Gestaço		94995	Outras actividades associativas, n.e.						
501316418	Associação Mutua Financeira Livre Dos Armadores Da Pesca Geral - Centro		94110	Actividades de organizações económicas e patronais		Lota Nova, Armazém 17, Porto de Pesca	2520-630 Peniche			
500745552	Caixa Económica Social (Anexa A Previdência Familiar Do Porto-Associação De Socorros Mutuos	Anexa a Previdência Familiar	64190	Outra intermediação monetária		Rua Coelho Neto, 75 1º	4000-178 Porto	www.cesocial.pt	geral@cesocial.pt	225390262
500745927	Caixa Económica Da Associação De Socorros Mútuos De Empregados No Comércio De Lisboa	Anexa a Saúde Mutua	64190	Outra intermediação monetária				www.clinicasacristovao.pt		
500792615	Caixa Económica - Montepio Geral	Anexa ao Montepio Geral	64190	Outra intermediação monetária		Rua Áurea, 219 a 241	1122-- 806 Lisboa	www.montepio.pt	mhpires@montepio.pt	21348000
501213635	Caixa Económica Do Porto Anexa A Beneficência Familiar Associação De Socorros Mútuos	Anexa a Beneficência Familiar	64190	Outra intermediação monetária		RUA FORMOSA, 325 1º ANDAR	4000-252 Porto	www.abeneficiencia.org		223320961
512.004.803	Caixa Económica Da Misericórdia De Angra Do Heroísmo		64190	Outra intermediação monetária		Rua Direita nº 118	9700-066 Angra do Heroísmo	www.cemah.pt	cemah@cemah.pt	295401300
500766681	Montepio Geral-Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Áurea, 219 a 241	1122-- 806 Lisboa	http://www.montepio.pt/SitePublico/pt_PT/particulares	sec.geral@montepio.pt	213249805
500779082	A Glória Portuguesa - Associação De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Álvares Cabral, 315-1º	4450-041 Porto		geral@gloria-am.pt	222000603
500835195	A Lutuosa De Portugal Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Avenida dos Aliados, 168 - 1º	4000-065 Porto		geral@alp-mutualismo.pt	222005135
500852413	Liga Das Associações De Socorro Mútu Do Porto		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Bonjardim, 284 a 288 ou Rua Rodrigues Sampaio, nº 99, 1º , Apartado 4237	4000 Porto ou 4000-114		liga.porto@clix.pt	223395493
500877386	Legado Do Caxeiro Alentejano - Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Nova, 10-1º	7000 Évora	http://www.legadodocaixeiro.pt/	legado@mail.telepac.pt	266760680
500884781	Caixa Auxiliar Dos Estivadores Do Porto De Lisboa E Centro De Portugal (Associação)					Travessa da Ribeira Nova, 26 - 1º	1200-000 Lisboa			
500949212	Associação De Socorros Mutuos Dos Ourives De Lisboa					Rua da Atalaia, 61 - 1º	1200-000Lisboa			

Apêndice 2

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Código de Atividade Económica e Contactos

NIPC	Designação	Caixa Económica	CAE	Descrição do CAE	CAE Sec	Endereço	Cod Postal	URL	email	Telf
500985162	Montepio De Nossa Senhora Da Nazaré		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Largo José Lopes dos Santos	2350-686 Torres Novas	http://www.mnsnazare.pt/	geral@mnsnazare.pt	249836451
500987416	A Previdência Portuguesa Associação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua da Sofia, 193, Ap.º. 29	3000-391 Coimbra	http://www.aprevienciaportuguesa.pt/	geral@aprevienciaportuguesa.pt	239828055
501056262	Associação Mutualista de Arcozelo (Inclui a Associação Fúnebre de Socorros Mútuos de Nossa Senhora dos Remédios Arcozelense)		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Corvo, 778, Arcozelo	4405-439 Valadares		mutualista.arcozelo@gmail.com	227537000
501057307	Associação Vilanovense De Socorro Mútuo (Ou A Vilanovense - Associação Mutualista)		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Marques Sá da Bandeira, 340-1º	4400 Vila Nova de Gaia	http://www.avilanovense.pt/	geral@avilanovense.pt	223754711
501071270	Associação De Socorros Mutuos De São Bento Das Péras De Rio Tinto		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua da Boavista, 394	4435-123 Rio Tinto	http://www.associacaoabento.com/#/HOME	geral@associacaoabento.com	224890107
501102671	Associação De Socorros Mutuos Aliança Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua da Cruz dos Poais, 33 - 1º	1200-135 Lisboa			213908505
501135677	A Lacobrigense - Associação De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Lima Leitão, 32 a 35 Rua Adelina Glória Berger, Lote 8	8600-000 Lagos 8600-672 Lagos		geral@alacobrigense-asm.pt	282764826
501181920	Associação De Socorros Mutuos E Funebre Do Concelho De Valongo		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Sousa Paupério, 42	4440-697 Valongo		asmfcv@gmail.com	224220135
501181938	Associação Socorros Mutuos Funebre Familiar Grijó E Freg Circunvizinhas		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Loureiro de Cima, Grijó	4400 Vila Nova de Gaia		asmgrijo@sapo.pt	227640162
501183710	Associação Comercial De Socorros Mutuos Do Porto		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua de Passos Manuel, 21 – 2º	4000-000 Porto			
501195521	Associação Mutualista Moreira Da Maia E Freguesias Circunvizinhas		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Cons. Luís de Magalhães, 214 Padrão Moreira da Maia	4470-616 Maia		mail@am-moreira.pt	229449270
501243755	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar De Ambos Os Sexos De Modivas		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Viso, 220 Modivas	4480-593 Vila do Conde		asmmodivas@sapo.pt	
501293450	A Familiar - Associação De Socorros Mutuos Da Póvoa De Varzim		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Cidade do Porto, 58	4490-504 Póvoa do Varzim		familiar.asm@gmail.com	252624536
501393188	Associação De Socorros Mutuos Marítima E Terrestre De Sesimbra		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Cândido dos Reis, 19	2970-724 Sesimbra		asmarte.19@gmail.com	212233088
501394753	Associação Mutualista Do Pessoal Menor Dos Correios E Telegrafos De Lisboa		65112	Outras actividades complementares de segurança social						
501398430	Associação Funebre De Socorros Mutuos De Santa Marinha De Gaia		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Cândido dos Reis, 32 - 1º	4400-069 Vila Nova de Gaia			223752014
501404724	Associação De Socorro Mutuos Fraternal Dos Artistas Vilafranquenses		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Serpa Pinto, 131 A-2º	2600-263 Vila Franca de Xira		contabgab@gmail.com	263276801
501406107	Montepio Vilanovense De Socorro Mútuo Costa Goodolphim					Rua Serafim Rodrigues da Rocha, 39	4400-306 Vila Nova de Gaia	http://www.costagoodolphim.pt/index.html	geral@costagoodolphim.pt	223771015
501407351	Associação De Socorros Mutuos Almirante Cândido Dos Reis					Largo do Intendente Pina Manique, 45-2º	1100 Lisboa			
501409700	Associação De Socorros Mutuos Artística Vimaranesse		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Gil Vicente, 46	4800 Guimarães	http://asmavg.blogspot.pt/	asmavg@gmail.com	960063481
501414967	Associação Dos Socorros Mutuos De Nossa Senhora Dos Remédios De Lamego		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Visconde de Arneirós, 15	5100 Lamego		ND	ND
501427007	Associação De Socorros Mutuos Benaventense		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Travessa da Praça do Município, 5	2130-038 Benavente		asmbenaventense@gmail.com	243042475
501433686	Associação Funebre Familiar Penafielense De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Paço, 1	4560 Penafiel			
501500197	Cofre De Previdência Dos Arsenelistas Da Marinha - Associação De Socorros Mutuos		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Quartel de Marinheiros Alcântara, Praça da Armada	1300 Lisboa			
501539743	Associação De Socorros Mútuos A Restauradora Em Ramalde		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Dr. Pedro de Sousa, 725	4100 Porto			
501650245	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar Nossa Senhora Da Conceição		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Central, 2515, Lever	4415-638 Carvalhos		antoniomoreiradesa@gmail.com	227650679
501725229	Associação De Socorros Mutuos De Oeiras		65112	Outras actividades complementares de segurança social						
501797840	Associação Artística De Socorros Mutuos 19 De Março		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Poeta Tomás Ribeiro, 282	3460-616 Tondela		associacaosocorros19marco@gmail.com	232812614
502545607	Associação Mutualista Dos Vendedores De Cortegaça		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Dr. Manuel Alves Fardilha - Edifício Ro	3885-000 Esmoriz			256753835
503864234	Associação Mutualista Aduaneira					Rua Terreiro do Trigo	1149-060 Lisboa			
503901202	Associação Mutualista Dos Trabalhadores De Seguros (Amts)		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Avenida do Almirante Reis, 13-1º	1150-008 Lisboa			
974211257	Associação Mutualista Dos Profissionais De Jogo					Rua Banco, 4 - R/C, Monte do Estoril	2765 Estoril			
504289586	Associação De Solidariedade Inter-Lions		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Basílio Teles, 17 3º	1070-020 Lisboa			
504469304	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Solidariedade E Segurança Social (Mussoc)		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua do Padre Francisco Álvares, 11 7º Esq.	1500-476 Lisboa		mussoc.mutualidade@gmail.com	
505782707	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Câmara Municipal De S. Pedro Do Sul		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Câmara Municipal de S. Pedro do Sul	3660-4365 S. Pedro do Sul	http://sites.lafobit.com/MUT/	geral@mu-cmsps.com	232784631
506125394	Associação Mutualista Da Auto-Sueco Lda		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua de Manuel Pinto de Azevedo, 711 - 1º	4179-010 Porto		melvira@autosueco.pt	226150300
507230620	Associação Mutualista Da Freguesia Do Vilar					Rua Alcântara 1	2550-069 Vilar	http://www.amfvilar.org/	geral@amfvilar.org	262771129
507264290	A Mutuália - Federação Mutualista		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Dr. Manuel Rodrigues 1, 2º, sala B	3000-258 Coimbra	http://www.mutuاليا.pt/	mutualia@sapo.pt	239837031
511010400	Associação De Socorros Mutuos Quatro De Setembro De Mil Oitocentos E Sessenta E Dois		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua Pretas, 41	9000-049 Funchal		ams4setembro@mail.tel	291223342
511014945	Associação De Socorros Mutuos A Lutuosa Insular		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua dos Ferreiros, 65	9000-082 Funchal			
502332662	Associação De Socorros Mutuos Artística Monçalense					Rua Dr. Adriano Machado	4950 Monção			
501103147	Associação De Socorros Mútuos Montepio Egitanense					Rua Vasco da Gama, 35	6300 Guarda			

Apêndice 2

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Código de Atividade Económica e Contactos

NIPC	Designação	Caixa Económica	CAE	Descrição do CAE	CAE Sec	Endereço	Cod Postal	URL	email	Telf
502924616	Associação Mutualista Nacional Dos Profissionais De Banca Dos Casinos					Rua de Goa, 124 - R/C Esq.,Amoreira	2765 Estoril			
501405887	Associação De Socorros Mútuos Dora		88990	Outras actividades de apoio social sem alojamento, n.e.		Rua da República, 128 - 1º Esq.	2625 Póvoa de Santa Iria			
500746990	Associação Portuguesa De Socorros Mútuos Das Classes Laboriosas		65112	Outras actividades complementares de segurança social		Rua de Santa Catarina, 722 – 4º Esq.	4000-000 Porto			
503591220	Associação De Socorros Mútuos De Benfca Do Ribatejo					Benfica do Ribatejo	2080 Almeirim			
ND	Caixa Auxiliar De Socorros Dos Operários Da Cordoaria Nacional 2 De Maio De 1895 Associação De Socorros Mútuos					Rua da Junqueira, Edifício da Cordoaria Nacional	1300 Lisboa			
501405917	Associação De Socorros Mútuos Mutualidade Ocidental					Rua de Belém, 69 - 1º	1300 Lisboa			
974137944	Amusa Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Saúde					Rua Almirante Barroso, 36 - 6º	1000-013 Lisboa			
502245450	Amcta Associação Mutualista Dos Controladores De Tráfego Aéreo					Rua da Matola, 4	1800 Lisboa			

Apêndice 3

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Concelho, Distrito, Grau e Fundação

NIPC	Designação	Actividade	Distrito	Concelho	Grau	Ano Fundação
501723293	Associação De Socorros Mutuos Protectora Dos Artistas De Faro	Actividades de socorros mútuos	Faro	Faro		1856
500875308	Associação De Socorros Mutuos João De Deus	Actividades de socorros mútuos	Faro	Silves		1910
501064974	Liga Das Associações De Socorro Mútuo De Vila Nova De Gaia	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia	Grau Superior	1905
512004889	Associação De Socorros Mutuos De Ponta Delgada	Actividades de socorros mútuos	Açores	Ponta Delgada -S. Miguel		1862
500746079	Mutualidade Popular Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Faro	Faro		1926
500964530	Associação De Socorros Mútuos De S. Francisco De Assis De Anta	Actividades de socorros mútuos	Aveiro	Espinho		1905
501975691	Associação Mutua De Seguro De Gado De Vale De Besteiros	Actividades de socorros mútuos	Viseu	Tondela		1905
501634851	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Câmara Municipal De Gondomar - Amut	Actividades de socorros mútuos	Porto	Gondomar		2011
500722250	Saúde Mútua - Associação De Socorros Mútuos De Empregados No Comércio De Lisboa	Actividades de saúde humana	Lisboa	Lisboa		1872
500902356	Casa Da Imprensa Associação Mutualista	Actividades de saúde humana	Lisboa	Lisboa		1905
501094164	Montepio Rainha D.Leonor-Associação Mutualista	Actividades de saúde humana	Leiria	Caldas da Rainha		1860
500032424	Associação De Socorros Mutuos Dos Empregados No Comércio E Indústria	Actividades de saúde humana	Lisboa	Lisboa		1854
501069364	Associação Alcacereense De Socorros Mutuos	Actividades de saúde humana	Setubal	Alcacer do sal		1883
500746796	Associação De Socorros Mutuos De Serzedo	Actividades de saúde humana	Porto	Vila Nova de Gaia		1905
506444600	Casa Do Artista - A.M.A.R. - Associação Mutualista Dos Artistas	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		2003
501723293	Associação De Socorros Mutuos Primeiro De Dezembro	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Almada		1883
500935394	Associação De Socorros Mutuos Dos Empregados Do Estado	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1855
500953317	A Familiar De Espinho Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Aveiro	Espinho		1894
501393188	Associação Instrutiva De Beneficência Familiar (Socorros Mutuos)	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Setubal		1923
501070664	Associação De Socorros Mutuos Familiar Vimaranense	Actividades de socorros mútuos	Braga	Guimarães		1908
501102531	A Mutualidade Da Moita- Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Moita		1895
501103457	União Mutualista Nossa Senhora Da Conceição Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Montijo		1872
501428682	Associação De Socorros Mutuos - Montepio Abrantino Soares Mendes	Actividades de socorros mútuos	Santarém	Abrantes		1856
501140425	Associação De Socorros Mutuos De S. Mamede De Infesta	Actividades de socorros mútuos	Porto	Matosinhos		1890
501163468	Montepio Artístico Tavirense Associação Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Faro	Tavira		1857
501284117	Associação De Socorros Mutuos Montepio Grandolense	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Grândola		1876
501393382	Associação De Socorros Mutuos Dos Artistas De Bragança	Actividades de socorros mútuos	Bragança	Bragança		1870
Inativo	Associação De Socorros Mutuos - Os Amigos Do Próximo	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1905
501561129	União Artística Vilarealense (Socorros Mutuos)	Actividades de socorros mútuos	Vila Real	Vila Real		1909
501959599	Associação De Socorros Mutuos Freamundense	Actividades de socorros mútuos	Porto	Paços de Ferreira		1891
502332662	Associação De Socorros Mutuos - Artística Moncanense	Actividades de socorros mútuos	Viana do Castelo	Monção		1905
503448729	Associação De Socorros Mutuos A Prevenção Do Porto	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1905

Apêndice 3

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Concelho, Distrito, Grau e Fundação

NIPC	Designação	Actividade	Distrito	Concelho	Grau	Ano Fundação
512022585	Associação De Socorros Mutuos Confederação Operária Terceirense	Actividades de socorros mútuos	Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo		1918
505992779	A Benéfica e Previdente - Associação Mutualista	Actividades de saúde humana	Porto	Porto		2003
500734356	Montepio Comercial E Industrial - Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1899
500745617	Previdência Familiar Do Porto Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1876
500746516	A Beneficência Familiar Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1877
500746796	A Vencedora Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1905
500844798	O Legado Do Operário De Évora Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Évora	Évora		1927
500970998	Associação De Socorros Mutuos Setubalense	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Setubal		1988
500989559	Associação De Socorros Mutuos Restauradora De Avintes	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1893
501091270	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar De Ambos Os Sexos De Pedroso	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1899
501091637	A Mutualidade De Santa Maria-Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Aveiro	Ovar		1897
501092161	Associação Oliveirense De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1893
501094431	Associação De Socorros Mutuos - Previdência Dos Ferroviários De Portugal	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1963
501121064	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar Bracarense	Actividades de socorros mútuos	Braga	Braga		1894
501147012	Associação De Socorros Mutuos Funebre Nosso Senhor Dos Aflitos De Valadares	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1903
501177981	Associação De Socorros Mutuos Mutualista Covilhanense	Actividades de socorros mútuos	Castelo Branco	Covilhã		1930
501210091	Mealheiro Dos Empregados Telegrafo-Postais	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1895
501362916	Associação De Socorros Mutuos Montepio Filarmonico	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1896
501644130	Associação De Socorros Mutuos Dos Artistas Mirandelenses	Actividades de socorros mútuos	Bragança	Mirandela		1901
501644350	Associação De Socorros Mutuos Montemorense 1 De Maio	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Montemor		1905
501687530	Associação De Socorros Mutuos Nossa Senhora Da Esperança De Sandim E Freguesias	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1903
501733809	Monaf-Montepio Nacional Da Farmácia, Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1985
502188529	Associação Mutua Dos Professores	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1989
502362090	Associação Mutua Dos Armadores De Pesca De Angeiras - Mapa	Actividades de socorros mútuos	Porto	Lavra		1905
503084735	Mudip - Associação Mutualista Diplomática Portuguesa	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1993
503731374	Umap - União Das Mutualidades Dos Africanos Em Portugal	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
503950858	Astral - Associação Mutualista Portuguesa	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Loures		ND
505279231	Montepio Social - Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1997
507967038	Ame Associação Mutualista Dos Engenheiros	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		2008
508041139	Associação Mutual dos Empregados do Ex-Banco de Fomento e Exterior	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		2007
508294711	Associação De Desenvolvimento Rural, Mútua De Seguros E Multi-Serviços, Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Vila Real	Montalegre		1905

Apêndice 3

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Concelho, Distrito, Grau e Fundação

NIPC	Designação	Actividade	Distrito	Concelho	Grau	Ano Fundação
501097350	União Das Mutualidades Portuguesas	Órgãos representativos das entidades da ES	Lisboa	Lisboa	Grau Superior	1984
509149766	Associação Mutualista Da Comunidade Tailandesa Em Portugal	Actividades de socorros mútuos	Beja	Odemira		1905
507892364	Associação Mútua De Seguro De Gado Bovino De Gestaço	Actividades de socorros mútuos	Porto	Baião		ND
501316418	Associação Mutua Financeira Livre Dos Armadores Da Pesca Geral - Centro	Actividades de socorros mútuos	Leiria	Peniche		1905
500745552	Caixa Económica Social (Anexa A Previdencia Familiar Do Porto-Associação De Socorros Mutuos	Serviços financeiros	Porto	Porto		1905
500745927	Caixa Económica Da Associação De Socorros Mútuos De Empregados No Comércio De Lisboa	Serviços financeiros	Lisboa	Lisboa		1905
500792615	Caixa Económica - Montepio Geral	Serviços financeiros	Lisboa	Lisboa		1844
501213635	Caixa Económica Do Porto Anexa A Beneficência Familiar Associação De Socorros Mútuos	Serviços financeiros	Porto	Porto		1877
512.004.803	Caixa Economica Da Misericórdia De Angra Do Heroísmo	Serviços financeiros	Açores	Angra do Heroísmo		1896
500766681	Montepio Geral-Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1840
500779082	A Glória Portuguesa - Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1892
500835195	A Lutuosa De Portugal Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1927
500852413	Liga Das Associações De Socorro Mútuo Do Porto	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto	Grau Superior	1905
500877386	Legado Do Caixeiro Alentejano - Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Évora	Évora		1926
500884781	Caixa Auxiliar Dos Estivadores Do Porto De Lisboa E Centro De Portugal (Associa	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
500949212	Associação De Socorros Mutuos Dos Ourives De Lisboa	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
500985162	Montepio De Nossa Senhora Da Nazaré	Actividades de socorros mútuos	Santarém	Torres Novas		1862
500987416	A Previdência Portuguesa Associação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Coimbra	Coimbra		1929
501056262	Associação Mutualista de Arcozelo (Inclui a Associação Fúnebre de Socorros Mútuos de Nossa Senhora dos Remédios Arcozelense)	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1897
501057307	Associação Vilanovense De Socorro Mútuo (Ou A Vilanovense - Associação Mutualista)	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1882
501071270	Associação De Socorros Mutuos De São Bento Das Pêras De Rio Tinto	Actividades de socorros mútuos	Porto	Gondomar		1895
501102671	Associação De Socorros Mutuos Aliança Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1943
501135677	A Lacobrigense - Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Faro	Lagos		1938
501181920	Associação De Socorros Mutuos E Funebre Do Concelho De Valongo	Actividades de socorros mútuos	Porto	Valongo		1898
501181938	Associação Socorros Mutuos Funebre Familiar Grijó E Freg Circunvizinhas	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1894
501183710	Associação Comercial De Socorros Mutuos Do Porto	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1905
501195521	Associação Mutualista Moreira Da Maia E Freguesias Circunvizinhas	Actividades de socorros mútuos	Porto	Maia		1897
501243755	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar De Ambos Os Sexos De Modivas	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila do Conde		1902
501293450	A Familiar - Associação De Socorros Mutuos Da Póvoa De Varzim	Actividades de socorros mútuos	Porto	Póvoa do Varzim		1913

Apêndice 3

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Concelho, Distrito, Grau e Fundação

NIPC	Designação	Actividade	Distrito	Concelho	Grau	Ano Fundação
501393188	Associação De Socorros Mutuos Marítima E Terrestre De Sesimbra	Actividades de socorros mútuos	Setubal	Sesimbra		1894
501394753	Associação Mutualista Do Pessoal Menor Dos Correios E Telegrafos De Lisboa	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		ND
501398430	Associação Funebre De Socorros Mutuos De Santa Marinha De Gaia	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1894
501404724	Associação De Socorro Mutuos Fraternal Dos Artistas Vilafranquenses	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Vila Franca de Xira		1853
501406107	Montepio Vilanovense De Socorro Mútuo Costa Goodolphim	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1921
501407351	Associação De Socorros Mutuos Almirante Cândido Dos Reis	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
501409700	Associação De Socorros Mutuos Artística Vimaranense	Actividades de socorros mútuos	Braga	Guimarães		1869
501414967	Associação Dos Socorros Mutuos De Nossa Senhora Dos Remédios de Lamego	Actividades de socorros mútuos	Viseu	Lamego		1859
501427007	Associação De Socorros Mutuos Benaventense	Actividades de socorros mútuos	Santarém	Benavente		1887
501433686	Associação Funebre Familiar Penafidelse De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Porto	Penafiel		1907
501500197	Cofre De Previdência Dos Arsenalistas Da Marinha - Associação De Socorros Mutuos	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
501539743	Associação De Socorros Mútuos A Restauradora Em Ramalde	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1917
501650245	Associação De Socorros Mutuos Funebre Familiar Nossa Senhora Da Conceição	Actividades de socorros mútuos	Porto	Vila Nova de Gaia		1907
501725229	Associação De Socorros Mutuos De Oeiras	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Oeiras		ND
501797840	Associação Artística De Socorros Mutuos 19 De Março	Actividades de socorros mútuos	Viseu	Tondela		1892
502545607	Associação Mutualista Dos Vendedores De Cortegaça	Actividades de socorros mútuos	Aveiro	Esmoriz		ND
503864234	Associação Mutualista Aduaneira	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
503901202	Associação Mutualista Dos Trabalhadores De Seguros (Amts)	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1997
974211257	Associação Mutualista Dos Profissionais De Jogo	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Cascais		1905
504289586	Associação De Solidariedade Inter-Lions	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
504469304	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Solidariedade E Segurança Social (Mussoc)	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		2000
505782707	Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Câmara Municipal De S. Pedro Do Sul	Actividades de socorros mútuos	Viseu	S. Pedro do Sul		2002
506125394	Associação Mutualista Da Auto-Sueco Lda	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		2002
507230620	Associação Mutualista Da Freguesia Do Vilar	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Cadaval		1905
507264290	A Mutuália - Federação Mutualista	Actividades de socorros mútuos	Coimbra	Coimbra	Federação	2005
511010400	Associação De Socorros Mutuos Quatro De Setembro De Mil Oitocentos E Sessenta E Dois	Actividades de socorros mútuos	Madeira	Funchal		2000
511014945	Associação De Socorros Mutuos A Lutuosa Insular	Actividades de socorros mútuos	Funchal	Funchal		1929
502332662	Associação De Socorros Mutuos Artística Monçalense	Actividades de socorros mútuos	Viana do Castelo	Monção		1905
501103147	Associação De Socorros Mútuos Montepio Egitanense	Actividades de socorros mútuos	Guarda	Guarda		1905
502924616	Associação Mutualista Nacional Dos Profissionais De Banca Dos Casinos	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Cascais		1905
501405887	Associação De Socorros Mútuos Dora	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Loures		1905

Apêndice 3

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Concelho, Distrito, Grau e Fundação

NIPC	Designação	Actividade	Distrito	Concelho	Grau	Ano Fundação
500746990	Associação Portuense De Socorros Mútuos Das Classes Laboriosas	Actividades de socorros mútuos	Porto	Porto		1856
503591220	Associação De Socorros Mútuos De Benfica Do Ribatejo	Actividades de socorros mútuos	Santarém	Almeirim		1905
ND	Caixa Auxiliar De Socorros Dos Operários Da Cordoaria Nacional 2 De Maio De 1895 Associação De Socorros Mútuos	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
501405917	Associação De Socorros Mútuos Mutualidade Ocidental	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
974137944	Amusa Associação Mutualista Dos Trabalhadores Da Saúde	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905
502245450	Amcta Associação Mutualista Dos Controladores De Tráfego Aéreo	Actividades de socorros mútuos	Lisboa	Lisboa		1905

Apêndice 4

BASE DE DADOS DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Atividades certificadas pela ISO9001

Designação	Associação De Socorros Mutuos De Ponta Delgada
NIPC	512004889
Descrição do CAE	Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados.
Certificação	
ISO9001- conjunto de actividades relacionadas com a Farmácia (Dispensa de medicamentos, produtos - acessórios de farmácia, produtos destinados à higiene e à profilaxia, produtos dietéticos e artigos de perfumaria, de óptica, produtos de fitofarmácia, de ortopedia e serviços de saúde. Preparação de medicamentos manipulados. Determinação de parâmetros bioquímicos, físicos e fisiológicos e aconselhamento farmacêutico), Parafarmácia (Dispensa de produtos de dermocosmética, de higiene e para a saúde e de medicamentos não sujeitos a receita médica) e Centro Médico (Prestação de serviços médicos em consultas das especialidades de Medicina Interna, Cirurgia Geral, Medicina Dentária, Otorrinolaringologia e Ginecologia. Serviços de Saúde de Enfermagem, Dietista, Psicologia e Terapia da Fala) da Associação de Socorros Mútuos de Ponta Delgada	

Designação	Liga Das Associações De Socorro Mútuo De Vila Nova De Gaia
NIPC	501064974
Descrição do CAE	Outras actividades complementares de segurança social
Certificação	
Farmácia da Liga: Dispensa de medicamentos, substâncias medicamentosas, medicamentos e produtos veterinários, medicamentos e produtos homeopáticos, produtos naturais, dispositivos médicos, suplementos alimentares e produtos de alimentação especial, produtos fitofarmacêuticos, produtos cosméticos e de higiene corporal, artigos de puericultura, produtos de conforto, serviços farmacêuticos de promoção da saúde e bem-estar dos utentes. Clínica da Liga: Especialidades clínicas (Alergologia, Cardiologia, Cirurgia Geral, Cirurgia Plástica, Cirurgia Vascular, Clínica Geral/Medicina Familiar, Consulta da Dor, Dermatologia, Endocrinologia, Gastrenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Medicina Dentária, Medicina Interna/Doenças Reumatológicas, Nefrologia, Neurologia, Neuropediatria, Oftalmologia, Ortopedias, Otorrinolaringologia, Pediatria, Pneumologia , Psiquiatria, Urologia) e não clínicas (Nutrição/Dietética, Podologia, Psicologia, Terapia da Fala), análises clínicas, enfermagem, exames de cardiologia e serviços.	

Capítulo 8

8. Anexos

Anexo 1

Classificação ICNPO

Table T3.2
ICNPO: groups and subgroups^a

<i>Groups</i>	<i>Subgroups</i>
1. Culture and recreation	1 100 Culture and arts 1 200 Sports 1 300 Other recreation and social clubs
2. Education and research	2 100 Primary and secondary education 2 200 Higher education 2 300 Other education 2 400 Research
3. Health	3 100 Hospitals and rehabilitation 3 200 Nursing homes 3 300 Mental health and crisis intervention 3 400 Other health services
4. Social services	4 100 Social services 4 200 Emergency and relief 4 300 Income support and maintenance
5. Environment	5 100 Environment 5 200 Animal protection
6. Development and housing	6 100 Economic, social and community development 6 200 Housing 6 300 Employment and training
7. Law, advocacy and politics	7 100 Civic and advocacy organizations 7 200 Law and legal services 7 300 Political organizations
8. Philanthropic intermediaries and voluntarism promotion	8 100 Grant-making Foundations 8 200 Other philanthropic intermediaries and voluntarism promotion
9. International	9 100 International activities
10. Religion	10 100 Religious congregations and associations
11. Business and professional associations, unions	11 100 Business associations 11 200 Professional associations 11 300 Labour unions
12. Not elsewhere classified	12 100 Not elsewhere classified

^a For more detail, see annex A1.

Fonte: (Nations, 2003)

Nations, U. (2003). *Handbook on Non-profit institutions in the system of National Accounts* (Vol. 91). New York: United Nations Publications.

Anexo 2

Processo de Prestação de Contas das ESNL

Entidades do setor não lucrativo				IPSS							Outras ESNL						
				Fundações de solidariedade social	*Associações de solidariedade social + Associações de voluntários da ação social + Associações de socorros mútuos + Irmandades da misericórdia*	Associações mutualistas					*Associações juvenis + Associações de estudantes*	Associações humanitárias de bombeiros	*Organizações não governamentais de ambiente (ONGA)*	Federações desportivas	Associações	Fundações	
			Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro		*Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março*		*Lei n.º 23/2006, de 23 de junho*		*Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto*		*Lei n.º 35/98, de 18 de julho*		*Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro*		*Código Civil: artigo 157.º a artigo 194.º*		
Órgãos intervenientes no processo de prestação de contas	Preparação			Órgão de administração		Direção		Órgão de administração			Direção		Órgão de administração				
	Fiscalização			Órgão de fiscalização		Conselho fiscal		Conselho fiscal		Órgão de fiscalização		Conselho fiscal		Conselho fiscal			
	Aprovação	Órgão		Não aplicável		Assembleia geral									Não aplicável		
		Prazo	Relatório (de atividades) e contas	31 de março do ano seguinte			Não definido no respetivo regime jurídico										
			Orçamento e plano de atividades		15 de novembro do ano anterior		31 de dezembro do ano anterior										
Visto dos serviços da tutela competentes	Independente da atribuição do estatuto de entidade pública	Serviços da tutela		Instituto da Segurança Social, I.P.						Autoridade Nacional de Proteção Civil		Agência Portuguesa do Ambiente		Serviço ou organismo da Administração Pública com competências na área do desporto		Não definido no Código Civil	
		Meio de entrega		OCIP em www.seg-social.pt													
		Prazo	Contas anuais		30 de abril do ano seguinte				Não definido no respetivo regime jurídico								
			Orçamentos		30 de novembro do ano anterior												
			Revisões orçamentais		15 de novembro do próprio ano												
	Pessoas coletivas de utilidade pública (Decreto-Lei 490/77 de 7 de novembro)	Serviços da tutela		Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros													
		Obrigações de reporte		Envio do relatório de atividades e as contas do exercício													
		Meio de entrega		Transmissão eletrónica													
		Prazo		Até 6 meses após aprovação													
	Documentos de prestação de contas	Preparação	Orçamento e plano de atividades		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Relatório de atividades			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Demonstrações financeiras			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Balanco técnico					✓												
Fiscalização		Parecer do órgão de fiscalização		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
		Certificação legal de contas	Entidades que apresentem contas consolidadas		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
			Entidades que ultrapassem os limites do artigo 262.º do CSC		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
			Imposição do regime jurídico											✓			
Aprovação		Ata da assembleia geral			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Documentação fiscal	Modelo 22 e respetivo anexo D		Até ao último dia do 5.º mês seguinte à data do termo do período														
	IES e Dossier fiscal		Até ao 15.º dia do 7.º mês posterior à data do termo do período														

Fonte: (Araújo, Cardoso, & Novais, 2012)

Araújo, D. N., Cardoso, P., & Novais, J. (2012). *Manual de Prestação de Contas nas Entidades do Setor Não Lucrativo. O processo de relato financeiro em SNC-ESNL* (V. Económica Ed.). Porto.

Anexo 3

Lista das Associações Mutualistas da CSES 2010

NOME	ATIVIDADE
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS PROTECTORA DOS ARTISTAS DE FARO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS JOÃO DE DEUS	Actividades de socorros mútuos
LIGA DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO MÚTUO DE VILA NOVA DE GAIA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DE PONTA DELGADA	Actividades de socorros mútuos
MUTUALIDADE POPULAR ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DE S. FRANCISCO DE ASSIS DE ANTA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUA DE SEGURO DE GADO DE VALE DE BESTEIRO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GONDOMAR - AMUT	Actividades de socorros mútuos
SAÚDE MÚTUA - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LISBOA	Actividades de saúde humana
CASA DA IMPRENSA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de saúde humana
MONTEPIO RAINHA D.LEONOR-ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de saúde humana
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E INDÚSTRIA	Actividades de saúde humana
ASSOCIAÇÃO ALCACERENSE DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de saúde humana
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DE SERZEDO	Actividades de saúde humana
CASA DO ARTISTA - A.M.A.R. - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS ARTISTAS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS PRIMEIRO DE DEZEMBRO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS EMPREGADOS DO ESTADO	Actividades de socorros mútuos
A FAMILIAR DE ESPINHO ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA DE BENEFICÊNCIA FAMILIAR (SOCORROS MUTUOS)	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FAMILIAR VIMARANENSE	Actividades de socorros mútuos
A MUTUALIDADE DA MOITA- ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS - MONTEPIO ABRANTINO SOARES MENDES	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DE S. MAMEDE DE INFESTA	Actividades de socorros mútuos
MONTEPIO ARTÍSTICO TAVIRENSE ASSOCIAÇÃO SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS MONTEPIO GRANDOLENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS DE BRAGANÇA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS - OS AMIGOS DO PRÓXIMO	Actividades de socorros mútuos
UNIÃO ARTÍSTICA VILAREALENSE(SOCORROS MUTUOS)	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FREAMUNDENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS - ARTÍSTICA MONCANENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS A PREVENÇÃO DO PORTO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA TERCEIRENSE	Actividades de socorros mútuos
"A ""BENÉFICA E PREVIDENTE"" - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA"	Actividades de saúde humana
MONTEPIO COMERCIAL E INDUSTRIAL - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS	Actividades de socorros mútuos
PREVIDÊNCIA FAMILIAR DO PORTO ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
A BENEFICÊNCIA FAMILIAR ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS	Actividades de socorros mútuos
A VENCEDORA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
O LEGADO DO OPERÁRIO DE ÉVORA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS SETUBALENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS RESTAURADORA DE AVINTES	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FUNEBRE FAMILIAR DE AMBOS OS SEXOS DE PEDROSO	Actividades de socorros mútuos
A MUTUALIDADE DE SANTA MARIA-ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos

Anexo 3

Lista das Associações Mutualistas da CSES 2010

NOME	ATIVIDADE
ASSOCIAÇÃO OLIVEIRENSE DE SOCORROS MÚTUOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS - PREVIDÊNCIA DOS FERROVIÁRIOS DE PORTUGAL	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FUNEBRE FAMILIAR BRACARENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FUNEBRE NOSSO SENHOR DOS AFLITOS DE VALADARES	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS MUTUALISTA COVILHANENSE	Actividades de socorros mútuos
MEALHEIRO DOS EMPREGADOS TELEGRAFO-POSTAIS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS MONTEPIO FILARMONICO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS ARTISTAS MIRANDELENSES	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS MONTEMORENSE 1 DE MAIO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA DE SANDIM E FREGUESIAS	Actividades de socorros mútuos
MONAF-MONTEPIO NACIONAL DA FARMÁCIA, ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUA DOS PROFESSORES	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUA DOS ARMADORES DE PESCA DE ANGEIRAS - MAPA	Actividades de socorros mútuos
MUDIP - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DIPLOMATICA PORTUGUESA	Actividades de socorros mútuos
UMAP - UNIÃO DAS MUTUALIDADES DOS AFRICANOS EM PORTUGAL	Actividades de socorros mútuos
ASTRAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA PORTUGUESA	Actividades de socorros mútuos
MONTEPIO SOCIAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
AME ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS ENGENHEIROS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUAL DOS EMPREGADOS DO EX-BANCO DE FOMENTO E EXTERIOR	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, MÚTUA DE SEGUROS E MULTI-SERVIÇOS, ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS	Orgãos representativos das entidades da ES
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DA COMUNIDADE TAILANDESA EM PORTUGAL	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MÚTUA DE SEGURO DE GADO BOVINO DE GESTAÇÃO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUA FINANCEIRA LIVRE DOS ARMADORES DA PESCA GERAL - CENTRO	Actividades de socorros mútuos
CAIXA ECONÓMICA SOCIAL (ANEXA A PREVIDENCIA FAMILIAR DO PORTO-ASSOCIAÇÃO DE SOCO	Serviços financeiros
CAIXA ECONÓMICA DA ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS DE EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LISBOA	Serviços financeiros
CAIXA ECONÓMICA - MONTEPIO GERAL	Serviços financeiros
CAIXA ECONÓMICA DO PORTO ANEXA A BENEFICÊNCIA FAMILIAR ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS	Serviços financeiros
CAIXA ECONOMICA DA MISERICORDIA DE ANGRA DO HEROISMO	Serviços financeiros
MONTEPIO GERAL-ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
GLÓRIA PORTUGUESA - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
A LUTUOSA DE PORTUGAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
LIGA DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO MÚTUO DO PORTO	Actividades de socorros mútuos
LEGADO DO CAIXEIRO ALENTEJANO - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
CAIXA AUXILIAR DOS ESTIVADORES DO PORTO DE LISBOA E CENTRO DE PORTUGAL (ASSOCIA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DOS OURIVES DE LISBOA	Actividades de socorros mútuos
MONTEPIO DE NOSSA SENHORA DA NAZARÉ	Actividades de socorros mútuos
A PREVIDÊNCIA PORTUGUESA ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DE ARCOZELO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DE SAO BENTO DAS PERAS DE RIO TINTO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS ALIANÇA MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos

Anexo 3

Lista das Associações Mutualistas da CSES 2010

NOME	ATIVIDADE
A LACOBRIENSE - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS E FUNEBRE DO CONCELHO DE VALONGO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO SOCORROS MUTUOS FUNEBRE FAMILIAR GRIJÓ E FREG CIRCUNVIZINHAS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SOCORROS MUTUOS DO PORTO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MOREIRA DA MAIA E FREGUESIAS CIRCUNVIZINHAS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FUNEBRE FAMILIAR DE AMBOS OS SEXOS DE MODIVAS	Actividades de socorros mútuos
A FAMILIAR - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DA PÓVOA DE VARZIM	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS MARÍTIMA E TERRESTRE DE SESIMBRA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DO PESSOAL MENOR DOS CORREIOS E TELEGRAFOS DE LISBOA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO FUNEBRE DE SOCORROS MUTUOS DE SANTA MARINHA DE GAIA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORRO MUTUOS FRATERNAL DOS ARTISTAS VILAFRANQUENSES	Actividades de socorros mútuos
MONTEPIO VILANOVENSE DE SOCORRO MÚTUO COSTA GOODOLPHIM	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS ALMIRANTE CÂNDIDO DOS REIS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS ARTÍSTICA VIMARANENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DOS SOCORROS MUTUOS DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS BENAVENTENSE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO FUNEBRE FAMILIAR PENAFIDELENSE DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
COFRE DE PREVIDÊNCIA DOS ARSENALISTAS DA MARINHA - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS A RESTAURADORA EM RAMALDE	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS FUNEBRE FAMILIAR NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS DE OEIRAS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DE SOCORROS MUTUOS 19 DE MARÇO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS VENDEDORES DE CORTEGAÇA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA ADUANEIRA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS TRABALHADORES DE SEGUROS (AMTS)	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS PROFISSIONAIS DE JOGO	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE INTER-LIONS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS TRABALHADORES DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL (MUS	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE S. PEDRO DO SUL	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DA AUTO-SUECO LDA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA DA FREGUESIA DO VILAR	Actividades de socorros mútuos
MUTUÁLIA, FEDERAÇÃO MUTUALISTA	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS QUATRO DE SETEMBRO DE MIL OITOCENTOS E SESSENTA E	Actividades de socorros mútuos
ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MUTUOS A LUTUOSA INSULAR	Actividades de socorros mútuos

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS REGISTRADAS				
Distrito	Concelho	Denominação	Endereço	NIPC Ano de constituição
Aveiro	Espinho	Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta	Anta 4500 Espinho	NIPC: 500964530 Constituição: 1905
		A Familiar de Espinho Associação de Socorros Mútuos	Rua Vinte e Dois, 327 4500 Espinho	NIPC: 500953317 Constituição: 1894
	Ovar	A Mutualidade de Santa Maria Associação Mutualista	Av. de 29 de Março, 652 3885 Esmoriz	NIPC: 501091637 Constituição: 1897
Braga	Braga	Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Bracarense	Rua D. Gonçalo Pereira, 7 a 13 4700 Braga	NIPC: 501121064 Constituição: 1892
	Guimarães	Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranense	Rua Gil Vicente, 46 4800 Guimarães	NIPC: Constituição: 1866
		Associação de Socorros Mútuos Familiar Vimaranense	Rua Serpa Pinto 4800 Guimarães	NIPC: 501070664 Constituição: 1908
Bragança	Bragança	Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança	Praça Camões 5300 Bragança	NIPC: 501393382 Constituição: 1870
	Mirandela	Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses	5370 Mirandela	NIPC: 501644130 Constituição: 1901
Castelo Branco	Covilhã	Associação de Socorros Mútuos Mutualista Covilhanense	Rua 1º de Dezembro, 24 6200 Covilhã	NIPC: 501177981 Constituição: 1925
Coimbra	Coimbra	A Previdência Portuguesa Associação Mutualista	Rua da Sofia, 193, Apº. 29 3000 Coimbra	NIPC: 500987416 Constituição: 1929
Évora	Évora	Legado do Caixeiro Alentejano Associação Mutualista	Rua Nova, 10-1º 7000 Évora	NIPC: 500877386 Constituição: 1926
		O Legado do Operário de Évora Associação Mutualista	Rua João de Deus, 25 a 27 7000 Évora	NIPC: 500844798 Constituição: 1927
Faro	Faro	Associação de Socorros Mútuos Protectora dos Artistas de Faro	Rua do Montepio, 12 8000 Faro	NIPC: 501723293 Constituição: 1856
		Mutualidade Popular Associação Mutualista	Largo do Terreiro do Bispo, 1 - 1º 8000 Faro	NIPC: 500746079 Constituição: 1926
	Lagos	A Lacobrigense Associação de Socorros Mútuos	Rua Lima Leitão, 32 a 35 8600 Lagos	NIPC: 501135677 Constituição: 1939
	Tavira	Montepio Artístico Tavirense Associação de Socorros Mútuos	Rua Dr. Mateus Teixeira de Azevedo, 1-R/C 8800 Tavira	NIPC: 501136468 Constituição: 1857
	Silves	Associação de Socorros Mútuos João de Deus	Rua Comendador Vilarinho 8300 Silves	NIPC: 500875308 Constituição: 1905
Guarda	Guarda	Associação de Socorros Mútuos Montepio Egitanense	Rua Vasco da Gama, 35 6300 Guarda	NIPC: 501103147 Constituição: 1866
Leiria	Caldas da Rainha	Associação de Socorros Mútuos Rainha D. Leonor	Rua do Montepio, 9 2500 Caldas da Rainha	NIPC: 501094164 Constituição: 1860
Lisboa	Cascais	Associação Mutualista Nacional dos Profissionais de Banca dos Casinos	Rua de Goa, 124 - R/C Esq., Amoreira 2765 Estoril	NIPC: 502924616 Constituição: 1992
		Associação Mutualista dos Profissionais de Jogo	Rua Banco, 4 - R/C, Monte do Estoril 2765 Estoril	NIPC: 974211257 Constituição: 1997
	Lisboa	AMCTA Associação Mutualista dos Controladores de Tráfego Aéreo	Rua da Matola, 4 1800 Lisboa	NIPC: 502245450 Constituição: 1992
		AMUSA Associação Mutualista dos Trabalhadores da Saúde	Rua Almirante Barroso, 36 - 6º 1000-013 Lisboa	NIPC: 974137944 Constituição: 1999
		Associação Mutualista Aduaneira	Rua Terreiro do Trigo 1149-060 Lisboa	NIPC: 503864234 Constituição: 1996
		Associação Mutualista dos Trabalhadores da Solidariedade e Segurança Social MUSSOC	Rua do Padre Francisco Álvares, 1 7º Esq. 1250 - 476 Lisboa	NIPC: 504469304 Constituição: 2000
		Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista	Rua da Cruz dos Poiais, 33 - 1º 1200 Lisboa	NIPC: Constituição: 1943
		Associação de Socorros Mútuos Almirante Cândido dos Reis	Largo do Intendente Pina Manique, 45-2º 1100 Lisboa	NIPC: 501407351 Constituição: 1904
		Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria	Rua da Palma, 237 1000 Lisboa	NIPC: 500032424 Constituição: 1854
		Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa	Largo de S. Cristóvão, 1 1100 Lisboa	NIPC: 500722250 Constituição: 1872
		Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Estado	Praça do Comércio, 8 1100 Lisboa	NIPC: 500935394 Constituição: 1856
		Associação de Socorros Mútuos Montepio Filarmónico	Rua Serpa Pinto, Edifício da Igreja dos Mártires, 10-D 1200 Lisboa	NIPC: 501362916 Constituição: 1834
		Associação de Socorros Mútuos Mutualidade Ocidental	Rua de Belém, 69 - 1º 1300 Lisboa	NIPC: 501405917 Constituição: 1935
		Associação de Socorros Mútuos dos Ourives de Lisboa	Rua da Atalaia, 61 - 1º 1200 Lisboa	NIPC: 500949212 Constituição: 1943
		Caixa Auxiliar dos Estivadores do Porto de Lisboa e Centro de Portugal Associação de Socorros Mútuos	Travessa da Ribeira Nova, 26 - 1º 1200 Lisboa	NIPC: 500884781 Constituição: 1914

		Caixa Auxiliar de Socorros dos Operários da Cordoaria Nacional 2 de Maio de 1895 Associação de Socorros Mútuos	Rua da Junqueira, Edifício da Cordoaria Nacional 1300 Lisboa	NIPC: Constituição: 1895
		Casa da Imprensa Associação Mutualista	Rua da Horta Seca, 20 1200 Lisboa	NIPC: 500902356 Constituição: 1905
		Cofre de Previdência dos Arsenistas da Marinha Associação de Socorros Mútuos	Quartel de Marinheiros Alcântara, Praça da Armada 1300 Lisboa	NIPC: Constituição: 1940
		MONAF Montepio Nacional da Farmácia Associação de Socorros Mútuos	Rua Marechal Saldanha, 1 1200 Lisboa	NIPC: 501733809 Constituição: 1985
		Montepio Comercial e Industrial Associação de Socorros Mútuos	Rua Augusta, 206 a 214 1100 Lisboa	NIPC: 500734356 Constituição: 1899
		Montepio Geral Associação Mutualista	Rua do Ouro, 219 a 241 1122- 806 Lisboa	NIPC: 500766681 Constituição: 1840
		MUDIP Associação Mutualista Diplomática Portuguesa	Lg. do Rilvas, 1 1350 Lisboa	NIPC: 503084735 Constituição: 1997
		União das Mutualidades Portuguesas	Praça Pasteur, 3 - 2º Esq. 1100-238 Lisboa	NIPC: 501097350 Constituição: 1984
	Loures	Associação de Socorros Mútuos Dora	Rua da República, 128 - 1º Esq. 2625 Póvoa de Santa Iria	NIPC: Constituição: 1901
	Vila Franca de Xira	Associação de Socorros Mútuos Fraternal dos Artistas Vilafranquenes	R. Serpa Pinto, 131 A-2º 2600 Vila Franca de Xira	NIPC: 501404724 Constituição: 1853
Porto	Gondomar	Associação de Socorros Mútuos de S. Bento das Peras de Rio Tinto	Rua da Boavista, 394 4435 Rio Tinto	NIPC: 501071270 Constituição: 1895
	Maia	Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar para Ambos os Sexos em Moreira da Maia e Freguesias Circunvizinhas	Rua Cons. Luís de Magalhães, 214 Padrão Moreira da Maia 4470 Maia	NIPC: 501195521 Constituição: 1897
	Matosinhos	Associação de Socorros Mútuos de S. Mamede de Infesta	Rua de Henrique Bravo, 6517 4465 S. Mamede de Infesta	NIPC: 501140425 Constituição: 1890
	Penafiel	Associação Fúnebre Familiar Penafidense de Socorros Mútuos	4560 Penafiel	NIPC: 501433686 Constituição: 1907
	Porto	A Beneficência Familiar Associação de Socorros Mútuos	Rua da Formosa, 325 - 1º 4000 Porto	NIPC: 500746516 Constituição: 1877
		A Benéfica e Previdente Associação Mutualista	Rua dos Bragas, 68 4050-122 Porto	NIPC: 505992779 Constituição: 2002
		Associação Comercial de Socorros Mútuos no Porto	Rua de Passos Manuel, 21 - 2º 4000 Porto	NIPC: 501183710 Constituição: 1858
		Associação Portuense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas	Rua de Santa Catarina, 722 - 4º Esq. 4000 Porto	NIPC: 500746990 Constituição: 1856
		Associação de Socorros Mútuos A Prevenção do Porto	Rua de Santa Catarina, 1011 4000 Porto	NIPC: 503448729 Constituição: 1996
		Casa do Artista A.M.A.R. Associação Mutualista dos Artistas	Rua Fernandes Tomás, 424-4º, Sala 1 4210 Porto	NIPC: 506444600 Constituição: 2003
		Glória Portuguesa Associação de Socorros Mútuos	Rua Álvares Cabral, 315-1º 4450 Porto	NIPC: 500779082 Constituição: 1892
		A Lutuosa de Portugal Associação Mutualista	Avenida dos Aliados, 168 - 1º 4000 Porto	NIPC: 500835195 Constituição: 1927
		Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto	Rua do Bonjardim, 284 a 288 4000 Porto	NIPC: 500852413 Constituição: 1905
		Mealheiro Postal Associação Mutualista	Rua Formosa, 156 4000 Porto	NIPC: 501210091 Constituição: 1892
		A Previdência Familiar do Porto Associação de Socorros Mútuos	Rua Coelho Neto, 75 - 2º 4000 Porto	NIPC: 500745617 Constituição: 1876
		Previdência dos Ferroviários de Portugal Associação de Socorros Mútuos	Rua Chã, 128 a 136 - 2º 4000 Porto	NIPC: 501094431 Constituição: 1930
		A Restauradora em Ramalde Associação de Socorros Mútuos	Rua Dr. Pedro de Sousa, 725 Ramalde 4100 Porto	NIPC: Constituição: 1917
		A Vencedora Associação de Socorros Mútuos	Rua da Firmeza, 48 4000 Porto	NIPC: 500746796 Constituição: 1905
	Póvoa do Varzim	A Familiar Associação de Socorros Mútuos da Póvoa de Varzim	Rua Cidade do Porto, 58 4490-504 Póvoa do Varzim	NIPC: Constituição: 1913
	Valongo	Associação de Socorros Mútuos e Fúnebre do Concelho de Valongo	Rua Sousa Paupério, 42 4440 Valongo	NIPC: 501181920 Constituição: 1898
	Vila do Conde	Associação Socorros Mútuos em Modivas	Rua do Viso, 220 Modivas 4480 Vila do Conde	NIPC: 501243755 Constituição: 1905
	Vila Nova de Gaia	Associação Fúnebre de Socorros Mútuos de Santa Marinha de Gaia	Rua Cândido dos Reis, 32 - 1º 4400 Vila Nova de Gaia	NIPC: 501398430 Constituição: 1894
		Associação Mutualista de Arcozelo	Rua do Corvo, 778, Arcozelo 4405 Valadares	NIPC: 501056262 Constituição: 1897
		Associação Oliveirense de Socorros Mútuos e Fúnebre de Ambos os Sexos	Rua Rocha Silvestre, 321 - 1º Oliveira do Douro 4400 Vila Nova de Gaia	NIPC: 501092161 Constituição: 1894
		Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar para Ambos os Sexos em Grijó e Freguesias Circunvizinhas	Loureiro de Cima, Grijó 4400 Vila Nova de Gaia	NIPC: 501181938 Constituição: 1892
		Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar de Ambos os Sexos de Pedroso	Largo França Borges, 116 4415 Carvalhos	NIPC: 501091270 Constituição: 1899
		Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Nossa Senhora da Conceição	Lever -Vila Nova de Gaia 4415 Carvalhos	NIPC: Constituição: 1907
		Associação de Socorros Mútuos Nossa Senhora da Esperança de Sandim e Freguesias Circunvizinhas	Rua do Calvário, Sandim 4415 Carvalhos	NIPC: 501687530 Constituição: 1903
		Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Nosso Senhor dos Aflitos de Valadares	Avenida António Coelho Moreira 4405 Valadares	NIPC: 501147012 Constituição: 1902
		Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes	Rua 5 de Outubro, 1299-1º Fr. Avintes 4430 Vila Nova de Gaia	NIPC: 500989559 Constituição: 1893

		Associação de Socorros Mútuos de Serzedo	Rua da Igreja, 222 a 228 Serzedo 4405 Valadares	NIPC: 500746796 Constituição: 1905
		Associação Vilanovense de Socorro Mútuo	Rua Marques Sá da Bandeira, 340-1º 4400 Vila Nova de Gaia	NIPC: 501057307 Constituição: 1882
		Liga das Associações de Socorros Mútuos de Vila Nova de Gaia	Rua Marques Sá da Bandeira, 344 4400 Vila Nova de Gaia	NIPC: 501064974 Constituição: 1905
Santarém	Abrantes	Montepio Abrantino Soares Mendes Associação de Socorros Mútuos	Largo Barão da Batalha, 51 2200 Abrantes	NIPC: 501428682 Constituição: 1856
	Almeirim	Associação de Socorros Mútuos de Benfca do Ribatejo	Benfca do Ribatejo 2080 Almeirim	NIPC: Constituição: 1930
	Benavente	Associação de Socorros Mútuos Benaventense	Travessa da Praça do Município 2130 Benavente	NIPC: 501427007 Constituição: 1887
	Torres Novas	Associação de Socorros Mútuos Montepio Nossa Senhora da Nazaré	Largo José Lopes dos Santos 2350 Torres Novas	NIPC: 500985162 Constituição: 1862
Setúbal	Alcácer do Sal	Associação Alcacerense de Socorros Mútuos	Avenida dos Aviadores, Apº 23 7580 Alcácer do Sal	NIPC: 501069364 Constituição: 1883
	Almada	Associação de Socorros Mútuos 1º de Dezembro	Rua Capitão Leitão, nº 19 2800 Almada	NIPC: 501723293 Constituição: 1883
	Grândola	Associação de Socorros Mútuos Montepio Grandolense	Rua D. Nuno Álvares Pereira, 54 7570 Grândola	NIPC: 501284117 Constituição: 1876
	Moita	A Mutualidade da Moita Associação Mutualista	Avenida Dr. Teófilo Braga, 1 a 3 2860 Moita	NIPC: 501102531 Constituição: 1895
	Montijo	União Mutualista Nossa Senhora da Conceição Associação Mutualista	Rua Serpa Pinto, 67 2870 Montijo	NIPC: 501103457 Constituição: 1872
	Sesimbra	Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra	Rua Cândido dos Reis, 19 2970 Sesimbra	NIPC: 501393188 Constituição: 1894
	Setúbal	Associação Instrutiva de Beneficência Familiar	Avenida 22 de Dezembro, 16 - 1º 2900 Setúbal	NIPC: 501393188 Constituição: 1923
		Associação de Socorros Mútuos Setubalense	Rua Major Afonso Pala, 63 a 67 2900 Setúbal	NIPC: 500970998 Constituição: 1888
Viana do Castelo	Monção	Associação de Socorros Mútuos Artística Monçanense	Rua Dr. Adriano Machado 4950 Monção	NIPC: 502332662 Constituição: 1870
Viseu	Lamego	Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora dos Remédios de Lamego	Rua Visconde de Arneirós, 15 5100 Lamego	NIPC: 501414967 Constituição: 1859
	S. Pedro do Sul	Associação Mutualista dos Trabalhadores da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul	Câmara Municipal de S. Pedro do Sul 3660-4365 S. Pedro do Sul	NIPC: 505782707 Constituição: 2002
	Tondela	Associação Artística de Socorros Mútuos 19 de Março	Rua Poeta Tomás Ribeiro 3460 Tondela	NIPC: 501797840 Constituição: 1894